



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

EIKÓS E A REPRESENTAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA:
O ESPAÇO FICCIONAL EM TEXTOS GREGOS ANTIGOS

VALESCA SCARLAT CARVALHO DA FONSECA

Brasília-DF
2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
VALESCA SCARLAT CARVALHO DA FONSECA

EIKÓS E A REPRESENTAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA:
O ESPAÇO FICCIONAL EM TEXTOS GREGOS ANTIGOS

Dissertação ao Instituto de Letras da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestra em Literatura.

Área de Concentração: Estudos Literários Comparados/ Tradução e Comentário de Prosa Grega Antiga.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Lúcia Rodrigues da Rocha

Brasília-DF
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

FONSECA, Valesca Scarlet Carvalho.

Eikós e a Representação da verossimilhança: o espaço ficcional em textos gregos antigos/ Valesca Scarlet Carvalho da Fonseca; orientadora Prof.^a Dra. Sandra Lúcia Rodrigues da Rocha. – Brasília, 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Programa de Pós-Graduação em Literatura, 2016.

1. Verossimilhança. 2. Retórica. 3. Caráter ficcional. 4. *Mimesis*. 5. Representação.

FONSECA, V. S. C. *Eikós e a Representação da verossimilhança*: o espaço ficcional em textos gregos antigos. Dissertação apresentada ao Instituto de Letras da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestra em Literatura (Estudos Literários Comparados/ Tradução e Comentário de Prosa Grega Antiga).

Aprovada em:

Prof.^a Dra. Sandra Lúcia Rodrigues da
Rocha

Julgamento: _____

Instituição: Universidade de Brasília

Assinatura: _____

Prof. Dr. Jacyntho José Lins Brandão

Julgamento: _____

Instituição: Universidade Federal de Minas
Gerais

Assinatura: _____

Prof.^a Dra. Maria Cecília de Miranda
Nogueira Coelho

Julgamento: _____

Instituição: Universidade Federal de Minas
Gerais

Assinatura: _____

Prof. Dr. João Vianney Cavalcanti Nuto
(suplente)

Julgamento: _____

Instituição: Universidade de Brasília

Assinatura: _____

Aos meus pais, Vander e Vanusa, com amor e gratidão por sempre acreditarem em mim e nunca terem medido esforços para me ajudar.

AGRADECIMENTOS

Neste momento especial, gostaria de agradecer a todos que colaboraram para a realização deste trabalho, que é para mim a realização de um sonho. Agradeço aos meus pais, por todos os simples e humildes gestos de apoio ao longo da elaboração deste trabalho. À força e à coragem de vocês, que me proporcionaram este momento.

À Universidade de Brasília, por ter me acolhido no início da minha trajetória, vinda de tão longe como aluna de transferência, e por ter me feito da família.

À minha orientadora, professora e amiga, Sandra Rocha, pela consideração com que me acolheu e pelas oportunidades que me proporcionou, por sua experiência e paciência que me guiaram neste caminho. Você é um presente de Brasília na minha vida.

À minha amiga e companheira de todos os momentos, Emanuelle, pela constante presença e suporte. Estivemos o caminho todo de mãos dadas!

Aos meus amigos da família *Rhetor*, Camila, Sérgio, Ticiano e Danilo, por estarem sempre dispostos a contribuírem cada um com o seu melhor. Vocês foram muito importantes para mim. Só é feliz quem tem amigos de verdade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo apoio financeiro, que possibilitou meio para realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço ao Departamento de Teoria Literária e Literatura pela grande oportunidade.

Προαιρεῖσθαι τε δεῖ ἀδύνατα εἰκότα μᾶλλον ἢ δυνατὰ
ἀπίθανα.

Quando plausível, o impossível se deve preferir a um
possível que não convença.

(*Poet.* 1460a27)

RESUMO

FONSECA, V. S. C. ***Eikós e a Representação da verossimilhança***: o espaço ficcional em textos gregos antigos. 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como o termo grego εἰκός se encontra em uso em textos clássicos gregos do séc. V a.C., em alguns diálogos filosóficos de Platão, *Górgias*, *Protágoras* e *Fedro*; e em textos de oratória grega, onde se encontra *A Primeira Tetralogia* de Antífonte. Pretende-se explorar o termo como premissa cultural e argumento oratório em contexto que antecede às sistematizações de Aristóteles na *Retórica* e na *Poética*. Já no séc. IV a.C., encontra-se o *corpus* de discursos de Demóstenes, que apresentam uso desigual do argumento εἰκός nas *Filípicas* e *Questões de Quersoneso*. Analisa-se também a utilização do εἰκός na composição do *Timeu* de Platão, como recurso ficcional para a narrativa de constituição do universo e do processo mimético de criação do mundo. Transmitido pela tradição a partir da *Poética* como a categoria da verossimilhança, o termo passa a ser difundido juntamente com a μίμησις, no processo de criação artística, como é visto em Cícero, com a técnica da *imitatio*; em Dionísio de Halicarnasso e Longino, com a emulação; em Luciano de Samósata, com o humor dos enredos ficcionais; e em Erasmo de Rotterdam, com a crítica ao radicalismo da imitação de modelos. Portanto, este trabalho apresentará o caráter ficcional do termo εἰκός nos diferentes textos e gêneros discursivos clássicos, e a recepção deste como categoria pela tradição literária.

Palavras-chave: Εἰκός, retórica, argumento da probabilidade, verossimilhança, ficcional, representação.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the Greek term εἰκός was used in classical Greek texts of the 5th century BC in some philosophical dialogues of Plato, Gorgias, Protagoras and Phaedrus; and in Greek oratory, i.e. Antiphon's First Tetralogy. The purpose of this study is to explore the term as a cultural premise and oratory argument in the context prior to Aristotle's systematization – *Rhetoric* and *Poetics*. It was found that even in the 4th century BC, the corpus of Demosthenes's speeches showed an uneven use of the εἰκός' argument in *The Philippics* and *On the Chersonese*. Εἰκός usage is also analyzed in Plato's *Timaeus*, as a fictional feature for the narrative of the constitution of the universe and the mimetic process of the creation of the world. Transmitted throughout the *Poetics* tradition as the category of verisimilitude, the term becomes widespread along with μίμησις, the process of artistic creation, as seen in Cicero – by means of the technique of *imitatio* –; in Dionysius of Halicarnassus and Longinus – by emulation –, in Lucian of Samosata – within the humor of the 'fictional plot' –, and in Erasmus of Rotterdam – with the criticism of the radicalism of imitation models. Therefore, this investigation presents the fictional character of the term εἰκός in varied classical texts and genres, and its reception as a category by the literary tradition.

Keywords: Εἰκός, rhetoric, argument of probability, verisimilitude, fictional, representation.

LISTA DE ABREVIATURAS¹

Antifonte

Acerca do Coreuta	<i>Antiph. 6</i>
Contra a Madrasta	<i>Antiph. 1</i>
Primeira Tetralogia	<i>Antiph. 2</i>
Segunda Tetralogia	<i>Antiph. 3</i>
Terceira Tetralogia	<i>Antiph. 4</i>

Aristóteles

Poética	<i>Poet.</i>
Retórica	<i>Rh.</i>
Metafísica	<i>Met.</i>

Cícero

Do Orador	<i>De Orat.</i>
-----------	-----------------

Demóstenes

Primeira Filípica	<i>Dem. 4</i>
Segunda Filípica	<i>Dem. 6</i>
Terceira Filípica	<i>Dem. 9</i>
Proêmios	<i>Prooimia</i>
Questões de Quersoneso	<i>Dem. 8</i>
Sobre a Falsa Embaixada	<i>Dem. 19</i>

Dionísio de Halicarnasso

Sobre o estilo de Demóstenes	<i>D.H. Dem.</i>
------------------------------	------------------

Horácio

Arte Poética	<i>Hor. Ars.</i>
--------------	------------------

Homero

Ilíada	<i>Il.</i>
Odisséia	<i>Od.</i>

Platão

Crátilo	<i>Crat.</i>
---------	--------------

¹ Abreviatura de obras baseada no site <<http://www.perseus.tufts.edu/>>.

Crítias	<i>Criti.</i>
Fedro	<i>Phaedrus</i>
Górgias	<i>Gorg.</i>
Mênnon	<i>Meno.</i>
Menexeno	<i>Menex.</i>
Protágoras	<i>Prot.</i>
República	<i>Rep.</i>
Teeteto	<i>Theaet.</i>
Timeu	<i>Tim.</i>
Plutarco	
Vida de Demóstenes	<i>Plut. Dem.</i>
Vida de Sólon	<i>Plut. Sol.</i>
Tucídides	
História da Guerra do Peloponeso	<i>Thuc.</i>

ÍNDICE

ÍNDICE	12
INTRODUÇÃO	13
1. SILOGISMO RETÓRICO: O ARGUMENTO EIKÓS NA ORATÓRIA CLÁSSICA	17
1.1 Eikós como argumento de probabilidade em alguns diálogos platônicos: o caso do <i>Górgias</i> , <i>Protágoras</i> e <i>Fedro</i>	19
1.2. Desenvolvimento do εικός pelo manual de um ῥήτωρ.....	25
1.3. Os benefícios da probabilidade	46
2. A NATUREZA DO EIKÓS COMO PREMISSA CULTURAL	58
2.1. O Demiurgo e o caráter prático da atividade mimética na representação do mundo	59
2.2. A Natureza ontológica que constitui o discurso de Timeu.....	67
2.3. O Recurso do verossímil: o εικόν λόγος e o εικόν μῦθος	69
2.4. O discurso da opinião.....	79
2.5. Μῦθος e λόγος: breves e pertinentes observações discursivas.....	83
TRAJETÓRIAS DA ΜÍMESIS E DO VEROSSÍMIL	88
3.1. Platão e a μίμησις.....	92
3.2. A μίμησις na Poética de Aristóteles	95
3.3. A <i>imitatio</i> e Cícero	98
3.4. A emulação: Dionísio de Halicarnasso e Longino	102
3.5. Luciano de Samósata.....	112
3.6. Erasmo de Rotterdam.....	116
Conclusão.....	121
Bibliografia.....	124

INTRODUÇÃO

Conceitos indispensáveis, que conduziram à determinação de alguns termos fundamentais para o princípio de uma esfera literária, são produtos de muitos processos que percorreram textos gregos na Grécia Antiga. Como resultado de um processo, pode-se ver a ocorrência de termos ainda em caráter pré-teórico, em contextos representativos do pensamento e vivência cultural dos gregos. A própria noção de gêneros literários foi por muito tempo discutida e questionada, como revela a própria consciência dos autores sobre a diferenciação entre as narrativas historiográficas, a poesia e textos em prosa, como diálogos e discursos políticos, que foram sendo construídos pelos antigos a partir de heranças e afastamentos com recursos, e posteriores conceitos, do âmbito poético e oratório.

É o caso do εἰκός, como recurso verossímil, que foi utilizado de forma afrouxada por diversas áreas do conhecimento, refletindo aspectos das próprias vivências dos gregos. Como ocorreu, por exemplo, com a historiografia. Alguns escritores, preocupados em conferir aos seus escritos o título “historiográfico”, na tentativa de delimitá-los, tropeçaram em importantes aspectos que desenvolverão futuras sistematizações. Xenofonte ressalta o caráter investigativo de seu texto comentando que “narraremos o que dele (do assunto) ouvimos, e o que pudemos alcançar por investigação própria²”. Heródoto enfatiza o seu desinteresse em falar apenas de suas impressões e de se promover pelo texto, mas afirma que, “quanto a mim, meu objetivo ao longo de toda a obra é registrar tudo que me foi dito tal como ouvi de cada informante³”. Hecateu de Mileto já atribui à sua narrativa o papel de averiguar os relatos a fim de torná-los realmente historiográficos: “Assim fala (μυθεῖται) Hecateu de Mileto: escrevo isso como me parece ser verdadeiro (δοκεῖ ἀληθέα); pois os relatos (λόγοι) dos gregos são, como me parecem, muitos e ridículos⁴”. Tempos depois, já identificando um caráter mais descritivo e menos analítico, Políbio afirma que cabe ao

² Xenofonte I-5.

³ Heródoto I-128.

⁴ Lima, 2010 *apud*, Hecateu, fr. 1-48.

historiador “(...) registrar os fatos e as palavras reais por mais banais que sejam (...)”⁵. O próprio Tucídides não deixou de desenvolver sua narrativa através de sua própria experiência individual: “Vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas”⁶. Tucídides não fugiu, também, de construir sua ‘realidade historiográfica’ através dos relatos de terceiros “como me (a ele) pareceu cada um deles dever ter falado mais apropriadamente sobre as coisas que então ocorriam”⁷, ou seja, o que ele não presenciou, apenas ouviu. A importância dos relatos para a construção do gênero historiográfico é tão evidente quanto o fato de muitos desses textos não serem construídos apenas de descrição da realidade, mas também de elementos verossímeis, mesmo que de forma não intencional.

Cada um desses ‘historiadores’ atribui à História o que está em realce no seu texto, de acordo com a metodologia adotada que o constrói, porém todos demonstram a mesma busca para atingir apenas um *status*: o ‘título’ de verdadeiro. A narrativa historiográfica demonstra, nos séc. V e VI, a transição pela qual passam os textos antigos através dos novos métodos que vão ganhando peso: o conteúdo narrado deixa de ser produzido pela “inspiração das musas” e passa a ser aquilo que os informantes narram. A partir dessa tomada de postura, aquele que está preocupado em contar uma narrativa com estatuto de verdade, esforça-se para encontrá-la através de extenso exercício de investigação, acrescentando à tarefa do ‘historiador’ a necessidade de ser mais participante no processo - como, se possível, o próprio espectador da ação ocorrida, ou como um bom avaliador das versões contadas (não a exatamente verdadeira) (Lima 2010). É como Heródoto descreve a atividade verdadeiramente historiográfica: “Daí em diante, para ‘ver’ é preciso arriscar-se (ir ver) e aprender a ver: recolher testemunhos, reunir as diferentes versões, relatá-las, classificá-las em função do que se sabe por outras fontes e também em função do grau de verossimilhança”⁸. Ao condicionar a atividade “em função do grau de verossimilhança”, Heródoto destaca que a credibilidade da narrativa historiográfica, para ser tida como verdadeira, não está no relato em si, mas sim na atividade do historiador de selecionar e avaliar a narrativa de acordo com o que é provável (provável de possibilidade, e não de provas) e admissível.

⁵ Lima, 2010 *apud*, Políbio, 123.

⁶ *Thuc.* Livro V, 26-21.

⁷ *Thuc.* Livro I, 22-1.

⁸ Heródoto I-51.

A condição de ‘verdade’ está estabelecida sob os pilares da verossimilhança, e essa distinção não foi clara e definida por algum tempo.

Também a tragédia, como representação do pensamento social e cultural do seu povo, retrata o uso do recurso verossímil do εἰκός. Como instituição social ainda em construção, muitos de seus elementos ainda são imprecisos e misturados a outras esferas dessa cultura. Por isso, é comum ver nas tragédias questões relacionadas ao jurídico, e ver, nos tribunais, exemplos de tragédias, assim como leis serem baseadas em aspectos religiosos, ou que legissem sobre eventos culturais que dominam a vida cívica da πόλις. Pode-se ver também o desenvolvimento da arte retórica e sua importância nas muitas práticas oratórias que constituem importantes órgãos estruturais da cidade, e ver o surgimento mais sistematizado de diversos gêneros discursivos (os gêneros retóricos), que ainda não se encontram definidos em gêneros em si. Percebe-se, então, que há uma ‘matéria’ comum a essas instituições, que é a principal não só para a tragédia, como afirma Vernant (1999), mas também para todo o pensamento jurídico e para a prática retórica que estão em processo de construção, que é o pensamento social próprio da cidade. Esse pensamento, que representa toda uma cultura, é composto por muitos elementos próprios e naturais dessa sociedade.

É o argumento εἰκός o recurso utilizado por Sófocles na *Antígona*, em um contexto deliberativo em que o coro formado pelos Anciãos de Tebas, como personagem coletivo, pretende exaltar o conselho do jovem⁹ Hêmon em contraposição ao do insensato rei Creonte, indo contra o comum pensamento de que o mais velho produz conselhos mais sábios, priorizando a deliberação mais conveniente à πόλις:

Coro: Senhor, se ele dissertou com prosperidade, é natural (εἰκός) que tu aprendas com ele, e tu, Hêmon, com teu pai, por tua vez; pois de ambas as partes se disseram palavras sensatas¹⁰.

⁹ Cf. *Rh.* 1389a, 3-10 (sobre a natureza dos jovens); 1390a, 17-21 (sobre a natureza dos idosos); *Rh.* 1390a, 28-33 (sobre a adequação de tais discursos).

¹⁰ *Antígona* 723-725. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira.

Essa cultura, portanto, é formada de elementos que compõem o imaginário comum local, como um pensamento coletivo que constrói opiniões e conceitos recorrentes a todos os habitantes da πόλις, e apresenta um importante papel nessa representação cultural para o âmbito discursivo. Desse modo, é evidente, nos textos antigos, o caráter demonstrativo destas categorias dos valores, opiniões e principalmente de pensamentos e atos que são recorrentes e naturais aos gregos de determinada comunidade, visto que muitas dessas informações são até mesmo inferidas pelos escritores dos mais diversos ‘gêneros’, por trazerem em si referências culturais acessíveis a todos.

Em vista disso, qual é o valor ficcional do termo εἰκός em diferentes áreas de conhecimento delimitadas pelos antigos? Como são trabalhadas as noções de verossimilhança para os antigos e qual a relação desta com a verdade e com a realidade? Qual a inserção do εἰκός no contexto ficcional? Essas são as principais questões que conduzem este trabalho.

Capítulo 1 – Silogismo Retórico: o argumento εἰκός na Oratória Clássica

A sociedade grega sempre prezou por sua identidade social. O homem grego obtinha o ápice do prestígio como um valoroso cidadão, a sua identidade era admitida através do reconhecimento e julgamento exercido pelos seus concidadãos. A sua política era motivo de orgulho e distinção, em relação ao ‘mundo bárbaro’, assim como suas obras a favor da civilidade, seu comportamento social e seu patrimônio em conformidade com a lei. Aliás, diga-se de passagem, o homem afortunado muito ganhava popularmente em dignidade se, com seu patrimônio abastado, fizesse contribuições para instituições públicas da πόλις, como comandante de trirremes ou corego dos festivais religiosos¹¹. A sociedade era a imagem desse indivíduo, e este era também atestado por ela, uma vez que sua influência era resultado dessa boa relação e do cumprimento de seus deveres civis. Não dá para negar o valor e a essência da opinião pública nas diversas instituições e nas formas de expressão dos gregos.

Juntamente com a democracia ateniense, foi desenvolvida a retórica, e esta foi definida por seus pensadores¹², ao longo dos séculos, como a ‘arte geradora de persuasão’. Pode-se dizer que a retórica é produto das mudanças econômicas efetuadas na política e na educação gregas¹³. Com a grande importância da oratória como meio de

¹¹ No discurso *Contra Mídias*, Demóstenes aponta os inúmeros serviços públicos realizados por ele, se vangloriando de ter prestado mais serviços do que Mídias: “He has once equipped a tragic chorus (κεχορήγηκε); I have furnished a band of male flute-players ([κεχορήγηκε] ἀνληταῖς ἀνδράσι); and everyone knows that the latter involves much greater expense (τὸ ἀναλώμα ἐκείνης τῆς δαπάνης) than the former. (...) I have feasted (εἰστιάκα) my tribe and equipped a chorus (κεχορήγηκα) for the Panathenaea; he has done neither (οὐδέτερα). I was chairman of one of the tax-syndicates (ἡγεμῶν σύμμορίας) for ten years, contributing (εἰσφέρων) the same share (ἴσον) as (...) the richest citizens (τοῖς πλουσιωτάτοις)...” (*Contra Mídias* 21.156-157).

¹² A definição clássica de retórica atribuída a Córax e Tísias, Górgias e Platão é a de: “πειθοῦς δημιουργός (geradora de persuasão); a definição de Aristóteles: ἡ δὲ ῥητορικὴ περὶ τοῦ δοθέντος ὡς εἰπεῖν δοκεῖ δύνασθαι θεωρεῖν τὸ πιθανόν (a retórica parece ser capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a um dado assunto); uma das definições atribuídas a Hermágoras: δύναμις τοῦ εἰ λέγειν τὰ πολιτικὰ ζητήματα (a faculdade de falar bem no que concerne aos assuntos públicos); a definição de Quintiliano, na linha dos retóricos estoicos: *scientia bene dicendi* (a ciência de bem falar)”. Essas definições são citadas por Alexandre Júnior, M. *Retórica. Aristóteles*. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005, p. 22.

¹³ Quando Draco, no meio do século VII (659-601 a.C.), governou e implementou as leis atenienses, ele estabeleceu uma nova forma de governar e, para que os cidadãos tivessem condições de participar ativamente das reuniões públicas da πόλις, foi necessário que muitos se tornassem alfabetizados, pois o discurso para alguns estava relacionado ao poder da participação. Muitas mudanças sociais e econômicas também se iniciam no século VII a.C., como o fato de que, no século V a.C., aproximadamente 30% da população de Atenas era de escravos. Toda essa mão de obra disponível para os trabalhos pesados permitiu que este passasse a ser visto como degradante, e a liberdade passa a ser ainda mais admirada. Com o Decreto de Sólon, foi autorizada a utilização de fundos públicos para comprar a liberdade desses

participação política, a retórica se torna ‘arte’ nas mãos de muitos sofistas e ῥήτορες, que se atentam para o desenvolvimento de técnicas que confirmam ao discurso uma melhor recepção¹⁴, e até mesmo para a elaboração de métodos, como os muitos manuais de modelos recorrentes na época.

A oratória, então, é o primeiro componente da que se torna arte retórica. A atenção pelo discurso sempre existiu na história da cultura grega, a admiração pela força e magia que ele possui, e a vida comunitária também depende do sucesso deste, uma vez que a maioria das decisões era resultado de debates políticos. A oratória, como discurso real da prática cotidiana, desenvolve o estudo da teoria e da técnica de bem falar, a retórica. Como afirma Thomas e Webb (1994 p. 4) “the development that made oratory self-conscious by transforming the conception of speech was a new employment of writing”. A compreensão de que a prática oratória pode ser mais elaborada, e, portanto, mais eficiente, transformou a concepção do discurso e da capacidade deste.

Uma característica da retórica clássica é estar intimamente relacionada ao contexto de desenvolvimento da sociedade grega, e, pressupor uma interação com a comunidade concreta e cultural. A prática da oratória, no contexto dos tribunais e assembleias, é composta da relação entre orador e ouvintes, envoltos por um contexto de opinião comum (δόξα) e conhecimento estabelecido (ἐπιστήμη). Como técnica escrita e de domínio da linguagem, a retórica também se utiliza da abrangência do conceito de εἰκός de forma já mais categórica, que representa, nesse âmbito cultural, o que é ‘aceito pela maioria das pessoas’ nessa relação entre discurso do orador e consentimento do público. Assim está fundamentado todo um argumento que é baseado no “geralmente”: o que é geralmente aceito, o que geralmente acontece, o que geralmente costuma ser; tudo, porém, está no âmbito do provável. São esses pressupostos que configuram o argumento do εἰκός que será sistematizado por Aristóteles na *Retórica* como o argumento da probabilidade. Antes de se encontrar

atenienses, e essa revolução significou a oportunidade de estes, agora cidadãos livres, buscarem participação no processo político da πόλις. Juntamente com essa nova concepção de liberdade, a guerra contribuiu para o desenvolvimento da retórica, quando os guerreiros retornaram da guerra do Peloponeso, inspirados pela democracia, desejando maior participação política, participação esta que exigia habilidade de oratória. (Cf. Rhodes (2004); Cole (1995)).

¹⁴ Os primeiros estudos formais de retórica na Grécia começaram em torno do ano 467 a.C. em Siracusa, na ilha da Sicília. Córax e seu discípulo Tísias, que o próprio Aristóteles relembra na *Retórica* (1402a20), são reconhecidos como os precursores dessa prática de ensinar a retórica produzindo os primeiros manuais com foco na eficiência oratória em tribunais, com exemplos de eficientes argumentos verbais, como afirma Webb e Thomas (1994) e Gagarin (1994). Cole (1995) julga essa interpretação como errônea por afirmar que a participação destes não foi tão significativa, e afirma que a retórica se estabilizou como arte de falar apenas quando Platão e Aristóteles incorporaram a compreensão do discurso ao conhecimento e conteúdo da prática retórica.

técnico pela sistematização aristotélica, o termo já era utilizado de forma prática mais espontânea, representando sua intrínseca relação com as possibilidades verossímeis da linguagem.

1.1. Eikós como argumento de probabilidade em alguns diálogos platônicos: o caso do *Górgias*, *Protágoras* e *Fedro*

No Livro I da *Retórica* (1357a42¹⁵), Aristóteles apresenta o εἰκός já estruturado dentro da parte dos argumentos retóricos lógicos, o silogismo, um tipo de demonstração eficiente para a persuasão, que também compreende o entimema. O silogismo é um argumento construído com premissas de caráter usual e frequente: a partir de duas premissas, pode-se deduzir uma terceira, de modo que é composto então de uma premissa maior, uma menor e uma conclusão. O silogismo é, portanto, um argumento dedutivo. As premissas se dividem entre as necessárias, que correspondem aos indícios, e as frequentemente verdadeiras, que correspondem às probabilidades, que são premissas plausíveis na medida em que correspondem à uma opinião geralmente corrente e de conhecimento comum. Aristóteles diferencia o silogismo do sinal, que é um indício de que algo aconteceu ou existe. Comparado ao conceito de probabilidade, o sinal supõe relação entre dois fatos, e, se esta relação for necessária, o sinal é uma prova irrefutável. Se não for necessária, a conclusão deduz-se em uma mera probabilidade (εἰκός). Desse modo, o εἰκός não é a probabilidade de um fato, mas sim de uma relação. O entimema é derivado dessas probabilidades e dos sinais.

O entimema é uma espécie de silogismo em que uma das premissas pode ser omitida por ser um fato extremamente óbvio já conhecido pelos ouvintes, uma vez que não é muito eficiente na oratória criar deduções muito complexas. Do ponto de vista pragmático, no sentido de um ato de fala em situação oratória, Braet (1999 p. 108) explica que “o silogismo é sempre caracterizado pela omissão das referidas partes do argumento, que são conhecidas pelo público e ele pode preencher por si mesmo”. Ou seja, o entimema requer “premissas não explicitadas e menos numerosas do que as

¹⁵ “Com efeito, a probabilidade é o que geralmente acontece, mas não absolutamente, como alguns definem; antes versa sobre coisas que podem ser de outra maneira, e relaciona-se no que concerne ao provável como o universal se relaciona com o particular”. (*Rh.* 1357a42).

exigidas pelo silogismo” (Ginzburg 2002 p. 51), e o próprio Aristóteles, nos *Primeiros Analíticos* (*Apud*, BRAET 1999 p. 103¹⁶), diferencia essas duas categorias definindo que o “entimema é um silogismo incompleto (ἀτελής) que procede de verossimilhança e de signos”. Na *Retórica* ele retoma a abordagem desse estudo a fim de reforçar o caráter demonstrativo dessas categorias:

Quanto à diferença entre o exemplo e o entimema, ela está clara nos *Tópicos* (pois já aí se falou do silogismo e da indução). Demonstrar que algo é assim na base de muitos casos semelhantes é na dialética¹⁷ indução e na retórica exemplo; mas demonstrar que, de certas premissas, pode resultar uma proposição nova e diferente só porque elas são sempre ou quase sempre verdadeiras, a isso chama-se em dialética silogismo e entimema na retórica¹⁸.

No livro II, Aristóteles desenvolve as estruturas lógicas¹⁹ do raciocínio retórico, abordando as funções de cada uma para a persuasão. De forma bastante ampla, ele destrincha a composição do entimema em quatro elementos: o exemplo²⁰ (παράδειγμα); a prova necessária²¹ (τεκμήριον); o sinal²² (σημεῖον) e a probabilidade (εἰκός). Construir um argumento baseado na probabilidade é, “as mais das vezes, real ou parece sê-lo, (...) uma vez que o provável não é sempre que se produz” (*Rh.* 1402b 22-

¹⁶ BRAET, Antoine C. The Enthymeme in Aristotle's Rhetoric: From Argumentation Theory to Logic. *Informal Logic* Vol.19, no. 2&3. pp.101-117. 1999.

¹⁷ A extrema relação, para Aristóteles, entre Retórica e Dialética é, não por acaso, a primeira definição da *Retórica*: “A retórica é a outra face da dialética, pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma ou de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar” (*Rh.* 1354a). Manuel Alexandre Júnior (2005 p.89) ressalta, como nota do tradutor, a ênfase na tradução da palavra ‘tema’, ἀντίστροφος no grego, traduzida normalmente por “correlativo”. Aristóteles coloca aqui a retórica e a dialética em comparação com o que é na lírica a στροφή e a ἀντίστροφή: a primeira “o movimento numa direção, e a segunda o movimento contrário. Ambas, porém, em coordenação oposta e complementar, como artes que têm semelhanças gerais e diferenças específicas. (...) são duas espécies de um mesmo gênero”.

¹⁸ *Rh.* 1356b12. Tradução de Manuel Alexandre Júnior.

¹⁹ Exemplos, máximas e entimema.

²⁰ “Há os (entimemas) que se tiram por indução, a partir da semelhança de um ou de muitos fatores, quando, tomando o geral, se chega logo por silogismos ao particular mediante o exemplo” (*Rh.* 1402b 23-26).

²¹ “Há ainda os (entimemas) que se tiram do necessário e do que sempre é, por meio do τεκμήριον” (*Rh.* 1402b; 26-27).

²² “Há outros (entimemas) que se obtêm por generalização ou a partir do que é particular, quer exista quer não, por meio de sinais” (*Rh.* 1402b 27-29).

29). Dessa forma, até mesmo o entimema, que é baseado em exemplos e sinais, não sai do âmbito do provável, posto que é composto apenas de probabilidades construídas através ou das semelhanças (no caso do exemplo), ou de generalizações (no caso do sinal). A escolha do tipo de argumento que o (bom) orador deve tomar deve estar de acordo com o seu conhecimento e do que está acessível ao seu auditório, o que for mais conveniente e determinante, de modo que o ‘provável’, mesmo não sendo verdadeiro, é uma possibilidade tão forte quanto a verdade para constituir uma conclusão e construir uma opinião persuasiva. Nascimento (2012) bem aborda a questão ao afirmar que:

As premissas não são verdadeiras no sentido estrito ou científico do termo, pois, enquanto a verdade das demonstrações científicas depende da universalidade das suas proposições, o assentimento à deliberação retórica depende das circunstâncias em que são pronunciados seus argumentos²³.

Essa despreocupação com o ‘verdadeiro’ para focar-se no que é frequentemente aceito tira da retórica um caráter científico, por não se embasar em conceitos gerais, e, sim, em acontecimentos já vulgares, corriqueiros, que se repetem com frequência. Ginzburg (2002) se atenta para o uso de uma expressão que Aristóteles utiliza repetidamente para explicar o entimema, ἐπὶ τὸ πολὺ, que significa ‘geralmente, frequentemente’. Pouco depois ele afirma que “quanto mais vezes um fato acontece e acontece do mesmo modo, tanto mais provável (εἰκόζ) será” (*Rh.* 1403a). Toda a possibilidade que está no εἰκόζ está também nas múltiplas possibilidades de tradução do termo: “possível, provável, razoável, verossímil, verdadeiro, natural, evidente”; como adjetivo ou como o substantivo probabilidade, proposição. A ocorrência do termo nos textos mais antigos, anteriores às formulações aristotélicas, demonstra a amplitude de nuances que ele compreende, e bem capta a liquidez do raciocínio que nele se encontra. Em *Protágoras*, Platão comprova o caráter evidente do εἰκόζ através desta passagem em que Sócrates diz que Protágoras nada acrescenta à discussão ao afirmar que o aprendizado torna o homem melhor, pois esse pensamento já faz parte da consciência comunitária dos gregos:

²³ 2012 p. 103.

Ó Protágoras, não dizes nada de extraordinário; antes, é lógico que (ἀλλὰ εἰκός), até tu, tendo a idade que tens e sendo sábio como és, se alguém te ensinasse algo que, porventura, não conhecesses, te tornarias melhor.²⁴

É por essa razão também que me é mais agradável dialogar contigo do que com qualquer outro, porque acredito que és tu quem melhor poderá examinar essas e outras questões que é natural (εἰκός) interessarem às pessoas de boa formação, em especial as relativas à virtude.²⁵

A segunda passagem aborda a questão da boa educação dos atenienses, que é um ponto bastante comum sobre eles, até os dias de hoje. Aqui Sócrates fala dos assuntos de frequente interesse “às pessoas de boa formação” e de boa virtude, e demonstra como é natural para eles esse tipo de assunto, tão natural que não é necessário explicar, pois esse conhecimento também está no ouvinte.

Na passagem seguinte, Protágoras mostra um tradicional debate baseado na probabilidade, ao argumentar com Sócrates sobre a relação entre o ‘prazer’ sobre o que é ‘bom’. A questão está sendo examinada não por provas, mas, sim, pelo que “parece razoável”, e a tradução bem recupera a necessidade de a ‘tese’ não ser científica, mas crível. Aristóteles, na *Poética*, trata dessa questão ao afirmar que “o que é convincente (εἰκός), embora impossível (ἀπίθανον), deve ser sempre preferido ao que é possível e pouco convincente” (*Poet.* 1460a27), por ser o recurso adequado à deliberação do momento em que não se trata de provas:

Como tu dizes, a cada passo, Sócrates, examinemos a questão!
E, se a tese parecer razoável e mostrar que prazer é o mesmo que bom, estaremos de acordo; mas, se não, discuti-lo-emos de seguida.²⁶

No *Górgias*²⁷, Platão ainda faz uso do termo εἰκός em sua forma espontânea e corrente. Sócrates e Cálicles estão discutindo sobre o fato de um único homem

²⁴ *Prot.* 318 b-2. Tradução de Ana da Piedade Elias Pinheiro.

²⁵ *Prot.* 348 d-9.

²⁶ *Prot.* 351 e-5.

inteligente ser superior a milhares de homens ignorantes, e que este mais sábio deve dominar a todos e possuir mais do que eles. Na passagem seguinte, Sócrates coloca como óbvio o fato de determinado homem ser mais forte do que alguns homens e mais fraco do que outros. A obviedade da situação colocada é tão inquestionável quanto vulgar, de forma que aqui chega a ser fisicamente visível, porém, como eles estão em nível ainda de especulação, não há um caso específico a ser provado:

Espera aí! O que afirmas agora? Se nós, uma massa aglomerada, estivéssemos em um mesmo lugar, como agora estamos, e partilhássemos grande quantidade de comida e bebida, mas fôssemos homens de toda sorte, uns fortes, outros fracos; se um de nós fosse mais inteligente nesse assunto, no caso um médico, mas fosse ele, como é verossímil (εἰκός), mais forte do que uns e mais fraco do que outros, porventura não seria esse homem, por ser ele mais inteligente do que nós, o melhor e superior nesse aspecto?²⁸

Já no *Fedro*, podemos ver o εἰκός de forma mais problematizada como uma ‘categoria’. Pela possibilidade de o εἰκός acrescentar o que é provável de forma adequada a conseguir a melhor persuasão, no contexto político, ele permite ao discurso transcender o que é apenas real e abordar o que pode ser possível, ou seja, não necessariamente verdadeiro:

Acontece, Tísias, que há muito tempo, antes mesmo de chegares, falávamos aqui, muito à puridade, que essa verossimilhança (τὸ εἰκός τοῖς πολλοῖς) se impõe às multidões em virtude de sua parença com a verdade (ὁμοιότητα τοῦ ἀληθοῦς), e agora mesmo assentamos que só quem conhece a verdade está em condições de descobrir a semelhança em todas as suas manifestações.²⁹

²⁷ “(...) E, decerto, somente a eles (oradores públicos e sofistas) seria permitido, como é verossímil (ὥς τὸ εἰκός), conceder benfeitorias sem exigir salário, se é verdade o que diziam”. (*Gorg.* 520 c-2). Tradução de Daniel R. N. Lopes.

²⁸ *Gorg.* 490 b-4.

²⁹ *Phaedrus* 273 d-2. Tradução de Carlos Alberto Nunes.

A crítica platônica aos que se utilizam da retórica ganha força à medida que reconhece o caráter provável em um discurso que, pelo εἰκός, não está na esfera dos discursos verdadeiros, contudo, é interpretado e tomado como tal:

(...) Nos tribunais, por exemplo, ninguém se preocupa no mínimo com a verdade, só se esforçando por persuadir; ao estudo da verossimilhança (τὸ εἰκός) é que precisa aplicar-se quem se propõe falar de acordo com as regras do bem dizer. Casos há em que não devem ser mencionados os próprios fatos, quando têm contra si as aparências; será suficiente a probabilidade, tanto na acusação como na defesa. De qualquer jeito, quem fala terá de ir empós apenas da aparência e dizer adeus à verdade. Conservar a verossimilhança do começo ao fim do discurso: eis no que consiste toda a arte da oratória.³⁰

Esse é um ponto de hostilidade de Platão ao argumento εἰκός e também à retórica (Gagarin 1994³¹), por ser um artifício não baseado em fatos reais, em verdade, mas sim em convicção, que é baseada em probabilidade. Ele ressalta que justamente por ser um argumento de probabilidade, estava rotineiramente sendo preferido a uma evidência direta. Sua reflexão posteriormente definiu o εἰκός como uma “semelhança da verdade³²”. Sambursky (1956) afirma que, para Platão, a verdade apresenta a característica de ser inquestionável, ela traz em si a capacidade de forçar sua aceitação ou reconhecimento, enquanto o εἰκός apenas cria uma ilusão de possuir este poder de convencimento. O discurso ganha poder exatamente naquilo que transcende a este, à sua capacidade de acrescentar o que é provável de forma adequada a conseguir a melhor persuasão. Essa questão na *Retórica* é abordada por Aristóteles como uma capacidade da retórica de atingir o ideal da deliberação, sendo necessário aos (bons) “oradores

³⁰ *Phaedrus* 272 e-1.

³¹ Gagarin (1994) destaca a antipatia de Platão à retórica que o levou a se distinguir dos outros pensadores, de forma que ele próprio contribuiu para a compreensão desta como uma técnica: “Plato's hostility towards rhetoric, which is also evident in the *Phaedrus*, is clearly part of the general hostility towards sophists and poets expressed throughout his works. (...) Intellectuals before Plato were probably writing about oratory in ways that resembled later rhetoric, and they were undoubtedly talking about theories and techniques of oratory among themselves and with their pupils. Plato's misunderstanding (or worse, conscious distortion) lies not so much in the fact of fifth-century rhetoric but in its purpose and accomplishment. (...) Cole notes that the earliest occurrence of the word rhetoric is probably in Plato's *Gorgias*, and concludes that Plato may have invented the term himself, perhaps for the precise purpose of stigmatising the work of his sophistic predecessors and contemporaries”. (Gagarin 1994 p. 48).

³² *Verisimilitudo*.

servirem-se, nos seus discursos, do possível e do impossível” (*Rh.* 1391b42). De acordo com cada caso, cabe ao orador utilizar o adequado argumento, seja ele ‘possível’ e verdadeiro, no caso das provas, ou ‘impossível’, porém verossímil, se dessa forma for conveniente e eficaz para persuadir o público:

Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular³³.

(...) Tão pouco a retórica teoriza sobre só o provável para o indivíduo, mas sobre o que parece verdade para pessoas de uma certa condição³⁴.

Na última passagem, novamente pode-se ver o âmbito de atuação do εἰκός como um fator de probabilidade: o entimema. Ao afirmar que “a retórica teoriza sobre o que parece verdade para pessoas de uma certa condição”, Aristóteles reforça a necessidade que o conhecimento cultural e o senso comum têm sobre a eficácia do argumento εἰκός, uma vez que o que é provável e possível é aquilo que está ao alcance do imaginário de uma certa comunidade que compartilha da mesma vivência e conhecimento, e cabe ao bom orador saber reforçar esse ‘laço’ de cumplicidade com seu público.

1.2. Desenvolvimento do εἰκός pelo manual de um ῥήτωρ

Como elaborar e apresentar uma defesa de assassinato apenas por meio de probabilidades? Ou como acusar alguém de assassino sem apresentar provas? Este é o método que Antífonte mostra ser não apenas possível entre os gregos como também muito praticável, por mais insensato e incoerente que seja diante de nosso olhar anacrônico. Antífonte nasceu em 480 a.C, no século V, e foi referido em alguns textos,

³³ *Rh.* 1356a20.

³⁴ *Rh.* 1356b37.

como no início³⁵ do *Menexeno* de Platão, como professor de retórica. Apesar das controvérsias que envolvem sua identidade³⁶, sabe-se que Antifonte exerceu profissões próximas no âmbito da retórica³⁷, foi ou um sofista ou orador, considerado o mais velho do Cânone dos Dez Oradores Áticos. Pseudo-Plutarco chega a tentar resolver a questão ao defender que Antifonte começara como sofista, tendo depois se tornado um dos primeiros logógrafos profissionais e também um dos primeiros a compor tratados de retórica.

Muitos estudiosos como Sambursky (1956), Guthrie (1971), Kennedy (1963) e Vickers (1988) se debruçam³⁸ sobre a afirmação platônica de que os argumentos de probabilidade são mais preferidos que as verdades ('Górgias e Tísias' descobriram que a probabilidade deve ser tida em maior apreço do que a verdade³⁹), e buscam compreender o porquê de seu ponto de vista ser tão considerado, em vista, por exemplo, ao de Aristóteles, que aborda na *Retórica*, se não até mesmo com alguma preferência, com naturalidade em relação ao uso desse recurso:

Para quem não tem testemunhas, os argumentos de persuasão invocados relativamente aos testemunhos podem ser os seguintes: que se

³⁵ "Sócrates: Falo, decerto; e me refiro também a Conos; filho de Metróbio. Pois esses são os meus dois mestres: ele em música, ela (Aspásia) em retórica. Logo, não é espantoso que um homem educado desse modo seja hábil em falar. Mas mesmo alguém que tenha sido educado de modo inferior a mim, instruído em música por Lampro e em retórica por Antifonte de Ramnunte, também seria capaz de obter renome louvando atenienses na presença dos próprios atenienses". (*Menex.* 236a1).

³⁶ Dillon e Gergel (2003) diferenciam três Antifontes da antiguidade, podendo também todos serem o mesmo homem, através do *Suda* (*Suda*, s.v. Antiphon, 87a1): "A. Antiphon, na Athenian, diviner (τεραπευκόπος) and epic poet and sophist. He was given the nickname of 'speech-cook' (λογομάγειρος). B. Antiphon, son of Sophilus, an Athenian, of the deme of Rhamnus. No teacher of him is known. Nevertheless, he embarked on the forensic type of speech after Gorgias. He is said actually to have been the teacher of Thucydides. He was given the nickname of 'Nestor'. C. Antiphon, an Athenian, an interpreter of dreams. He wrote a book on the interpretation of dreams". (*The greek sophistic*, 2003, p.134).

³⁷ Este trabalho não leva em consideração a real identidade de Antifonte, apenas os textos a ele atribuídos.

³⁸ Gagarin (1994) critica o posicionamento de grande parte dos estudiosos que adotam o ponto de vista de Platão a respeito do uso do argumento de probabilidade: "Scholars are so conditioned by Plato's basic assumptions that they only respond to the negative side of what is in fact a more balanced view of rhetoric. Apparently none of these scholars has sought to test Plato's claim against the actual probability arguments in early rhetoric. Such a test will show that - strange as it may seem to some - the Greeks were not so strange after all: they did not, in fact, deem probability more credible than truth; Plato's claim is simply wrong." (Gagarin 1994 p. 50).

³⁹ "Sócrates: Ensina também como deve ser a refutação, e o complemento da refutação, tanto na acusação como na defesa. E, por que não chamar para o meio deles o egrégio Eveno, de Paros? Foi o primeiro a inventar a insinuação e o elogio indireto, como dizem que também inventou a censura indireta, posta em versos como recurso mnemotécnico; era um homem habilíssimo. Deixemos que Tísias e Górgias continuem a dormir; descobriram que a probabilidade deve ser tida em maior apreço do que a verdade, pois só com os recursos da palavra fazem o pequeno parecer grande, e o inverso: o grande parecer pequeno." (*Phaedrus* 267a).

deve julgar com base em probabilidades, isto é, na melhor consciência, que os argumentos de probabilidade não se podem deixar corromper por dinheiro; e que os argumentos de probabilidade não podem ser surpreendidos em falso testemunho. Para quem tem testemunhas frente a um adversário que as não tem, os seus argumentos serão: que as probabilidades não valem perante o tribunal; e que não haveria necessidade de testemunhas, se bastasse especular na base de argumentos de probabilidade⁴⁰.

Essa passagem mostra que uso de testemunhas e do argumento de probabilidade eram aplicados de forma hábil e engenhosa, podendo ambos os recursos serem questionados a respeito de sua imparcialidade. Para que Aristóteles abordasse com presença o argumento do εἰκός na *Retórica* de forma sistematizada, o uso e a aplicação deste se apresentaram anteriormente um tanto difundidos e presentes ou na prática oratória da cidade, ou em textos que pretendiam problematizá-los. Esse é o caso da *Primeira Tetralogia* de Antífote, que tem como recurso principal o argumento εἰκός, e o uso do argumento neste texto revela, como afirma Hoffman (2008), um contexto já conhecido:

Antiphon's prosecutor uses εἰκός in a distinctly technical sense in this opening argument, with the assumption that the speaker and the audience both understand εἰκός as a term of art that designates a particular kind of argument⁴¹.

Partindo do princípio da antilogia, prática ou exercício da disputa agonística de argumentos opostos, Antífote elabora as *Tetralogias*, em que cria casos do gênero jurídico para exemplificar e exercitar a acusação e a refutação (Ribeiro 2008). Ele apresenta então, para cada caso criado, duas acusações e duas defesas e as suposições de cada parte, e não apresenta algum narrador que esclareça quem é a parte falaciosa. “Rivalizando consigo mesmo”, Antífote, na *Primeira Tetralogia*, apresenta um processo de assassinato anônimo, com a seguinte situação: “alguém que regressava de um jantar foi encontrado com seu escravo acompanhante, ambos recém-mortos a

⁴⁰ Rh. 1376a23.

⁴¹ Hoffman 2008 p. 5.

golpes. Depois de sua morte, um parente da vítima acusa um inimigo seu, como tendo cometido o assassinato; o outro nega” (*Antiph. 2 α’ 6-10*). A primeira parte a ser apresentada é a acusação, e o ponto principal é o de que o assassino cometeu o crime com intenção premeditada, uma vez que o crime não se apresenta como os crimes comuns (Hoffman 2008⁴²) e que os outros suspeitos, possíveis inimigos, não se enquadram, de fato, na suspeita.

A acusação começa defendendo o argumento de que as ações feitas sem premeditação deixam facilmente um rastro de prova, enquanto os que agem de forma premeditada “deliberam tendo examinado, de longa data, a segurança das ações e não põem mãos à obra antes de fechar a guarda contra toda suspeição” (*Antiph. 2 α’ 1.6*). Por isso o assassinato em questão não possui provas, por ter sido executado por alguém com interesses anteriormente calculados. Diante deste fato, a acusação define o ponto mais importante de sua defesa:

É preciso que vós, conhecendo essas coisas, assim que aprenderdes uma verossimilhança qualquer (κᾶν ὅτιοῦν εἰκός παραλάβητε), confieis nisto com todas as vossas forças⁴³.

Além de construir um discurso jurídico baseado em verossimilhança, desvalorizando a necessidade de provas, a defesa apela para que os jurados façam uso desse conhecimento e, ainda mais, que ‘confiem/tenham fé’ (πιστεύω) nele, pois a justiça desse caso depende disto. O raciocínio verossímil tem na essência o fato de ser uma dedução natural, algo recorrente àquela sociedade que seja lógico e fácil de inferir, como o silogismo e entimema que componha. Construir um argumento confiável culturalmente é o que Antifonte pretende apresentar, e ainda fazê-lo prevalecer sobre certas provas concretas. Assim como o raciocínio de Aristóteles, de que quando a evidência direta da testemunha não for favorável ao seu caso, deve-se promover a probabilidade em oposição às testemunhas; mas se a testemunha for favorável, deve-se

⁴² “Having shown that the crime was dissimilar to the kind of crimes that would have been committed by thieves, drunks and other classes of likely suspects, the prosecutor next argues that the crime was the kind of crime that would be committed by the defendant”. (Hoffman 2008 p. 6).

⁴³ *Antiph. 2 α’ 1,2*. Tradução de Luís Felipe Bellintani Ribeiro.

promover as provas (Gagarin 1994⁴⁴). É claro que, em um texto construído para a prática do argumento εἰκός, o caso em questão não apresentar muitas provas torna o texto um tanto ineficiente, mas Antífote mostra outro lado da questão: há provas que podem ser refutadas tanto quanto o argumento dedutivo, e também por verossimilhança. Após apresentar a estratégia, a acusação começa a enumerar as suspeitas inverossímeis para o caso de assassinato:

É inverossímil (Οὔτε γὰρ εἰκός) que o crime tenha sido cometido por bandidos: pois ninguém que corresse o perigo extremo de vida deixaria reprimido um proveito que estivesse à disposição, pois as vítimas foram encontradas com suas roupas. Nem tampouco ninguém o matou por estar embriagado, pois seria reconhecido pelos companheiros de copo. Também não por causa de uma disputa, pois não disputariam àquela hora da noite num lugar deserto. E nem, querendo atingir outro, calharia de fazer isso, pois não o mataria junto com o escravo. Descartada toda outra hipótese de suspeição, a própria morte aponta-o como tendo matado por deliberação premeditada. Que é mais verossímil (εἰκός) do que ter atacado a vítima aquele que já padecera de sua parte grandes males⁴⁵.

Todas as opções inverossímeis que a acusação apontou são seguidas, cada uma delas, por uma conclusão de caráter óbvio para todos os ouvintes. É inverossímil que o assassino fosse bandido, pois bandidos seguramente roubam as roupas, fato que não aconteceu. É também inverossímil que o assassino fosse um bêbado, porque obviamente seria reconhecido pelo que com ele bebia. Assim como é inverossímil que fosse o caso de uma disputa, uma vez que é óbvio para todos que disputas não se dão em hora avançada e lugar deserto. E também é inverossímil que fosse o fato de algum motivo que o tivesse levado a querer matar a vítima naquele momento, porque, evidentemente, não teria matado também o escravo. Então, diante dessas óbvias

⁴⁴ “Aristotle’s advice is twofold: when the direct evidence of witnesses is against your case, you should promote probability ahead of witnesses; but when you have witnesses on your side, then you should promote direct evidence. Kennedy takes only the first part of this advice and promotes it to a single unconditional view, by such a method he could just as easily have concluded that the Greeks thought witnesses safer than probabilities because witnesses were answerable for their testimony.” (Gagarin 1994 p. 50).

⁴⁵ *Antiph.* 2 α’ 4,1.

impossibilidades, o assassinato fora premeditado por alguém que tivesse outros motivos fora estes.

Além de apresentar um fator lógico dedutivo, em que, através de uma indução, é possível ao ouvinte estabelecer diretamente uma ligação e concluir uma ideia, de forma muito simples e direta, outra característica se sobressai no argumento εἰκός: o conhecimento social coletivo possibilita ao indivíduo uma rápida inferência de tal conteúdo à medida que aquele fato seja recorrente naquela comunidade. O ato de ladrões roubarem as roupas de suas vítimas torna tal fato uma característica desse acontecimento, ao ponto de até mesmo uma criança, que reconheça tal situação, ao ver um moribundo despido, deduza que este fora roubado. Essa é a natureza dos silogismos e do entimema como argumentos retóricos e como atributos peculiares de uma cultura: qualquer indivíduo que esteja nela inserido compartilha não só o conhecimento desta, composto pela sabedoria hereditária passada desde os mais antigos ancestrais, como também informações corriqueiras, boatos e falatórios, um ‘pensamento’ comum a todos, uma opinião coletiva. Hoffman⁴⁶ (2008) compartilha do pensamento de que a opinião comum direcionou grande parte do que era determinado pela probabilidade:

I believe it is fair to say that common δόξα would hold that having a strong motive for murder should count against a defendant. The defendant counters the argument that his strong motive to kill makes him the most fitting culprit by cleverly turning the logic of εἰκός against itself, using the strategy that Protagoras⁴⁷ called "making the weaker argument stronger"⁴⁸.

Aristóteles pontua até mesmo quais as opiniões que podem ser favoráveis ao que delibera e busca aprovação diante dos jurados. Tendo em mente que a busca pela

⁴⁶ Hoffman (2008), no texto “Murder in Sophistopolis: paradox and probability in the First Tetralogy”, atribui a Primeira Tetralogia sete paradoxos “that challenged accepted norms of legal proof and argument in fifth century in Athens. The paradoxes of the First Tetralogy are not all logical paradoxes, but do all challenge common δόξα: some are plausible contradictions of apparent truths or legal conventions, while others present themselves in the clash of two apparently true, but logically contradictory, arguments”. (Hoffman 2008 p. 4).

⁴⁷ “Também nisto consiste tornar o argumento mais fraco. Daqui que, com justiça, os homens se sentissem tão indignados com a declaração de Protágoras, pois é um logro e uma probabilidade não verdadeira, mas aparente, e não existe em nenhuma outra arte, a não ser na retórica e na erística”. (*Rh.* 1402a26).

⁴⁸ Hoffman 2008 p. 7.

opinião é um recurso desses oradores, ele delimita que devem buscar as opiniões dos influentes e prestigiados dentre o povo, buscando assim associar-se à fama e à benevolência dos que assim são vistos:

Com efeito, os (oradores incultos) enunciam as premissas comuns e gerais, os (oradores cultos) baseiam-se no que sabem e no que está próximo do seu auditório. Portanto, é assim que os oradores devem falar, não tomando como ponto de partida todas as opiniões, mas só certas e determinadas, por exemplo, as dos juízes ou as daqueles que gozam de reputação; e o fato é que a coisa aparece mais clara, ou a todos os ouvintes, ou à maior parte deles⁴⁹.

A acusação argumenta que “os fatos que o forçaram a cometer a impiedade” (*Antiph. 2 α’ 9.1*) seriam a inimizade de muito tempo, e também a instauração, por parte do acusado, de inúmeros processos contra o morto, sem que tivesse obtido vitória em nenhum deles. Por isso, diz a acusação, o acusado teria perdido notável quantidade de bens. No momento do assassinato, ele se encontrava em processo, instaurado pela vítima, por roubo de patrimônio sagrado. Diante dos fatos passados e ciente da nova acusação, para se defender dos novos prejuízos, o acusado planejou o crime para impedir o inimigo: o que parece mais provável (εικότως), segundo a acusação. Porém, a acusação afirma que, se houvesse mais testemunhas, mais pontos seriam apresentados, e a única testemunha apresentada foi o que disse o escravo, encontrado ainda respirando. Quando chegaram para socorrer, perguntaram e ouviram o escravo dizer ter reconhecido o réu no meio dos agressores. Neste ponto, mesmo a parte da acusação, que é a mais interessada na força do argumento da testemunha, demonstra um cenário em que a verossimilhança também tem importância, como as outras provas:

Refutado (o acusado) pelas verossimilhanças e pelas testemunhas (τῶν εικότων ὑπό τε τῶν παραγενομένων), de nenhum modo seria justo nem conveniente que ele fosse absolvido por vós. Pois os que premeditam crimes permaneceriam sem refutação (ἀνεξέλεγκτοι), se não

⁴⁹ *Rh.* 1395b39.

fossem refutados pelas testemunhas (παραγενομένων) e pelas verossimilhanças (τῶν εἰκότων ἐξελέγχονται)⁵⁰.

Antifonte precisa os dois recursos que refutam a defesa do acusado: a verossimilhança e a testemunha, e não atribui valor diferente a cada um deles. O uso do εἰκός se mostra bem formulado e definido como um argumento retórico, pela facilidade de reconhecimento e identificação do recurso, tanto para os que o utilizam quanto pelos ouvintes, assim como sua aceitação com o mesmo peso de outros recursos, o que demonstra que esse discurso já trabalha com a popularidade do recurso, ainda que não haja evidência, para a época, de teorizações a seu respeito, como se verá depois em Aristóteles. A tradução para ‘verossimilhança’ reforça a ‘categoria’ que o conceito apresenta no texto.

Antifonte também faz uso do argumento εἰκός com a mesma propriedade em outros discursos⁵¹, como em *Contra a Madrasta*⁵² e *Acerca do Coreuta*. Naquele, o filho que instaurou o processo contra seus irmãos, indignado de estes tomarem o partido de sua mãe, a madrasta, declara no discurso de acusação:

Pois a fortuna e eles próprios (os irmãos) me forçaram a contra eles estabelecer esse processo, enquanto verossímil (εἰκός) seria que se tornassem vingadores do morto e auxiliares do acusador⁵³.

Diante da morte do pai, por envenenamento, seria mais verossímil que os filhos vingassem o morto, diante do valor que tem esse ato para aquela sociedade, do que se dispusessem a auxiliar a mãe, pois de modo algum um filho deveria deixar de honrar o pai vingando-o. Em *Acerca do Coreuta*, o réu deseja validar as suas testemunhas, que estavam presentes durante evento de exercitação em sua casa, para provarem que ele não deu ao jovem o remédio que o matara. O réu aqui deseja enfatizar

⁵⁰ *Antiph. 2* α' 9.5.

⁵¹ Antifonte também faz o uso do argumento εἰκός na *Terceira Tetralogia* (*Antiph. 4*), β' 1. 4. : “Que ele tenha feito discursos breves, não me espanto, pois o perigo para eles não é sofrer quaisquer padecimentos, mas não me fazer perecer injustamente por causa de sua hostilidade. Que queiram igualar às maiores incriminações uma causa em que o morto é ele mesmo mais culpado do que eu, é verossímil (εἰκότως), parece-me, que eu me irrite”.

⁵² Outras ocorrências do argumento εἰκός neste discurso ocorrem em 7. 4-7; 17.1; 18. 4-8.

⁵³ *Antiph. 1* 2. 1-3.

que, se não houvesse testemunhas, ou ele as forjasse, nesse caso seria o discurso de acusação mais verossímil do que as provas inventadas; contudo, como havia testemunhas oculares, estas se tornam mais consideráveis do que discursos baseados em verossimilhança:

Se não houvesse testemunhas oculares, e eu as produzisse, ou se não produzisse testemunhas oculares, mas de outro tipo, seria verossímil (εἰκότως) que seus discursos fossem mais confiáveis que minhas testemunhas. Mas o fato é que eles próprios concordam que havia testemunhas presentes ao evento, e as que eu apresento são, de fato, oculares⁵⁴.

Para encerrar a primeira arguição, a acusação apela para o fator social. Os juízes não podem deixar impune o impuro para que este não polua a cidade, trazendo assim “más colheitas e realizações desafortunadas” (*Antiph.* 2 α’ 9.13), e devem presar para “que o acontecimento infeliz seja particular, para ficar purificada a cidade” (*Antiph.* 2 α’ 9.15). Assim como o objetivo de toda deliberação é coletivo (Gagarin 1997⁵⁵), devendo trazer o melhor para o indivíduo e, conseqüentemente, para toda a πόλις, aqueles que agem em benefício próprio devem sofrer punição particular. Essa é também a essência de toda a retórica, e também dos silogismos, como o argumento εἰκός. A partir de uma ocorrência singular, específica de um povo, a naturalidade dessa recorrência torna tal fato tão comum a ponto de torná-lo incontestável logicamente. Um princípio específico de uma sociedade ganha abrangência coletiva pública através do uso dessa premissa pela arte retórica. Esses elementos são inspirados na opinião comum (δόξα), que não faz referência diretamente ao que é real, pois ela constrói uma própria

⁵⁴ *Antiph.* 6 29. 4-9.

⁵⁵ “The issue of pollution is raised in all four speeches. The main arguments for the prosecution are (A) since a killer pollutes the whole city, the speaker has a religious duty to prosecute and convict the true killer; if he prosecutes an innocent man and obtains a conviction, even if the fault is the jurors', the pollution (i.e. the dead man's avenging spirit) will fall on him (I.3); (B) on the other hand, if the jurors acquit this defendant, who is guilty, the pollution will fall on them (3.9-11); (C) the whole city (and thus the jurors) will suffer if the killer is free, for his presence will defile sanctuaries, ruin crops, etc. (I. 10-11). In response the defendant agrees, of course, that the guilty (not the innocent) should be prosecuted and argues that since the plaintiffs are pursuing an innocent man, they themselves ought to suffer the pollution, and they will be responsible for ruined crops, etc (2.11)”. (Gagarin 1997 p. 123).

realidade⁵⁶ sobre os indivíduos com o propósito de obter vantagem com essa oportunidade. Hoffman (2008⁵⁷) chama a atenção para o apelo à δόξα que a acusação faz, ressaltando o paradoxo do argumento: se o assassino ficar impune, a cidade torna-se poluída; se for acusado um homem justo, a desgraça também cairá sobre a cidade.

A defesa, por sua vez, inicia o discurso demonstrando se utilizar também do argumento da probabilidade, o εἰκός, fazendo até mesmo “da inimizade uma prova de que não matou”, uma vez que o réu, como inimigo declarado, seria o suspeito mais verossímil. Para refutar o argumento dos “vingadores do morto”, o acusado desenvolve a obviedade da suspeita:

Do que eles dizem, é difícilimo me persuadir, hábil que sou, mas também tolo, se fica parecendo que cometi o ato. Pois se, neste momento, por causa da grandeza da inimizade, pareço, de modo verossímil (εἰκότως), reprovado a vossos olhos, seria mais verossímil (εἰκότερον) que, antes de agir, eu previsse a suspeição que ora me sobrevém, e, se soubesse que algum outro premeditava fazê-lo, haveria de o impedir, antes de fazer eu mesmo e cair voluntariamente numa suspeição (ὑποψία) previamente clara. Pois, se ficasse claro (φανερὸς) que eu vim a ser o autor desse ato, estaria perdido; se permanecesse encoberto, é claro que desde já a suspeição sobreviria a mim⁵⁸.

Este é o raciocínio principal de sua defesa. Reconhecendo que, em um caso de assassinato em que não se tem pistas de algum suspeito, é natural e até mesmo automático suspeitar do inimigo, e tê-lo como suspeito número um. Para este raciocínio verossímil, Antífote utiliza o advérbio εἰκότως. Para refutar esse silogismo, o acusado argumenta que seria tanto mais verossímil se ele, caso tivesse ciência de alguém com intenção premeditada de cometer o assassinato, impedisse o ato para que não caísse a

⁵⁶ “The fifth-century sophists and orators, however, did value truth and did appreciate the distinction between truth and opinion, even if they did not share Plato’s view of the nature of truth”. (Gagarin 1994 p. 57).

⁵⁷ “The common δόξα challenged here, evinced by the frequent use of the μίαισμα argument by prosecutors in actual courtroom speeches, is that juries should favor conviction in uncertain cases in the belief that, when in doubt, it would be better to convict than risk the spiritual contamination of the whole city. The defendant boldly reminds the jury that the sword of μίαισμα cuts both ways: because a wrongful conviction might itself cause pollution, they should discard the presumption for the prosecution commonly implied by the μίαισμα argument.” (Hoffman 2008 p. 17).

⁵⁸ *Antiph.* 2 β’ 3. 1-10.

suspeita sobre si, uma vez que neste caso até mesmo a situação de dúvida lhe é desfavorável. Para essa argumentação, foi utilizado o adjetivo, no grau comparativo, εικότερον. Entre os dois argumentos apresentados há uma diferença que a tradução de ambos por ‘verossímil’ e ‘mais verossímil’ não permite captar. O argumento construído pelo εικότως estabelece o silogismo de forma automática, que dá ao pensamento essa intuição de ser natural; por isso foi utilizado para caracterizar o silogismo de que, sendo inimigo, seria o primeiro suspeito do assassinato. Já o εικότερον apresenta a característica maior de possibilidade, algo que seria possível como hipótese, evocando então um sentido mais amplo do que o silogismo direto.

Da mesma forma, a distinção ocorre um pouco mais adiante (*Antiph.* 2 β’ 2.5⁵⁹). O acusado contra-argumenta as próprias alegações ditas pela acusação. Como foi dito por esta, seria inverossímil (ἀπεικός⁶⁰) o morto ser assassinado por bandidos pelo fato de ter permanecido com roupas, mas o acusado afirma ser muito verossímil (εικός) esta hipótese, uma vez que os bandidos poderiam ter tido pressa para se salvarem; ou se o morto, tendo os visto em ação criminosa, fosse executado para não se tornar delator. É o que Gagarin (1997) chama de argumento da probabilidade reverso (reverse εικός-argument), quando o acusado responde com a mesma lógica de probabilidade a acusação do argumento εικός que recebeu:

The εικός -argument found as early as the Hymn to Hermes⁶¹ (composed c. 500) but Tisias and Corax developed a new twist, the reverse εικός -argument. The classic example concerns a fight between a weak man and a strong man, where the former argues, as expected, that being weak, he is not likely to have assaulted a strong man; the latter counters with a reverse εικός: he is not likely to have assaulted a weak man, since he would immediately be suspected of the crime (*Arist. Rh.* 2.24.11⁶²). The reverse

⁵⁹ “Não é inverossímil como eles dizem, ao contrário, é bem verossímil, que a vítima, errando àquela hora da noite, tenha sido morta por causa das roupas. Pois o fato de não ter sido despojado não é sinal de nada: eles podem não ter conseguido despojá-lo a tempo, abandonando-o por medo de alguns passantes”. (*Antiph.* 2 β’ 5).

⁶⁰ O advérbio ἀπεικός é formado pela contração de ἀπό com εικότως/ εικότως, em que a preposição neste caso tem o sentido aproximado do ‘a’ privativo. Deste modo, ἀπεικός significa ‘não verossímil’.

⁶¹ “οὐδὲ βοῶν ἐλατήρι, κραταιῷ φωτί, ἔοικα” (*Hino a Hermes* 265).

⁶² “De fato, o que está à margem da probabilidade produz-se, de tal maneira que também é provável o que está fora da probabilidade. Se assim é, o improvável será provável, mas não em absoluto. Do mesmo modo que na erística, o não acrescentar em que medida, em relação a quê e de que modo torna o argumento capcioso, também aqui, na retórica, acontece o mesmo, porque o improvável é provável, mas não de forma absoluta, só relativa. É deste tópico que se compõe a Arte de Córax: “se um homem não dá pretexto a uma acusação, por exemplo, se, sendo fraco, for acusado de violências (porque não é

εἰκός -argument is found in Antiphon's *First Tetralogy* (2.2.3, 2.2.6), a work that is an exercise in εἰκός -arguments, but is not found in actual speeches; significantly it is absent from Antiphon 5, where εἰκός-arguments are common⁶³.

O argumento da probabilidade reverso foi um inteligente uso do argumento εἰκός, produto sofístico da segunda metade do sec. V a.C., a fim de causar impacto em uma grande audiência reunida, que ainda não conhecia um contra argumento ao argumento da probabilidade. Gagarin (1997) defende que esse uso que visa desconstruir o argumento da probabilidade demonstra que esses sofistas já reconheciam a deficiência deste argumento, ao contrário de o valorizarem, como afirma Platão e tantos estudiosos modernos⁶⁴.

Para fortalecer seu argumento da probabilidade reverso, a defesa ressalta um ponto importante dos silogismos:

E aqueles que o odiavam não muito menos do que eu – e eram muitos –, como não é mais verossímil (εἰκός) que eles, e não eu, o mataram? Pois, para eles, era evidente (φανερὰ ἦν ἡ ὑπόψια) que a suspeição viria sobre mim, enquanto eu sabia claramente (σαφῶς) que seria incriminado no lugar deles⁶⁵.

Uma característica extremamente importante do silogismo é o fato de este ser ‘evidente’. É bem comum encontrar adjetivos do campo semântico de φανερός, para caracterizar este argumento. A premissa facilmente inferida pelo indivíduo é a persuasividade do argumento εἰκός, e a explicação desta é sempre um fato ‘evidente’.

provável); mas se der azo a uma acusação, por exemplo, se for forte (dir-se-á que não é provável, justamente porque ia parecer provável)”. O mesmo se diga em relação a outros casos, uma vez que, forçosamente, um homem dá ou não dá azo a ser acusado. Ambos os casos parecem, pois, prováveis, mas um parecerá provável, a não ser como dissemos.” (*Rh.* 1402a15).

⁶³ Gagarin 1997 p. 14.

⁶⁴ “The reverse probability argument can form an important part of an examination of the validity of probability arguments relative to arguments based on direct evidence, since a demonstration that probability can be used on either side of a case can form the basis for a rejection of probability in favour of direct evidence. This may be the conclusion we are meant to draw from Antiphon's *First Tetralogy*, where we find the only other fifth-century example of the reverse probability argument. This work shows quite clearly, in my view, that the fifth-century intellectuals recognised the limited value of probability arguments and did not ascribe to them the power Plato alleges.” (Gagarin 1994 p. 51).

⁶⁵ *Antiph.* 2 β' 6.4.

Porém, nem tudo que é evidente constitui um silogismo, uma vez que, para ser caracterizado como tal, é necessário apresentar uma premissa cujo conteúdo está profundamente assente na cultura, para que seja possível aos ouvintes inferir uma conclusão de probabilidades.

Retomando a citação do trecho β' 3. 8-10, em que o acusado diz que seria mais verossímil (εἰκότερον) que ele mesmo tomasse providências contra o plano do assassino, se tivesse conhecimento deste, o réu complementa: “Pois, se ficasse claro (φανερὸς) que eu vim a ser o autor desse ato, estaria perdido; se permanecesse encoberto, é claro que desde já a suspeição sobreviria a mim”. O fato de alguém intervir em uma tentativa de assassinato, por saber desta, não acarreta instantaneamente uma dedução argumentativa, em forma de um silogismo, como ocorre no caso de o primeiro suspeito desconhecido de assassinato ser inimigo da vítima. Porém, o fator ‘evidência’ é uma premissa do raciocínio, uma exigência para a composição⁶⁶ do silogismo. Não chega a ser um indício, porque é um ‘raciocínio evidente’, ainda vigente no âmbito do pensamento dedutivo. O acusado pretende supor que realizar o assassinato se aproveitando da fama da inimizade, porque o réu seria o primeiro suspeito, poderia ser o plano de alguém, mas este raciocínio é apenas uma suposição, um raciocínio ficcional, por isso εἰκότερον, apesar de a ação de se proteger deste plano ser algo evidente (φανερὰ). Para construir um silogismo completo, além de ser evidente, o raciocínio deve construir uma conclusão como reflexo das premissas apresentadas.

Antifonte também faz uso do εἰκότερον com a mesma propriedade em outros discursos, como na *Terceira Tetralogia*. O argumento criado através do εἰκότερον não possui a característica de criar uma conclusão a partir das premissas apresentadas, mas demonstra uma maior possibilidade da aplicação do raciocínio com base no verossímil:

Aprende primeiro que é mais verossímil (εἰκότερον) que os mais jovens, e não os mais velhos, se embriaguem e comecem brigas. Pois o orgulho natural aos primeiros, a plenitude de sua força e a inexperiência na embriaguez os excitam a satisfazer os ímpetos do coração; já os segundos,

⁶⁶ Como já foi dito, na página 2 do presente capítulo, “o silogismo é um argumento construído com premissas de caráter usual e frequente. A partir de duas premissas, pode-se deduzir uma terceira. O silogismo é, assim, composto de uma premissa maior, uma menor e uma conclusão; é, portanto, um argumento dedutivo”.

pela experiência no excesso de vinho, pela fraqueza da velhice e pelo medo da força dos jovens, restam temperantes⁶⁷.

Ora, é admissível e muito provável que os jovens tenham dinamismo e impulso para começar brigas, mas que as brigas são sempre iniciadas por jovens não é uma premissa conclusiva de um silogismo. Alguém, avisado de uma briga, não raciocina dedutivamente que esta tenha sido iniciada, necessariamente, por jovens. Isso não é um argumento imediatamente evidente, mas é provável e também natural, e, por isso, verossímil, a partir do elemento mais interpretativo deste argumento.

A defesa desenvolve a refutação da única prova apresentada pela acusação - o testemunho do escravo:

E o testemunho do escravo, como seria digno de confiança (ἀπιστουμένων)? Pois, aturdido pelo perigo, não é verossímil (εἰκός) que tenha reconhecido os assassinos, mas que, aconselhado pelos senhores, tenha se curvado às suas ordens, isso é verossímil (εἰκός). E o testemunho de escravos em geral suscita desconfiança (ἀπιστουμένων), caso contrário não os submeteríamos à tortura⁶⁸.

O testemunho, para a defesa, é refutado através do εἰκός. Para revogar o testemunho⁶⁹ do escravo⁷⁰, a única prova envolvida no processo, Antífote se utiliza de um raciocínio tão óbvio que não se pode negar, o fato de escravos não serem dignos de

⁶⁷ *Antiph. 4 2.* 4-10.

⁶⁸ *Antiph. 2 β' 7.* 1-6.

⁶⁹ Aristóteles também problematiza o papel das testemunhas nos julgamentos, questionando a honestidade destas: “São também as testemunhas que participam do risco de serem processadas, se dão a impressão de estarem a mentir. Tais testemunhas servem apenas para determinar se um fato ocorreu ou não, se é ou não esse o caso; mas não são testemunhas sobre a qualidade do ato, como, por exemplo, se é justo ou injusto, se é conveniente ou inconveniente. Sobre estas matérias, são mais dignas de crédito as testemunhas que estão fora da causa, e as mais dignas de todas são os antigos, pois não são corruptíveis”. (*Rh.* 1376a14).

⁷⁰ Hoffman (2008) destaca dois motivos do que ele chama de testemunho paradoxo: “The “testimony” of the dead slave is paradoxical because the reigning legal δόξα would not recognize it as testimony at all. There are two reasons for this. First, under normal circumstances, the testimony of a slave would be accepted only if it was introduced by the procedure of βάσανος, in which the slave’s owner was challenged to turn the slave over for interrogation under torture. Of course this was not possible here, for the slave had died. Second, because the slave had died, the only evidence that could be given concerning his “testimony” was the testimony of those who had heard him, which in a modern courtroom would be considered hearsay evidence. As Carawan points out, the author of the *First Tetralogy* could not have contrived more tenuous grounds for the charge”. (Hoffman 2008 p. 14).

confiança. Essa é uma premissa tão natural e coerente com a vivência daquela comunidade, que é mais comum duvidar da palavra de um escravo do que lhe dar crédito, e essa é a premissa conclusiva que é ambicionada pela defesa. É claro que, se a testemunha fosse um homem livre, um cidadão da πόλις, essa premissa não teria a eficiência que tem neste caso, pois os homens cidadãos não recebem o tratamento e a desconfiança dados a um escravo. A eficácia do argumento resulta de sua correta aplicabilidade, e, uma vez que o indivíduo reconheça os elementos naturais e plausíveis de sua cultura, não há como os associar de forma errada, pois assim não seria um silogismo. Em seguida, o acusado completa com as explicações evidentes que circundam a utilização desse argumento: “o testemunho de escravos em geral suscita desconfiança, caso contrário não os submeteríamos à tortura”. Percebe-se que a defesa tem interesse em realçar o valor de uma realidade comunitária do que é socialmente aceito: a palavra de um escravo não é digna de confiança para ser uma prova, independentemente de ser verdadeira ou não. Gagarin (1994) expõe este argumento como o propósito da *Primeira Tetralogia*, aplicar corretamente as ‘verdades’ para determinados casos, para que o uso adequado supere as limitações do argumento da probabilidade:

The purpose of the *First Tetralogy*, then, is to explore ways of learning the 'truth' and to rehearse the use of probability arguments at the same time. Far from establishing probability as 'more honoured than truth', it establishes just the opposite: that probability arguments only have value in the absence of direct evidence; direct evidence, when available, is better⁷¹.

Novamente Antifonte recorre ao argumento da probabilidade reverso, como define Gagarin (1994), o εικότερον, para refutar o testemunho:

Como seria justo confiar em um tal testemunho, e me arruinar? Se alguém acha que essas verossimilhanças (εικότα) são iguais à verdade (ἀληθέσι) que testemunham contra mim, eu contra-argumento que é mais verossímil (εικότερον) que eu me guardasse, conservando a segurança da

⁷¹ Gagarin 1994 p. 53.

precaução, e não estivesse presente ao crime, do que um escravo atingido ter me reconhecido corretamente⁷².

Antifonte contrapõe pela primeira vez no discurso a verossimilhança à verdade. Diante da refutação das provas, aos juízes convém “olhar os fatos piedosamente, pois é a partir das coisas ditas que a verdade deve ser perscrutada” (*Antiph.* 3 2.1). Pode-se perceber que, nas palavras da defesa, as verossimilhanças (εἰκότα) são os argumentos lógicos que o acusado apresenta, enquanto que a verdade (ἀλήθεια) é a prova real, concreta, que foi apresentada contra este. Esta sim, a ἀλήθεια, é a realidade factual e concreta que compõe as provas, mas, por causa das verossimilhanças (εἰκότα) adequadas apresentadas pelo réu, ela não é suprema. Gagarin (1994) averigua o uso da probabilidade contraposto ao de provas verdadeiras também em discursos de outros oradores, afirmando que a probabilidade é aplicada contra a verdade quando esta se mostra indefinida⁷³. E, ainda contra essa ἀλήθεια, o acusado apresenta novo argumento, que seria mais verossímil (εἰκότερον) que ele não comparecesse ao atentado para que não fosse reconhecido pelo escravo. Mais uma vez o uso do contra-argumento εἰκότερον marca a característica de ‘hipótese’⁷⁴, e não de um pensamento automático causado pela apresentação de uma premissa. Novamente a hipótese está mais relacionada à expectativa do que seria possível acontecer, e não a uma lógica racional, e esse caráter hipotético configura também a possibilidade de aplicação de elementos ficcionais.

E assim o réu conclui a primeira defesa: que as coisas de que o acusam “são indignas de fé (ἄπιστα)” (β’ 10.1). Ainda que seja verossímil (εἰκότως) que ele seja suspeito, as provas apresentadas não são confiáveis, e a sua defesa é tão verossímil quanto os argumentos e provas apresentados contra ele. Desta forma, as provas tornam-se tão suspeitas quanto a sua defesa, revelando que existem dois argumentos maiores do que um testemunho: o verossímil e o confiável (crível).

⁷² *Antiph.* 4 β’ 8. 1-6.

⁷³ “Examination of other surviving speeches of the period leads to the same conclusion, that the orators resort to probability only when the truth is unknown, or unclear, or subject to differing interpretations. In some of these cases, moreover, probability supports a case that we know is true. In other cases, probability does not enter into the argument.” (Gagarin 1994 p. 53).

⁷⁴ O mesmo uso se repete na passagem γ’ 5.1, quando a acusação argumenta que “de modo algum é mais verossímil (εἰκότερον) que estivesse ausente do que presente ao local. Se estivesse ausente correria o mesmo perigo que estando presente, pois todo aquele que fosse capturado o acusaria como mentor do crime”. O caráter hipotético fabulatório novamente se sobressai à argumentação lógica do silogismo.

A segunda acusação tem por intenção provar “que ele (o acusado) não se defendeu corretamente” (*Antiph.* 2 γ’ 1.6), pois “as frases desmentem a defesa voltando contra ela as próprias afirmações” (γ’ 4), e insistem na injustiça (ἀδικεῖται) do homem⁷⁵. As tentativas de refutar os argumentos da defesa continuam sendo feitas pelo εἰκός. Da mesma forma, continuam as suposições e hipóteses:

Ele (o acusado) tenta se valer da evidência (φανερών) de que a suspeição recai sobre ele para que vós penseis exatamente o contrário, esse argumento não tem nenhum valor; se a possibilidade de se tornar suspeito fosse suficiente para demovê-lo do atentado, mesmo estando em grandes perigos, ninguém mais haveria de tê-lo premeditado, pois todo aquele que corria menos perigo, temendo mais a suspeição do que o perigo, menos chance teria de cometer o atentado⁷⁶.

Novamente a utilização do φανερός⁷⁷ exemplifica o valor de tal argumento/premissa. Ainda que a acusação queira desmerecê-lo, o que nada mais é que sua função, o fato de reconhecê-lo como evidência atesta uma ‘categoria’ identificada por todos. É de pleno conhecimento que não se trata de uma evidência concreta, mas sim de um raciocínio evidente, é uma premissa de valor inegável para um argumento retórico lógico. Como de costume, a explicação do argumento apresenta um fator especulativo, em que ganha a parte que conseguir torná-la ao máximo verossímil, assim como o argumento. A generalização, fundamental para o raciocínio dedutivo do silogismo, representando um ato individual que pode ser tomado como coletivo, pretende fazer o caminho inverso do argumento do réu: todos poderiam então ter cometido o crime, mas, entre todos, ele é o que teria mais motivos, em virtude do processo que se instaura.

A acusação, depois de rebater com verossimilhança os argumentos verossímeis da defesa, conclui:

⁷⁵ Gagarin (1994) interpreta que a recorrência da busca da ‘verdade’ assegura que existe a crença em uma “factual truth’ which, if known by all, would settle the matter. The difficulty is that up to this point there is no good direct evidence for this factual truth, and thus the indirect evidence of probability naturally enters in.” (p. 53).

⁷⁶ *Antiph.* 2 γ’ 7. 1-7.

⁷⁷ Este uso se repete nas passagens β’ 3.8; β’ 6.6; β’ 10.4; γ’ 8.6; γ’ 9.1; γ’ 10.2; δ’ 2.6;

Em todo caso, não afirmamos que seja(m) apenas de modo verossímil (εἰκότως) assassinos, mas de fato (φάσκων). Sobre os assassinos é o que se deve corretamente dizer, quando se nos torna evidente (φανερόν) que eles de fato mataram a vítima. Se os assassinos, entretanto, não deixam evidências (δεδηλωμένων), é por verossimilhança (εἰκότων) que podemos argumentar, e, nesse caso, nenhum outro senão ele seria o assassino⁷⁸.

A não-refutação de um argumento com εἰκός pode fazer com que ele seja tomado e acatado, uma vez que a ausência de evidências, ou evidências instáveis, requerem o uso do argumento εἰκός (Gagarin 1997). A predominância da evidência (φανερόν) da verossimilhança (εἰκότως) é o suficiente para uma conclusão, se não houver uma prova concreta. Esta prova é diferenciada por Antifonte da evidência (φανερόν) por raciocínio, é a evidência concreta (δεδηλωμένων). Como partícipio do verbo δηλώω, essa evidência tem a característica de ser visível, manifesta, enquanto que φανερόν está mais relacionado ao ‘evidente irrefutável’, no âmbito argumentativo discursivo. O testemunho do escravo poderia ser uma evidência (δεδηλωμένων) se fosse digno de confiança (ἄπιστα), mas, por ser palavra de um escravo, a verossimilhança o vence em segurança.

Há de se atentar para a ordem que Antifonte estabelece: se não há evidências, então só se pode recorrer à verossimilhança, pois as evidências limitam a eficiência desse argumento (Gagarin 1997⁷⁹). Do contrário, seria impossível atingir a verdade do caso, como também ocorre na crítica narrada em *Acerca do Coreuta* (*Antiph. 6*): “Enquanto os outros homens provam os discursos com fatos (τοῖς ἔργοις τοὺς λόγους ἐξελέγγουσιν), estes buscam com discursos tornar os fatos inverossímeis (οὗτοι δὲ τοῖς λόγοις ζητοῦσι τὰ ἔργα ἄπιστα καταστῆσαι)” (47. 4-6). A ênfase no uso de ἄπιστα evidencia a força do consentimento de um silogismo: o argumento é digno de confiança para aqueles que compartilham dos mesmos valores e interesses sociais, e aquilo que for menos confiável, obviamente se torna menos persuasivo.

Como um discurso escrito em situação hipotética, não feito para ser proferido em tribunal, Antifonte parece insistir em problematizar a questão ampla que envolve a prática do argumento εἰκός:

⁷⁸ *Antiph. 2 γ’ 8. 5-11.*

⁷⁹ “The First Tetralogy is thus an exercise in the use of εἰκός-arguments, and at the same time a demonstration of the limited role of these arguments. (...) A carefully planned crime that leaves no direct evidence will require εἰκός-argument.” (Gagarin 1997 p. 124).

Se agora nesse caso a culpa não é provada, nem pelas verossimilhanças, nem pelas testemunhas, nunca haverá prova alguma contra os acusados⁸⁰.

De certa forma, a popularização da aplicação do εἰκός faz com que a argumentação, se ficar apenas no âmbito do verossímil εἰκότερον, torne-se vazia, pois sempre será possível a qualquer parte criar hipóteses eternas que favoreçam o seu lado da interpretação. De fato, um argumento verossímil (εἰκότως) pode refutar uma prova de frágil valor cultural, uma vez que não seria condizente com esta sociedade condenar um homem rico e influente na πόλις pelo testemunho de um simples escravo moribundo⁸¹. Percebe-se então que a ‘verdade’ é flexível diante de um pensamento coletivo que se interpõe entre o popular e os interesses dos cidadãos. Um argumento verossímil se adequa bem a esses interesses, pois é todo formado de opinião coletiva compartilhada e, obviamente, aceita. Essa opinião se constrói em torno das situações que avaliam os valores sociais em função das circunstâncias particulares da πόλις. A opinião pública não pretende expor a verdade, pois ela produz uma verdade que seja conveniente ao momento, e que deve ser aceita por aqueles que quiserem ser aprovados e ouvidos nos contextos políticos.

No segundo discurso de defesa, o acusado lamenta: “temendo a enormidade de sua calúnia (διαβολῆς), confio (πιστεύων) no vosso parecer e na verdade (τῇ ἀληθείᾳ) de meus atos” (*Antiph.* 2 δ’ 1.3). Novamente o uso de εἰκότερον evidencia a dedução pessoal do indivíduo em vez de premissas diretas:

Dizem que, a propósito dos que eventualmente passavam diante das vítimas, que nada seria mais verossímil (εἰκότερον) senão que indagassem claramente (σαφῶς) sobre os assassinos e que o fossem denunciar na casa da vítima, de preferência a simplesmente passar ao largo. Eu não acho que possa haver um homem tão ardente e corajoso que, àquelas

⁸⁰ *Antiph.* 2 γ’ 9. 4-6.

⁸¹ Na segunda defesa, o réu utiliza esse argumento: “como é preciso achar mais confiável o testemunho do escravo do que dos homens livres? Pois estes são punidos com multas e com perda de direitos políticos quando parecem testemunhar falsamente”. (*Antiph.* 2 δ’ 7. 1-4).

horas da noite, encontrando corpos palpitantes, de preferência a dar meia-volta e fugir, interrogasse pelos bandidos, correndo risco de vida. E, quando esses fizessem o que era mais verossímil (εἰκόσ), é verossímil (εἰκότως) também que os assassinos deixassem intactas as roupas das vítimas; com isso aparto-me da suspeição⁸².

Para explicar o fato de o morto estar vestido, o réu não se utiliza de premissas diretas, mas da hipótese do εἰκότερον, um tanto marcada pelas suas próprias reflexões, e por isso desenvolve toda uma narrativa ficcional que favorecesse sua interpretação. Essa passagem é um claro exemplo do elemento ficcional adentrando ao que era apenas um raciocínio lógico. O que era uma construção do domínio da retórica política extrapola sua aplicação apenas nessa área e atinge outras áreas discursivas. Ao contrário, para marcar um silogismo, o de que é verossímil que os bandidos fugissem antes de roubar as roupas, caso fossem flagrados, Antífonte diferencia os termos utilizando εἰκόσ.

A fim de escapar da acusação, o réu dispõe todos os seus escravos para rígido questionamento e até mesmo tortura, argumentando que pretende mostrar “não por verossimilhanças (ἐκ τῶν εἰκότως ἀλλά ἔργῳ δηλώσω), mas de fato, que (ele) não estava presente” (*Antiph. 2 δ’ 8.3*). Mais uma vez a sua intenção é distinguir em que âmbito se encontram suas provas: os testemunhos dos escravos (ἔργῳ δηλώσω) como prova concreta, diferentemente de raciocínios evidentes (φανερόν), não podem ser refutados por palavra alguma. Note-se que Antífonte, em *Contra a Madrasta*, mostra que a querela é formada pela principal pista da parte acusadora: “um indício (σημεῖον⁸³) é o não-querer entregar os escravos para interrogatório” (*Antiph. 1 l. 14*). O testemunho de um escravo feito sob interrogatório comprova de fato a suspeita e tem valor de prova concreta na argumentação⁸⁴. Para concluir o discurso, Antífonte realça o âmbito em que vigora a argumentação retórica⁸⁵ de ambas as partes:

⁸² *Antiph. 2 δ’ 4. 4-12*.

⁸³ Grimaldi (1980) enfatiza a diferença de σημεῖον e εἰκόσ da seguinte forma: “εἰκόσ argumentation is clearly thought of as deductive argumentation; σημεῖον argumentation, while also deductive argumentation, submits, from his remarks, to the possibility of inductive argumentation. σημεῖον may be the effect, and so it argues to the presence of the cause as signate.” (p. 389).

⁸⁴ A questão do testemunho dos escravos sob questionamento é melhor desenvolvida em *Contra a Madrasta*: “Se os escravos negassem ou não concordassem em suas declarações, o interrogatório levado até a tortura os forçaria a denunciar o que aconteceu, pois esse método acaba fazendo que mesmo os que se armam de mentiras denunciem a verdade” (*Antiph. 1 10. 8-12*).

⁸⁵ Esta passagem em *Acerca do Coreuta* bem exemplifica a lógica dos termos por ele utilizados: “Eu, no entanto, vos apresento discursos verossímeis (λόγους εἰκότας) e testemunhas (μάρτυρας) que concordam

Eles se valem de verossimilhanças (εικότων) para provar minha culpa, mas não dizem que sou o assassino verossímil do homem, e sim real (οὐκ εικότως ἀλλ' ὄντως φονέα μέ φασι τοῦ ἀνδρὸς εἶναι). As verossimilhanças (εικότα) para mim são mais como eu demonstrei (ἀποδέδεικται), pois a testemunha (καταμαρτυρῶν) de acusação, argumentei que ela era para mim indigna de fé (ἄπιστος), e que não houve sequer interrogatório. Os indícios (τεκμήρια)⁸⁶, mostrei que eles são a meu favor e não a favor deles. As pistas (ἵχνη τοῦ φόνου) do assassinato não levam a mim, mas apontam para os inocentados por eles. Todas as teses da acusação (κατηγορηθέντων) provaram-se indignas de fé (ἀπιστῶν)⁸⁷.

Mesmo que os raciocínios lógicos verossímeis convençam a todos⁸⁸, ao ponto de fazerem uso deles como argumentos, não significam que são a realidade (οὐκ εικότως ἀλλ' ὄντως). A acusação não conseguiu validar o testemunho do escravo como uma prova (δηλόω), pela palavra de um escravo não inquirido ser um argumento fraco socialmente (ἀπιστῶν) diante da palavra de um cidadão, tornando o testemunho apenas algo evidente (φανερὸς). O mesmo raciocínio Antifonte utiliza em *Acerca do Coreuta*, sobre o réu acusado de ter envenenado o jovem: “Perseguem-me nesse caso, porém, como assassino, enquanto a lei só permite acusar diante do fato concreto (πρᾶγμα κατηγορεῖν)” (*Antiph. 6 9. 7-10*), A argumentação se encontra no domínio da probabilidade, logo, da verossimilhança, não podendo ser adotada como verdadeira. É preciso deliberar em um âmbito de provas concretas para atingir o real. Além disso, Antifonte mostra que o verossímil também dá segurança (πιστός), apresenta a necessidade de ter crédito da sociedade e de ser um argumento além da crença, fora de qualquer suspeita.

com os discursos e fatos (ἔργα) que concordam com as testemunhas e provas (τεκμήρια) tiradas dos fatos”. (*Antiph. 6 31. 1-4*).

⁸⁶ Amônio reproduz uma ponderação expressiva de Antifonte: “As coisas passadas (παροιχόμενα) tornam-se dignas de fé através de vestígios (σημείους), as futuras (μέλλοντα), através de suspeitas (τεκμηρίους)” (*De adfinium vocabulorum differentia*, 127 [72 B/ VI.2 G]). A diferença no vocabulário técnico mostra uma melhor tradução de τεκμήριον por ‘suspeita’.

⁸⁷ *Antiph. 1 δ’ 10. 1-8*.

⁸⁸ Hoffman (2008) destaca o que ele chama de dois sentidos do εικός: “εικός as proof through verisimilitude versus εικός as a fittingly just action. Within the context of this running exchange about the value of εικός arguments, Antiphon has shown how εικός arguments are involved in paradoxes challenging many common forms of legal proof and argument.” (Hoffman 2008 p. 18).

Através de fragmentos, lamentavelmente, chegaram até nós as “Artes Retóricas” de Antifonte, demonstrando que sua preocupação com a retórica ia além da aplicação de argumentos, e que ele percebia o domínio da linguagem como potência representativa de sua realidade. Longino cita⁸⁹ que Antifonte “disse que perceber as coisas presentes, existentes e subsistentes é, para nós, conforme a natureza (κατὰ φύσιν)”, e assim ele percebe os elementos existentes e naturais de sua cultura e os representa em linguagem, retórica, dando forma a um forte elemento coletivo, a opinião comum.

1.3. Os benefícios da probabilidade

O domínio da retórica era uma das principais armas para conseguir o prestígio político. O conhecimento popular fundado em opinião e a propagação dos debates nas esferas políticas proporcionaram uma maior participação popular, de modo que a força das disputas dependia dessa aprovação pública. O conhecimento inacessível do passado⁹⁰ era possível através de uma memória coletiva de experiências e compreensão tradicionalmente aceitas. Era um mundo oral em que as relações eram diretas e imediatas, e isso construía um controle social sobre as instituições da πόλις. Amplamente praticado, o argumento εἰκός se baseava em opinião pública e também a modelava de forma que opiniões subjetivas, provisórias e probabilidades eram confundidas com realidade e conhecimento verdadeiro (ἐπιστήμη). Isto, obviamente, era muito conveniente e aproveitado pelos ῥήτορες e políticos, visto que a excelência da verdade, no contexto prático, não era tão eficiente quanto alguma urgente necessidade daquela sociedade. É como bem representa Aristóteles na *Retórica* sobre esse caráter social da eficiência da oratória:

⁸⁹ Longino, *Ars Rhetorica* (I, 318 Spengel) [71 B/ VI.1 G].

⁹⁰ Não havia um ceticismo quanto à estrutura do mundo, mas quanto à possibilidade de conhecimento humano seguro dessa estrutura. A opinião pública não podia mais ser persuasiva apenas por um discurso mítico, que se impunha pela sua origem divina e misteriosa, pois ela era formada a partir de um confronto de opiniões que evidencia o caráter laico dos discursos que originavam as decisões políticas.

Atendendo a que o persuasivo é persuasivo para alguém (ou é persuasivo e crível imediatamente e por si mesmo, ou parece sê-lo porque demonstrado mediante premissas persuasivas e convincentes), e atendendo a que nenhuma arte se ocupa do particular – por exemplo, a medicina, que não especifica o que é remédio para Sócrates ou Cálías, mas para pessoas da sua condição (pois isso é que é próprio de uma arte, já que o individual é indeterminado e não objeto de ciência) – tão pouco a retórica teorizará sobre o provável para o indivíduo, mas sobre o que parece verdade para pessoas de uma certa condição⁹¹.

Em vista disso, percebe-se que a verdade reconhecida é moldada pelo assentimento e aderência da opinião pública, que é diretamente manifesta nos debates e aplicações políticas. Essas opiniões, contudo, poderiam ser verdadeiras ou falsas, e aquelas que atingissem a consagração de boas e virtuosas por reputação, estas seriam também as mais persuasivas e aceitas⁹², visto que a opinião era um poder instituído que compunha a cidadania. A realidade era moldada pelos princípios democráticos, e cada valor era avaliado a partir de situações particulares, sendo relativo ao sujeito que opina. O que dominava então esse campo discursivo político era uma noção: a de útil e de conveniente (συμφέρω). Para atingir esse reconhecimento da opinião pública, os grandes oradores se aperfeiçoaram em meios que construíssem essa segurança nos ouvintes, como um dos mais célebres oradores e logógrafo ático, Demóstenes, também reconhecido e compilado no Cânone dos Dez Oradores Áticos.

Envolvido pela força e admiração ao discurso, Demóstenes é um completo produto do momento de Atenas. Seu pai falecera quando ele tinha apenas sete anos, e o deixou em boas condições financeiras, porém seus tutores lhe roubaram uma parte da herança e da outra fizeram mau uso, de tal forma que ele não recebeu quando criança uma educação apropriada. Mas, admirado pelo poder dos discursos e daqueles que os declamavam, viu na retórica uma oportunidade de enriquecer, como muitos viram, ou simplesmente de recuperar seus bens. Tomou como seu mestre Iseu, logógrafo especializado em casos de heranças, como demonstra sua obra, e também importante orador incluído no cânone dos dez oradores, fixado pelos eruditos da Biblioteca de

⁹¹ *Rh.* 1356b30.

⁹² *Rh.* 1400a6 – “(...) Outro tópico tira-se dos fatos que se admite existirem, mesmo os inverossímeis, porque não acreditaríamos neles se não existissem ou não estivessem para acontecer. Com mais razão ainda, aceitamos o que existe ou o que é provável. Portanto, se um fato é inverossímil e improvável, é porque tem probabilidades de ser verdadeiro, pois não é por ser provável e plausível que parece tal”.

Alexandria, segundo Plutarco. Plutarco também diz na Biografia de Demóstenes que o historiador Hermipo⁹³ encontrou evidências⁹⁴ de que Demóstenes também frequentou a escola de Platão. Então, quando ele atingiu a idade permitida, processou seus tutores e ganhou a causa, não conseguindo reaver, porém, nenhuma parte de seu dinheiro, mas ganhando a fama oportuna para participar dos assuntos políticos.

A fim de atingir a *πειθώ* desejada, a persuasão sofisticada, Demóstenes opta pelos meios da *πίστις* para construir a confiança recíproca através da palavra. Para isso, ele demonstra amplo conhecimento da opinião pública através de noções que apresenta em seus discursos, como a forte preocupação com seu *ἧθος* a fim de prezar pela boa fama. Estudos⁹⁵ sobre discursos inteiros do orador mostram como Demóstenes se apresenta como o ‘salvador’ da *πόλις*, relacionando diretamente a si o substantivo *σωτηρία* e o verbo *σώζω*, conjugado em primeira pessoa do singular, para afirmar sua concepção própria de salvador, em discursos um tanto dramáticos (Slater 1988). Também é sabido que Demóstenes insultava Ésquines, questionando qual papel heroico este desejava apresentar, enquanto, através da depreciação dos atos deste, insistia em apresentá-lo comicamente e com performance incompetente. Desta forma, Demóstenes se sobressaía em comparação aos atos deste, destacando os contrastes de ações, mas de forma alguma construía sua “superioridade” de forma pomposa quanto a si mesmo e diretamente ofensiva aos outros. Wankel (1976⁹⁶) sugere que esses usos, tanto em termos de ação quanto de linguagem de Demóstenes, são baseados em paralelos e epifanias culturais, que tornam sua linguagem mais natural e fácil para apresentar críticas a outros oradores⁹⁷.

⁹³ Hermipo de Esmirna (séc. III a.C.), historiador e filósofo peripatético, também foi autor de biografias de oradores, filósofos e legisladores, e uma das fontes principais de Plutarco.

⁹⁴ *Plut. Dem.* 5. 7-6: “Embora Isócrates tivesse escola nessa época, foi Iseu que ele tomou como guia no caminho para a oratória, ou porque, sendo órfão, como dizem alguns, não podia pagar a Isócrates o salário de dez minas, ou, mais certamente, porque via na eloquência de Iseu eficácia e utilidade prática. Hermipo afirma ter encontrado livros de memórias de autoria desconhecida nos quais se diz que Demóstenes frequentou a escola de Platão e disso tirou muito proveito para os seus discursos; e menciona também Ctesíbio, segundo o qual o orador recebeu secretamente de Cálias de Siracusa e de alguns outros os tratados de Isócrates e de Alcídamente e os estudou”.

⁹⁵ Cf. Slater (1988); Dorjahn (1950); Wooten (1989).

⁹⁶ *Apud*: Slater 1988.

⁹⁷ Em um estudo anterior dos Proêmios de Demóstenes, observo as semelhanças das técnicas e valores empregados nos discursos inteiros e nos proêmios isolados: Demóstenes procura apresentar sempre essa noção de ‘o melhor e mais conveniente’, que chega a construir o perfil de orador com alguns bons adjetivos admiráveis a um ateniense do séc. IV a.C., e estruturas recorrentes são empregadas nos proêmios com essa finalidade, como de sempre ter o melhor discurso para dizer (*λέγειν βέλτιον εἶχεν* – AB1); encontrar a política que possa melhorar a situação da cidade (*πράξας βελτίω ποιήσειεν* – IE1); buscar por deliberações que tenham consequências vantajosas (*ἐπιτήδει ἴσως* – KA1); intentar vencer (*ζητεῖν νικῆσαι* – KE3); e outras. Há uma frequente empregabilidade do *συμφέρω*, como útil e vantajoso

Percebe-se então que toda a habilidade de Demóstenes está na naturalidade com que ele representa essas práticas e valores culturais. O uso do argumento εἰκός se apresenta mais natural do que como aplicação de um argumento retórico, como lemos no próêmio da *Primeira Filípica*:

Se nos fosse proposto falar sobre um assunto novo, teria esperado até que a maior parte dos oradores habituais tivesse manifestado sua opinião. E, se me agradasse alguma das propostas enunciadas por eles, ficaria em silêncio; em caso contrário, então eu mesmo tentaria dizer o que penso; mas, como sucede que também agora se examina uma questão sobre a qual muitas vezes eles já falaram antes, julgo que com razão (naturalmente - εἰκότως) obterei vosso perdão por ter-me levantado primeiro. De fato, se no passado eles vos tivessem aconselhado o que era preciso, nenhuma resolução deveríeis agora tomar⁹⁸.

Era uma prática habitual na Assembleia que os chefes políticos falassem em primeiro lugar, e, como na data desse discurso, Demóstenes ainda era um jovem há pouco iniciado no ofício retórico, não era ainda um dos mais prestigiados políticos. Era também um costume cultural que os anciãos com mais de 50 anos de idade tivessem a regalia de ter a primeira palavra na deliberação. Para criar então um pretexto que justificasse a sua ‘ousadia’ de tomar a primeira palavra, ele enfatiza a circunstância de “não estar se propondo a falar de algum assunto novo”, pois os oradores habituais estão “examinando uma questão sobre a qual muitas vezes eles já falaram antes”. É naturalmente (εἰκότως) perdoável que ele fale então em primeiro lugar, uma vez que se as deliberações anteriores, dos mais antigos oradores e dos anciãos, tivessem sido eficientes, não seria necessária a palavra do jovem orador. A fim de justificar o que poderia ser compreendido como irreverência, Demóstenes aduz que fora a incompetência das deliberações anteriores o que produziu tal situação, construindo

à cidade, com emprego consciente do orador (ἀλλ’ ἄ συμφέρειν ὑμῖν νομίζω – Δ). Também se atesta o uso do φαίνεσθαι em nenhum momento em primeira pessoa do singular, mas em pessoas do plural ou terceira pessoa do singular, o que sugere a intenção de Demóstenes de enfatizar a opinião pública, e não a sua própria (βελτίων ἄρ’ ὑμῖν ὀλιγαρχία δημοκρατίας φαίνεται (B) – Então a oligarquia lhes parece melhor do que a democracia).

⁹⁸ *Dem. 4 1. 1.* Tradução de Isis Borges B. da Fonseca.

assim agressiva crítica, a de que tais oradores não tinham sido proveitosos e convenientes para a deliberação.

Em outra passagem da *Primeira Filípica*, Demóstenes emprega o εἰκός com o propósito de criar uma explicação natural, criando o efeito de uma declaração que poderia ser dita por qualquer cidadão, assim como ele:

(...) Desde que essas forças mercenárias fazem campanha sozinhas por vós, é de nossos amigos e aliados que elas saem vencedoras, enquanto nossos inimigos se tornam mais fortes do que convém. E, como tratam irrefletidamente da guerra por nossa cidade, partem por mar ao encontro de Artabazo ou para qualquer outro lugar, e o estrategista segue. Com razão (naturalmente) (εἰκότως), pois não é possível comandar, se não se concede uma remuneração⁹⁹.

É de conhecimento de todos que os que exerciam cargos públicos¹⁰⁰ na πόλις recebiam remuneração. O estrategista¹⁰¹, obviamente, para receber sua remuneração, tinha de cumprir suas funções de guerra. Essa era a crítica de Demóstenes a essas tropas, que ele qualifica como ‘mercenárias’, que trabalham visando apenas o benefício financeiro, interessadas apenas no pagamento. Por isso, naturalmente (εἰκότως), o estrategista segue, pois, para receber a remuneração esperada, obviamente tem de trabalhar. A desaprovação de Demóstenes recai sobre esse ato, pois, em vez de prezarem pelo interesse da πόλις, eles trabalham apenas pelo interesse próprio de serem remunerados, e, para isso, seguem até mesmo as tropas inconvenientes à cidade.

Na *Segunda Filípica*, também se observam outras recorrências do uso do εἰκός:

⁹⁹ *Dem. 4* 24. 9.

¹⁰⁰ Neste mesmo discurso, Demóstenes discorre sobre o investimento monetário nas tropas de guerra e sobre o pagamento dos que exercem essas funções: “Abordo então esse ponto. Pois bem! No que concerne ao dinheiro: há a nutrição – apenas o fornecimento de víveres para esse exército – que chega a noventa talentos e mesmo um pouco mais; para dez naus rápidas, quarenta talentos, ou vinte minas por nau e por mês; para dois mil soldados outro tanto, para que o soldado receba dez dracmas por mês como despesa de alimentação; para os duzentos cavaleiros, se cada um receber trinta dracmas por mês, doze talentos” (28. 3). Essa demonstração dos recursos mostra como era bem organizado o pagamento das funções públicas.

¹⁰¹ Em Atenas, os estrategistas constituíam um corpo de dez membros eleitos pela Assembleia popular, e eram renovados a cada ano podendo ser reelegíveis. Comandavam o exército em tempo de guerra e, nos períodos de paz, exerciam a função de ministro dos negócios estrangeiros. Entre as suas outras atribuições estavam: designação de trierarcas, recrutamento do exército e distribuição dos navios. No judiciário, cuidavam das questões de segurança do Estado e disciplina militar.

Vós, aqui sentados, estais mais bem preparados que Filipe para expor julgamentos justos e para compreender o que um outro expõe; todavia para impedi-lo de executar os planos em que está agora empenhado, ficais completamente inativos. Acontece, então, algo inevitável, creio, e talvez natural (εἰκόζ); é mais eficiente para os dois lados aquilo em que cada um se ocupa e se esforça: para ele, as ações; para vós, os discursos¹⁰².

Demóstenes observa e representa em seu discurso a situação em que se encontravam os ouvintes da assembleia. A instituição política se tornou uma atividade tão influente que as deliberações e os discursos se distanciaram da aplicabilidade prática e da necessidade enfrentada pela cidade. Expondo esse cenário visto por ele, Demóstenes critica o que ele identifica como descompasso entre o entusiasmo com as deliberações e a imprudência com a necessidade de prática pelos interesses da cidade. Assim, ele conclui que se torna natural (εἰκόζ) para os cidadãos atenienses, pela prática política, se ocuparem mais com os discursos, enquanto que a outra parte, os macedônios, está se preocupando com as ações.

A fim de construir o bom ἦθος dos atenienses, Demóstenes novamente se utiliza desse raciocínio para explicar a distinção destes diante dos outros gregos:

Quanto aos tebanos, ele (Filipe) pensava – fato que ocorreu – que em troca de vantagens recebidas o deixariam, no restante, fazer o que quisesse, e não só não se oporiam nem lhe causariam estorvo, mas também fariam campanha com ele, caso lhes ordenasse. E agora trata bem os messênios e os argivos, por ter percebido as mesmas disposições. Isso é o maior elogio dirigido a vós, atenienses. Com efeito, por esses atos de Filipe, sois considerados os únicos entre todos que, por nenhum proveito, sacrificariam os justos interesses comuns dos gregos e, por nenhum favor ou vantagem, daríeis em troca a devoção aos gregos. E, naturalmente (εἰκότως), ele formou essa opinião sobre vós, e opinião contrária sobre argivos e tebanos, não só observando o presente, mas também levando em conta o passado¹⁰³.

¹⁰² Dem. 6 3. 8.

¹⁰³ Dem. 6 9-10.

A postura dos argivos e tebanos, que, para Demóstenes, se corromperam ao se subordinarem aos valores pagos e às vantagens oferecidas pelo rei da Macedônia, proporcionou a Filipe considerá-los interesseiros a ponto de ‘venderem’ sua própria identidade em proveito dos subornos oferecidos por este. O ‘maior elogio aos atenienses’ era o fato de ‘serem os únicos entre todos que, por nenhum proveito, sacrificaram os justos interesses comuns dos gregos, e nem deram em troca a devoção a eles’. Diante dessa postura dos atenienses divergente da exercida pelos outros povos, é natural (εἰκότως) que Filipe forme uma opinião diferente sobre estes. Demóstenes exalta a naturalidade de raciocínio do argumento εἰκός, mais do que seu fator de probabilidade. Pode-se perceber que, exaltando a naturalidade do pensamento, Demóstenes pode associá-lo a elementos que não sejam diretamente prováveis. Por isso, na primeira passagem¹⁰⁴, ao se explicar por não seguir os costumes e falar primeiro, é possível a ele enfatizar a naturalidade de se esperar uma nova opinião, ao contrário do que seria provável, que os mais velhos falassem primeiro. Este uso em Demóstenes é um tanto distinto do uso tradicional, como o utilizado por Antifonte, como fora visto. Mas o uso do εἰκός está, obviamente, relacionado ao conhecimento cultural que compõe a opinião comum da comunidade, que nos permite conhecer particularidades do cotidiano do povo, como a expressa na passagem seguinte:

Diziam que eu, por ser um bebedor de água, era naturalmente (εἰκός) um homem intratável e ranzinza¹⁰⁵.

Essa observação de Demóstenes faz referência a um discurso de Ésquines, seu principal rival, em que este, a fim de rivalizar e ridicularizar Demóstenes, disse: “Não é nada surpreendente que Demóstenes e eu não tenhamos a mesma opinião, pois ele bebe água, e eu, vinho¹⁰⁶”. Manifestamente, Ésquines aplica uma constatação do dia-a-dia daquela sociedade de homens bebedores de vinho, e da euforia que lhes causa, e a

¹⁰⁴ *Dem. 4 1. 1.*

¹⁰⁵ *Dem. 6 30. 1.*

¹⁰⁶ *Dem. 19 46.* A fala de Ésquines está neste discurso, de autoria de Demóstenes. Era um costume recorrente entre os gregos citarem na íntegra as falas dos outros, e estas serem interpretadas por todos como legítimas.

utiliza contra Demóstenes, atribuindo-lhe uma irritação, certo mau humor, advindos da sobriedade. Os discursos aqui citados, sendo do gênero deliberativo, utilizados para serem pronunciados nas assembleias diante dos cidadãos, reforçam a obviedade do argumento εἰκός como base de um silogismo baseado em opiniões populares inquestionáveis, uma vez que o orador, prezando por seu ἦθος, não se exporia a dizer como natural a todos algo que não fosse tão óbvio, dentro da lógica do argumento de probabilidade, pois agindo assim poderia correr o risco de ser julgado como um orador que não dominasse o assunto e, mesmo assim, se dispusesse a deliberar, e que, então, perderia a credibilidade e autoridade de que tanto necessitava para ser ouvido e atendido.

Na *Terceira Filípica* encontra-se também essa recorrência do εἰκός assegurando o que é provável e possível de acontecer com naturalidade. Essa passagem bem exemplifica um silogismo simples presente na época, o de quão temíveis eram os gregos para os “seus bárbaros”, e como se uniam e se protegiam como gregos. Sendo este argumento sabido por todos, o orador demonstra sua clara percepção dos acontecimentos e passa segurança de estar consciente do que está a dizer:

Então aqueles atenienses criam ser seu dever cuidar da salvação de todos os gregos, pois não lhes importaria, se não pensassem assim, que alguém subornasse e corrompesse pessoas do Peloponeso. E de tal forma puniam e castigavam os que eles percebiam ser venais que ainda os inscreviam numa estela. Em consequência disso, era natural (εἰκότως) que a Grécia fosse temível para o bárbaro, e não o bárbaro para a Grécia¹⁰⁷.

Da mesma forma é empregado o εἰκός no *corpus* de *Proêmios* isolados¹⁰⁸. A fim de construir um argumento com a mesma naturalidade, que possua aparência de

¹⁰⁷ *Dem.* 9 45. 1.

¹⁰⁸ É atribuída a Demóstenes a autoria de um *corpus* de προοίμια δημηγορικά, 56 proêmios do gênero deliberativo. A autoria se baseia na proximidade das características formais do estilo retórico dos proêmios com trechos dos discursos inteiros do orador, exibem as mesmas características de dicção, ritmo, pausa, ordem das palavras, estrutura das frases que marcam o estilo de Demóstenes, e que bem o diferem de outros oradores. Alguns pesquisadores desacreditam essa tese ao levantar o fato de existirem fórmulas na oratória ática, que frequentemente poderiam ser copiadas por outros autores, fato que obviamente ocorria, mas as semelhanças vão além. Outra prova a favor da autoria demostênica é o tema dos proêmios e dos discursos do orador, ou seja, em conteúdo, grande parte trata da degradação que a política ateniense estava sofrendo a partir do século IV a.C., representando a inconformidade do orador a

incontestável, Demóstenes o aplica de forma a acentuar os elementos naturais da possibilidade. Com o propósito de contestar a inclinação dos cidadãos para a oligarquia, o autor enfatiza o principal ponto favorável aos cidadãos: qualquer homem poder expor sua opinião em público, mesmo contra o próprio governo estabelecido, e isso é proveitoso para todos - fato que é, naturalmente, conveniente a todos:

Então a oligarquia lhes parece melhor do que a democracia.
Mas vós pensais que eles são melhores? E quem poderia ser considerado naturalmente (εἰκότως) homem proveitoso por vós, falando em público contra o governo estabelecido¹⁰⁹?

Outra passagem¹¹⁰ dos *Proêmios* retrata esse uso que Demóstenes faz nos seus discursos completos. Desejando explorar os efeitos naturais das emoções humanas, Demóstenes pretende canalizar de acordo com a intenção do seu discurso o πάθος dos ouvintes:

Por um lado realmente irritados estão (e) natural é, por estas coisas que estais passando! Por outro, não com os responsáveis, mas com todos sem exceção indigneis, isto nem natural nem correto é¹¹¹.

Como um bom orador que preza por seu ἦθος de quem diz o que é bom e conveniente à πόλις, Demóstenes esforça-se para se distinguir de outros oradores, que ele pretende demonstrar não serem tão benéficos como ele é. Por isso, ele se mostra compreensível com o público a respeito da fúria dirigida aos responsáveis pelas más situações em que se encontra Atenas, como um cidadão como qualquer outro deveria se apresentar. Por outro lado, questiona o comportamento revoltado do público para com todos, tentando direcionar a insatisfação destes apenas para com os que são os

respeito dos interesses comuns do povo. Pode-se notar que a aplicação do argumento εἰκός é mais uma evidência da proximidade dos proêmios com os discursos inteiros do orador.

¹⁰⁹ *Prooimia* II - β. Tradução de minha autoria.

¹¹⁰ Dos 56 Proêmios isolados de Demóstenes, abordam o argumento εἰκός da mesma forma expressa nos discursos inteiros os seguintes: I; II; IV; XXIII; XXVIII; XXXV; XXXVII; XXXIX; XLI; XLV.

¹¹¹ *Prooimia* XXXIX - λθ. Tradução de minha autoria.

culpados pela situação da cidade, e não para com todos os outros que buscam ser úteis e benéficos para a πόλις, grupo em que ele se inclui.

Em *Sobre as questões da Quersoneso*, o orador ainda apresenta o argumento do εἰκός diante de situações que, aparentemente, são inquestionáveis para ele e para os que o escutam. Nesta passagem, Demóstenes se vale também do conhecido e comum sentimento de cólera após os sofrimentos da guerra para construir a naturalidade do seu argumento:

A cólera, que é natural sentirdes pelos sofrimentos da guerra, eles querem dirigi-la contra os que em vossa defesa proferem os melhores conselhos, a fim de que os leveis a julgamento e não vos vingueis de Filipe, e para que eles próprios façam acusações e não sejam punidos pelos atos que agora praticam¹¹².

Em outra passagem, Demóstenes parte de conhecimentos básicos de segurança a serem tomados diante das πόλεις inimigas, como a necessidade de dominar a todos os outros povos inimigos para se ter segurança. Logo, é possível compreender as atitudes de Filipe, visto que ele está procedendo apenas a fim de assegurar sua segurança:

Todavia, é sobretudo contra a nossa constituição que ele (Filipe) move guerra e trama; o que mais procura é o meio de destruí-la. E, de certo modo, com razão (naturalmente - εἰκότως) ele assim procede, pois sabe perfeitamente que, se não dominar todos os outros, nada pode ter com segurança, enquanto tiverdes um governo democrático; mas, se um dia ocorrer alguma derrota – coisas que muitas vezes acontecem ao ser humano – todas as forças que se encontram agora ligadas a ele virão procurar refúgio junto de vós¹¹³.

Percebe-se que Demóstenes transpõe para o seu discurso a naturalidade dos acontecimentos cotidianos, demonstrando assim possuir um pensamento comum ao de seus concidadãos, bem como os mesmos interesses que estes. Em vista disso, ele se

¹¹² *Dem.* 8 57. 2.

¹¹³ *Dem.* 8 40. 8.

mostra compreensivo enfatizando eventualidades comuns que ele até mesmo julga de caráter universal, ao enfatizar com uma estrutura apositiva que a derrota é algo “que muitas vezes acontece ao ser humano”. Esse recurso compõe um ponto forte do estilo de Demóstenes, a clareza. Dionísio de Halicarnasso define essa habilidade, parafraseando Aristóteles¹¹⁴, como o “primeiro requisito da oratória forense” (πρώτου τοῖς ἐναγωνίοις λόγοις¹¹⁵):

Demóstenes nunca abandona a clareza, que é o primeiro requisito da oratória forense, enquanto em adição ele ganha a reputação de eloquente, que é claramente sua primeira intenção. Esses são alguns dos caminhos pelos quais Demóstenes molda sua linguagem diferentemente do grande, artificial e não familiar estilo, cujo poder reside inteiramente em seu brilho retórico, e do seu modelo Tucídides, o seu principal expoente¹¹⁶.

Demóstenes é o modelo de estilo político para Dionísio pela grande capacidade daquele de adequar seu discurso às necessidades eficientes. Sendo a clareza a principal qualidade do gênero deliberativo, ele consegue atingi-la através do tom natural que impõe aos seus discursos. Não é por acaso que Dionísio enfatiza pontos que destroem essa naturalidade, e chega a ter como norte do ensaio a seguinte questão: “O que é isso que destrói a expressão natural (φύσιν ἀπαγγελίαν) do discurso?” (*D. H. Dem.* 9. 81). Demóstenes, então, para Dionísio, é o modelo de orador que sabe praticar a medida adequada e natural em seus discursos.

No Livro III da *Retórica*, que aborda o estilo e a composição do discurso, ao tratar da adequação do estilo ao assunto a ser deliberado, Aristóteles bem descreve o efeito causado pelo uso apropriado do estilo discursivo, sendo este efeito também o pretendido e almejado pelos oradores:

¹¹⁴ “Consideremos, por conseguinte, que estas questões foram já examinadas e proponhamos como definição que a virtude suprema da expressão enunciativa é a clareza. Sinal disso é que se o discurso não comunicar algo com clareza, não perfará a sua função própria. E ele nem deve ser rasteiro, nem acima do seu valor, mas sim adequado (τό πρέπον)”. *Rh.* 1404b.

¹¹⁵ Cf. Aristóteles, *Rh.* Livro III, 2.1.

¹¹⁶ *D.H. Dem.* 10. 19. Traduzido por Stephen Usher.

O estilo apropriado torna o assunto convincente, pois, por paralogismo¹¹⁷, o espírito do ouvinte é levado a pensar que aquele que está a falar diz a verdade. Com efeito, neste tipo de circunstâncias, os ouvintes ficam num determinado estado emocional que pensam que as coisas são assim, mesmo que não sejam como o orador diz; e o ouvinte compartilha sempre as mesmas emoções que o orador, mesmo que ele não diga nada¹¹⁸.

A clareza e o conteúdo natural acessível aos ouvintes constroem um efeito que os fazem interpretar os discursos como verdadeiros através de uma apreciação emocional patológica. O ouvinte se identifica emocional e passionalmente a favor do ponto de vista do orador, mesmo que ele não apresente numerosos e excelentes argumentos. Ao mostrar-se partidário das opiniões do público, este também se mostra tendencioso a ele emocionalmente. Ainda no mesmo tópico, Aristóteles ilustra a adequação relacionada aos recursos de caráter evidente que são aceitos como irrefutáveis, como ocorre com o argumento εἰκός:

Na verdade, o rústico e o instruído não falam do mesmo modo. Os ouvintes sentem alguma emoção, e os logógrafos utilizam à saciedade recursos como “quem não sabe?”, “todos sabem”. Pois o ouvinte concorda embaraçado, de modo a participar do mesmo que todos os outros¹¹⁹.

O rústico - o ouvinte - diante do discurso reage com emoção, enquanto que o instruído - o logógrafo - percebendo o estado patético do público, reage com recursos que constroem este, tendo em mente que o ouvinte, mesmo não estando totalmente convencido, acata-o, a fim de concordar com os outros de seu meio, devido ao grande valor identitário de comunidade em que está inserido.

¹¹⁷ Paralogismo (παραλογισμός) é um raciocínio falso com aparência de verdadeiro, paralelo a uma verdade.

¹¹⁸ *Rh.* III, 1408a28.

¹¹⁹ *Rh.* III, 1408a45.

Capítulo 2 - A Natureza do εἰκός como premissa cultural

Este ainda intrincado mundo antigo discursivo compartilha termos essenciais para várias áreas do conhecimento. Assim ocorre com um dos primordiais termos do âmbito discursivo da linguagem, não apenas literária, mas também de diversas áreas de conhecimento: o εἰκός, ou, de forma já mais sistematizada, o verossímil. A utilização do termo revela sua importância para a estruturação da própria noção dos gêneros escritos. Esses ‘gêneros’, porém, ainda em processo de sistematização, apresentam um importante aspecto de suas narrativas que define a natureza desse discurso: muitos textos se encontram no âmbito do provável, e, por mais que muitos autores os atribuam o título de ‘falar a verdade’, o que é real é relativo à cultura e à época em que se encontram e aos limites do que a interpretação destes permite.

Até mesmo no contexto dos textos filosóficos, pode-se encontrar a problemática noção do que se era tomado como ‘verdadeiro’. Nesse sentido, o *Timeu* é uma obra um tanto distinta dos outros diálogos filosóficos, sendo reconhecida¹²⁰ também pela grande exibição retórica que a compõe. Em IV a.C, Platão escreve dois discursos, tidos como um só¹²¹, *Timeu* e *Crítias*, que abordam questões filosóficas através de um longo monólogo do personagem-título. O *Timeu* trata da constituição do mundo e do Homem, e o *Crítias* dá seguimento ao apresentar a constituição da dimensão social e a integração em comunidade no mundo criado. Considerando o eixo temático em torno do qual se desenvolve a narrativa, o diálogo se apresenta

¹²⁰ “Timaeus offers the reader a rhetorical display, not a philosophical dialogue. (...) Timaeus' speech is unique among the Platonic corpus in having extensive philosophical content: here we get philosophy, but grandiose and rhetorically elaborate cosmic theorizing, not the down-to-earth dialectical investigation of most of Plato's philosophical works”. (Cooper 1997 p. 1224).

¹²¹ Os dois discursos são convencionalmente compreendidos como um só, tanto pela abordagem do mesmo tema, quanto pela mesma estrutura, pelo fato de Timeu encerrar seu discurso passando a palavra para Crítias (106b6). Lopes (2001) apresenta a atual abordagem da unidade das duas obras: “Desta indissociabilidade dão também conta as orientações dos estudos platonistas que cada vez mais tendem a considerar os dois como um só. Além da última grande monografia sobre estas obras (Johansen, 2004), o congresso que lhes dedicou a *International Plato Society* aborda-as igualmente como um todo e não como diálogos separados (Calvo & Brisson, 1997)”. (p. 14).

contextualizado¹²² num movimento que começara nos filósofos pré-socráticos (LOPES, p.23), uma preocupação, diga-se, um tanto especulativa, sobre o princípio cosmológico e fundamental da natureza do mundo, as αἰ ὄρχαί, primeiro objeto da filosofia. Por que no *Timeu* seria especulativa? Pois, a respeito da origem do mundo, como também critica Tucídides, as coisas que os personagens narraram “não podem ser verificadas, e eles em sua maioria se enveredam, com o passar do tempo, para a região da fábula (μυθῶδες)¹²³”. Ou seja, não há evidência científica¹²⁴ para comprovar e dar *status* de verdadeiro a essas narrativas, elas são construídas a partir de indícios imprescindíveis para a produção de uma narrativa verossímil das coisas antigas (LIMA, 2010), porém, apenas indícios.

2.1. O Demiurgo e o caráter prático da atividade mimética na representação do mundo

Apesar de a μίμησις não ser o principal e específico objeto dos discursos platônicos, ela é um componente fundamental para o sistema filosófico que determina as obras platônicas, e apresenta abordagens instáveis em diferentes obras. A abordagem prejudicial, negativa e tão criticada na *República*¹²⁵, de que a μίμησις é intencionalmente enganadora, pois é apenas uma cópia ilusória que não transmite o

¹²² “A cosmologia de *Timeu* inscreve-se na corrente de pensamentos que começa no século VI unindo cosmologia, geometria e filosofia, e da qual mantiveram-se afastados os sofistas e Sócrates. Na tentativa de explicar racionalmente o mundo, os pré-socráticos ligaram, no mesmo esforço e a partir da mesma intenção, a geometria e a reflexão filosófica, de tal maneira que o estudo racional da natureza não pôde ser concebido senão através de estruturas geométricas” (Hildeberto Bitar 2001 p. 42). A respeito das outras influências filosóficas de Platão para a composição do *Timeu* e do *Crítias*, ver Rodolfo Lopes, In: PLATÃO. *Timeu e Crítias*. Tradução do Grego, Introdução, notas e índices: Rodolfo Lopes. p. 33.

¹²³ *Thuc.* Livro I, 21-8.

¹²⁴ “Em toda a obra de Platão encontramos as teses de que não há conhecimento sem que exista algo de permanente e de constante que constitua objeto desse conhecimento e que o mundo sensível, domínio do que é instável e sujeito a mudanças, opõe-se ao mundo inteligível, reino do que é estável e permanente. Toda ciência (ἐπιστήμη) concerne ao mundo do inteligível, reino das Ideias eternas; ao mundo sensível, das coisas visíveis e tangíveis, sujeitas a incessantes transformações, concerne a opinião (δόξα)”. (Bitar 2001 p. 25).

¹²⁵ *Rep.* 382d-389b-c.

conhecimento verdadeiro do mundo das Ideias, aparece com frequência relacionada à abordagem poética da categoria (Caimi, 2003)¹²⁶. Há, porém, uma abordagem proveitosa e benéfica, que permite a Platão trazer o mundo das Ideias para a compreensão do mundo sensível, pois o filósofo imita aquilo que conhece do real mundo das Ideias, que é apresentado por Platão no *Timeu*.

O *Timeu* é tido como uma obra da maturidade de Platão, e esta primeira hipótese foi apresentada por Plutarco já na Antiguidade, que defendia que o autor escrevia o *Crítias* pouco antes de sua morte, e por isso a obra ficou incompleta:

Depois, tendo Platão querido deduzir longamente e enriquecer esse tema da fábula Atlântica, como querendo, por maneira de dizer, cultivar um campo deixado sáfaro, que de algum modo lhe pertencia, por extrair e descender da raça de Sólon, começou a construir ali um belo e soberbo pórtico, cercá-lo de belas muralhas e pôr grandes pátios à entrada, tais como jamais outro tratado nem fábula, ou invenção poética, teve tão magníficos; mas, porque começou também tarde demais, acabou a vida antes da obra, deixando aos leitores tanto mais desgosto de não terem o que sobre isso resta escrever quanto mais dá prazer aos leitores o que se escreveu; pois, exatamente assim como na cidade de Atenas o templo de Júpiter Olímpico foi o único que ficou imperfeito, também a sapiência de Platão, entre tão belos discursos que dele saíram, não deixou imperfeito senão aquele único da fábula Atlântica¹²⁷.

Há, porém, duas hipóteses da data real de composição desta obra, a que a insere na última fase da vida do filósofo, juntamente com outros diálogos como o

¹²⁶ Caimi (2003 p.99) discute as distintas abordagens de Platão do conceito de μίμησις em “A natureza flutuante da μίμησις em Platão”, no qual ela revisa a aplicação do conceito e conclui que “na sua obra, não há um emprego unificado do termo μίμησις. A questão é abordada ora numa posição negativa (μίμησις poética), ora positiva (μίμησις filosófica), mas em qualquer dos casos a μίμησις assume uma função mediadora entre o mundo das Ideias e o mundo sensível, pois se apresenta como um necessário artifício na elaboração do aparecimento do mundo. A μίμησις é flutuante, vaga e inespecífica, mas necessária”.

¹²⁷ *Plut. Sol.* 32.

Sofista, o *Político*, o *Filebo* e as *Leis*, e a que a insere na fase média¹²⁸, onde estão colocados o *Crátilo*, *Fédon*, *Banquete*, *República*, *Fedro*, *Parménides* e *Teeteto*. Mas a hipótese tradicional mais aceita é a de Cherniss (1957), que coloca o *Timeu* entre os diálogos da última fase e afirma que as teorias apresentadas neste não desconstroem¹²⁹ nenhuma das apresentadas nos últimos diálogos da vida de Platão, por isso pode ter sido um dos últimos diálogos composto por ele. A μίμησις filosófica é então retomada por Platão depois de toda a sua crítica à μίμησις poética.

A fala de *Timeu* se inicia em 27c, fazendo a invocação dos deuses e buscando “discorrer sobre o universo até a geração do homem”, como ele resume posteriormente (*Tim.* 90e). Ele define um agente construtor do mundo, o demiurgo¹³⁰, que fabricou este de acordo com a imagem¹³¹ do arquétipo¹³², que é idêntico a si mesmo. Mas, para que uma narrativa que trata sobre a criação do mundo e daquilo que se compreende como divino seja construída mimeticamente e de forma adequada, dentro das condições essenciais internas da obra, um elemento é necessário para resgatar a semelhança com a realidade verdadeira: o εἰκός, que proporcionará esse resultado fantástico à obra. Abordando essa potência representativa do termo, Cuenca (2012¹³³) enfatiza a importância da identificação do εἰκός que define em que âmbito

¹²⁸ Alguns estudos que defendem essa fase/data de composição são os de Taylor (1928); e Owen (1953).

¹²⁹ Cherniss 1957 p. 266.

¹³⁰ “(...) Dito isto, devemos agora ocupar-nos do que se deu a seguir: à semelhança de qual dos seres constituiu o mundo aquele que o constituiu. Assumamos que não foi à semelhança de qualquer um daqueles seres que por natureza formam uma espécie particular – pois nada do que se assemelha ao que é incompleto pode tornar-se belo. Estabeleçamos em vez disso que o universo se assemelha o mais possível àquele ser de que os outros são parte, quer individualmente, quer como classe. De facto, esse ser compreende em si mesmo e encerra todos os seres inteligíveis, tal como este mundo nos compreende a nós e a todas as outras criaturas visíveis. Assim, por querer assemelhá-lo ao mais belo de entre os seres inteligíveis, ao mais perfeito de todos, o deus constituiu um ser único que contivesse em si mesmo todos os seres que se lhe assemelhassem por natureza”. (*Tim.* 30c-d). Tradução de Rodolfo Lopes.

¹³¹ “O mundo é a mais bela das coisas devenientes e o demiurgo é a mais perfeita das causas. Deste modo, o que deveio foi fabricado pelo demiurgo que pôs os olhos no que é imutável e apreensível pela razão e pelo pensamento. Assim sendo, de acordo com estes pressupostos, é absolutamente inevitável que este mundo seja uma imagem de algo”. (*Tim.* 29a).

¹³² “Ora, quando o pai que o engendrou (o mundo) se deu conta de que tinha gerado uma representação dos deuses eternos, animada e dotada de movimento, rejubilou; por estar tão satisfeito, pensou como torná-la ainda mais semelhante ao arquétipo. Como acontece que este é um ser eterno, tentou, na medida do possível, tornar o mundo também ele eterno. Mas acontecia que a natureza daquele ser era eterna, e não era possível ajustá-la por completo ao ser gerado. Então, pensou em construir uma imagem móvel da eternidade, e, quando ordenou o céu, construiu, a partir da eternidade que permanece uma unidade, uma imagem eterna que avança de acordo com o número; é aquilo a que chamamos tempo”. (*Tim.* 37c-d).

¹³³ “Eἰκός es la forma de participio del verbo εἰκα, lo que conecta la palabra, a su vez, com εἰκόων (29c2); el mundo es una semejanza, una verosimilitud, algo que se parece a la verdad porque la verdad es el modo em que éste está ordenado. Por otra parte, como señala Miles Burnyeat (2005), εἰκός no sólo

vigora o discurso: uma narrativa que se assemelha à verdade, através da possibilidade da verossimilhança, tão necessária para a coerência da obra.

No *Timeu*, as Ideias estão reunidas e compreendidas sob o conceito de “arquétipo”, e este representa a soma de todas elas que servem de modelo inteligível de racionalidade para a criação, pois é o modelo do paradigma celeste que permite a reprodução das Ideias. Por isso, a imitação do demiurgo é uma atividade pura e legítima, pois é feita diretamente do arquétipo eterno das Ideias, enquanto que a do poeta não o é, pois é feita a partir da já representação sensível desse arquétipo inteligível. Assim, tudo tinha sido feito dentro da maior semelhança ao que lhe tinha servido de modelo, e o demiurgo¹³⁴ completou a parte que restava fazer à imagem da natureza do arquétipo.

(O mundo, o tempo e o céu) foram gerados também de acordo com o arquétipo da natureza eterna, para que lhe fossem o mais semelhantes (ὁμοιότατος) possível; é que o arquétipo é ser para toda a eternidade, enquanto que a representação foi, é e será continuamente e para todo o sempre deveniente¹³⁵.

O que se chama de ‘deveniente’ é um dos termos da dicotomia ontológica inicial ser-devir, duas “formas” de seres (δύο εἶδε) que *Timeu* relata: “um foi proposto como sendo o tipo do arquétipo, inteligível e que é sempre imutável (παραδείγματος εἶδος (...)νοητὸν καὶ ἀεὶ κατὰ ταῦτ’ ὄν), e o segundo, como uma imitação do arquétipo, sujeito ao devir (μίμημα δὲ παραδείγματος δεύτερον, γένεσιν ἔχον καὶ ὀρατὸν) e

significa algo que se parece a la verdad, sino que en esa semejanza hay un matiz: se parece a lo que debe ser, lo que la situación o el sujeto que enuncia necesitan”. (Cuenca 2012 p.38).

¹³⁴ Lopes (2009) atenta também para o caráter ‘ordenador’ do termo δημιουργός: “Ao agir como ordenador/organizador, o demiurgo assemelha-se bastante a um administrador ou, em última análise, a um político, se a sua tarefa pretende impor a ordem onde ela não existia; metaforicamente, transmuta a anarquia do caos em sociedade cósmica. A este respeito, a própria palavra δημιουργός confirma essa orientação semântica, pois, noutros contextos, pode significar, precisamente, “magistrado””. Lopes, 2009, p. 64. Essa mesma observação é feita também por Bitar (2001 p. 28).

¹³⁵ *Tim.* 38c. Tradução de Rodolfo Lopes.

visível” (*Tim.* 48e8). Cuenca (2012) chama a atenção para o fato de as metáforas utilizadas nesse diálogo serem notadamente visuais, enquanto que o mundo inteligível é o próprio ‘ser’ do qual se é feita a imagem, é o mundo das Ideias pertencente à razão, e só pode ser alcançado através desta¹³⁶. Porém, o mundo pertence à ordem do devir, logo, do sensível (Bergson 2005¹³⁷) (pois é visível, tangível e tem corpo¹³⁸) o que torna impossível de se produzir um discurso verdadeiro e estável sobre ele, uma vez que a obediência à verdade é característica do âmbito do saber (Cuenca 2012)¹³⁹. A esse respeito, Lopes (2011) bem esclarece a solução platônica para trazer alguma credibilidade para um discurso que não se pauta no inteligível:

Como produzir uma cosmologia a partir da observação do mundo do devir, o reino da mudança ininterrupta, sendo, por isso, impassível de constituir objeto de verdadeiro saber? Em última análise, como produzir saber a partir do sensível se só as Ideias (inteligíveis) podem ser objeto de saber? Para responder a estas questões nucleares, Platão recorre a um artifício deveras surpreendente: pautar o discurso pela verossimilhança, mais do que pela certeza, e assim apresentar uma proposta plausível em vez de um tratado dogmático e vinculativo; o que, de facto, também aproxima o projecto da tradição cosmogônica¹⁴⁰.

¹³⁶ “La descripción del cosmos se lleva a cabo conforme a estas premisas: el cosmos es generado, y es generado porque es visible, y todo lo visible es generado, por ser corporal. (...) El mundo há llegado a ser em cuanto representación de ese modelo eterno”. (Cuenca 2012 p. 37).

¹³⁷ “Muito embora o mundo sensível se distinga do mundo inteligível, o objeto sensível participa do objeto inteligível. Platão emprega a esse respeito expressões diferentes, e seu pensamento, com relação a esse ponto, tem algo de indeciso. Ora ele fala de μέθεξις, a participação, μίμησις, ὁμοίωσις, imitação, alhures, κοινωνία, comunidade, παρουσία, presença da Ideia nas coisas. O papel do filósofo é o de desentranhar, na sensação, a Ideia, e de se elevar, progressivamente de início, depois de um único salto, até às Ideias as mais puras.” (Bergson 2005 p. 111).

¹³⁸ “Deveio, pois é visível e tangível e tem corpo, assumindo todas as propriedades do que é sensível, que pode ser compreendido por uma opinião fundamentada na percepção dos sentidos, devém e é deveniente, como já foi dito”. *Tim.* 28b.

¹³⁹ Bitar (2001 p. 27) toma o *Timeu* como exemplar ilustração da teoria das Ideias e dos principais componentes desta: “Essas premissas e as conclusões a que chegamos quando as aplicamos à explicação do universo encerram algumas das teses axiais do pensamento de Platão. Em primeiro lugar, a da existência de dois mundos, o das formas inteligíveis ou ideias, eternas e detentoras do ser, e o das sensíveis, sujeitas ao devir; em seguida, a de que o mundo sensível não é senão imagem ou cópia do mundo das ideias. O relato cosmológico do *Timeu* acha-se todo ele fundado, assim, na Teoria das Ideias; é essa teoria que constitui (também aqui) o seu pressuposto fundamental”.

¹⁴⁰ Introdução de Rodolfo Lopes, In: PLATÃO. *Timeu e Crítias*. Tradução do Grego, Introdução, notas e índices: Rodolfo Lopes. p. 33.

O discurso de *Timeu* tem a necessidade de ser plausível e possível de ser representado e empreendido: uma vez que não existem evidências inteligíveis, a verossimilhança passa a ser a exigência racional do discurso (Cuenca 2012). Se o mundo é constituído a partir do arquétipo, significa que essa atividade já faz dele uma própria representação, e o método de sua constituição também deve ser uma representação. A abordagem positiva¹⁴¹ da μίμησις nessa obra é identificada por Caimi (2003) e enfatizada pela importante representação que Platão dá a ela para construir o processo mimético de criação do mundo:

No *Timeu* (28c-32c), quando discute a relação entre o mundo sensível e o mundo das formas, Platão apresenta a μίμησις como princípio criador do mundo sensível, pois as coisas se formaram no mundo sensível através da imitação que o Demiurgo (Deus), ao contemplar a beleza das ideias já existentes, fez à imagem e semelhança das mesmas. Nesse conceito amplo, que aparece nessa obra da maturidade de Platão, está presente a concepção positiva de μίμησις enquanto imagem e semelhança em relação ao modelo, bem como uma dimensão visual do conceito¹⁴².

O demiurgo, como o ‘construtor’ do mundo, realizou uma atividade¹⁴³ mimética, e, para criar/representar algo, busca um modelo de referência, um tanto ideal,

¹⁴¹ A abordagem positiva da μίμησις está relacionada à praticada pelo poeta, que Caimi (2003) enfatiza, por ser ponto de distinção de Platão à abordagem do poeta: “A μίμησις nas mãos do filósofo apresenta-se como um φάρμακον, no sentido positivo, torna-se útil, capaz de formar o mundo, pois acomoda “o mais possível a mentira à verdade” (*República*: s/d, 382d), como Platão faz no *Timeu*, no qual relata a criação do mundo de maneira a representar mimeticamente - por semelhança- o incomunicável mundo das Ideias. O diálogo filosófico surge como tragédia, pois é o filósofo quem melhor se aproxima (poderíamos dizer mimetiza) da maior e mais interna essência da verdade, mas só aproxima-se, daí sua tragicidade”. (p. 113).

¹⁴² Caimi (2003) p. 100.

¹⁴³ A própria atividade do demiurgo também foi imitada em sequência pelos seus posteriores, como se pode ver em: “Mas tudo isto o deus começou por organizar, e em seguida constituiu o universo a partir delas – um ser-vivo único que contém em si mesmo todos os outros seres-vivos, mortais e imortais. E ele mesmo se tornou demiurgo dos seres divinos, enquanto que atribuiu o encargo de fabricar os mortais

as Ideias. Pode-se ver que a criação mimética segue um processo equivalente ao processo de criação do mundo narrado por Timeu.

Refletindo (o demiurgo), descobriu que, a partir do que é visível por natureza, de forma alguma faria um todo privado de intelecto que fosse mais belo do que um todo com intelecto, e que seria impossível que o intelecto se gerasse em algum lugar fora da alma. Por meio deste raciocínio (λογισμός), fabricou o mundo, estabelecendo o intelecto na alma e a alma no corpo, realizando deste modo a mais bela e excelente obra por natureza. Assim, de acordo com um discurso verossímil (κατὰ λόγον τὸν εἰκότα), é necessário dizer que este mundo, que é, na verdade, um ser dotado de alma e de intelecto, foi gerado pela providência do deus¹⁴⁴.

A ação de ‘construtor’ do demiurgo é uma atividade similar à criação poética. O próprio substantivo utilizado por Platão para designar “o criador e pai do mundo” (*Tim.* 28c3) foi ποιητής, que seria o “produtor”, o agente do verbo ποιέω, que significa “fazer”. Este verbo é o mesmo utilizado por Platão em outros diálogos¹⁴⁵ para descrever a atividade do ‘poeta’, enquanto ‘produtor’ do poema, o produto do poeta. Esse caráter prático do verbo¹⁴⁶ como construtor de algo também é recorrente em outros autores, como também em Homero, que o emprega nesta passagem da *Ilíada* com a mesma proximidade de sentido: “Aí então um pasto fez (ποίησε) o ínclito Anfigieiu, grande, num belo vale, com ovelhas luzentes...” (*Il.* XVIII, 587-588). O uso de ποιεῖν, não apenas para atividade prática, mas também para o campo das atividades artísticas, já

àqueles que tinham sido gerados por si. Estes, imitando-o, depois de terem recebido o princípio imortal da alma, tornearam para ele um corpo mortal” (*Tim.* 69c). Também é possível ver essa referência em outras passagens: 43a e 47c.

¹⁴⁴ *Tim.* 30b.

¹⁴⁵ Como em *Grg.* 485d, *Lg.* 935e, e *R.* 379a.

¹⁴⁶ A respeito da aplicação do verbo ποιέω em atividades da poesia, ver *Poéticas Gregas, In: Antiga Musa - Arqueologia da Ficção*, de Jacyntho L. Brandão.

era documentado desde os textos arcaicos de Homero, e já era bem distinguido¹⁴⁷ em Platão. Bitar (2001, p. 29) também aponta passagens que caracterizam o trabalho do demiurgo como artesanal, como técnicas pertencentes ao campo da metalurgia (cf. 35a, 41d, 77a); a construção obreira na constituição do corpo (34b, 36d); e a produção cerâmica para aperfeiçoamento do corpo (33b, 73e. 74a), todas atividades práticas um tanto artísticas do demiurgo.

A μίμησις no *Timeu* é então valorizada pela sua forma de representação e por seus recursos discursivos. Ela é o meio e o processo pelo qual a narrativa de constituição do mundo é possível de ser representada, e é também em si uma representação, uma vez que sua narrativa e as palavras utilizadas nela são do mesmo âmbito daquilo que busca exprimir: também representam o sensível que representa o inteligível. Como afirma Bitar (2001 p.25), “é a própria natureza do assunto objeto do relato que impõe esse método”. A esse respeito, Caimi (2003) explica:

Platão critica a poesia mimética (literatura), sua gratuidade, o fato de difundir o erro sem deixar de ser bela (atrai e seduz), mas não os recursos utilizados na imitação (aspectos da poesia mimética), pois utiliza-se de todos: o diálogo mimético (dramatização), enquanto expressão da oralidade e reprodução da voz presentes em quase toda a sua obra, mas mais bem trabalhados no *Fedro* e no *Banquete*. A narrativa ficcional, enquanto verossimilhança, como é elaborada no *Timeu* e nos vários mitos que narra em sua obra, demonstra que o discurso filosófico necessita da μίμησις para aproximar-se das Ideias. Dessa forma, Platão, além de criar um sistema para a filosofia, cria uma forma literária: o diálogo socrático, que se mostra como μίμησις do pensamento, procurando não ser uma μίμησις de acontecimentos e sim de pendor filosófico, orientada para o intelecto¹⁴⁸.

¹⁴⁷ “Em Platão, ποιεῖν é o termo corrente tanto para indicar a atividade poética em sentido geral (fazer uma comédia e uma tragédia, *Banquete*, 223d; fazer uma palinódia, *Fedro*, 243b) quanto para referir-se à composição das personagens (Homero fez Aquiles melhor que Ulisses, *Hípias Menor*, 269c). Esses usos tornam compreensível que o derivado *poiesis* também se entenda cada vez mais em sentido especializado.” (p. 27, *In: Poéticas Gregas, Antiga Musa - Arqueologia da Ficção*, Jacyntho L. Brandão).

¹⁴⁸ Caimi 2003 p. 112.

Os princípios de verossimilhança abordados de forma metalinguística nessa obra demonstram a importância do conceito para a constituição do pensamento filosófico de Platão, pois mesmo criticando a aplicação poética do conceito, ele cria mimeticamente as situações dos diálogos para representar o que afirma não ser da ordem das palavras, o mundo das Ideias.

2.2. A Natureza ontológica que constitui o discurso de Timeu

Há, contudo, uma considerável distinção de Timeu que delimita o campo do discurso por ele proferido, e que define a natureza em que vigora a sua narrativa:

Deste modo, no que diz respeito a uma imagem e ao seu arquétipo, temos que distinguir o seguinte: os discursos explicam aquilo que é seu congêneres. Por isso, os discursos claros, estáveis e invariáveis explicam, com a colaboração do intelecto, o que é estável e fixo – e tanto quanto convém aos discursos serem irrefutáveis e insuperáveis, em nada devem afrouxar esta relação. Em relação aos que se reportam ao que é copiado do arquétipo, por se tratar de uma cópia, estabelecem com essa cópia uma relação de verossimilhança (εικότας) e analogia; conforme o ser (οὐσία) está para o devir (γένεσις), assim a verdade está para a crença¹⁴⁹.

Logo no prólogo, afirmando que “os discursos explicam aquilo que é seu congêneres”, Timeu afirma que, se o discurso narra a representação do mundo, através da atividade mimética do arquétipo, o próprio discurso será também uma representação.

¹⁴⁹ *Tim.* 29b.

Uma vez que o mundo gerado é uma imagem (εἰκόν¹⁵⁰), do arquétipo, a narrativa sobre ele possui fundamentalmente a mesma natureza¹⁵¹. Ou seja, a essência do discurso é em si imitativa¹⁵² e representativa, é a ação de transpor para o nível narrativo aquilo que está manifesto como arquétipo, objeto do demiurgo. É o que, já no *Crítias*¹⁵³, complementa esse raciocínio: “a linguagem é em si imitação (μίμησιν) e representação (ἀπεικασίαν)” (*Criti.* 107b). Representar se torna um processo natural imitado desde a primeira atividade mimética da criação do mundo, executada pelo demiurgo.

No *Crátilo*, essa discussão¹⁵⁴ a respeito da representatividade das palavras em nível discursivo é desenvolvida através da ação de ‘nomear’. Sócrates pretende mostrar que o nome é apenas uma representação de uma imagem, e que a ‘verdade’ desse objeto deve ser aprendida através da própria imagem em si, ao afirmar que “assim sendo (para conhecer a partir da verdade), conhecer de qual modo é preciso aprender ou descobrir os seres, talvez seja demais, quer para mim, quer para ti. Mas é desejável estarmos de acordo nisto: não se deve aprender e investigar a partir dos nomes, mas, sobretudo das coisas em si” (*Crat.* 439b). Em relação a um discurso, ou qualquer outra forma de representação de algo, por mais verossímil que seja esta, ela jamais será

¹⁵⁰ “Reprodução de um objeto sensível (por obra de arte) ou de uma realidade inteligível (pela natureza).” (Gobry 2007 p. 51).

¹⁵¹ “Εἰκός implica, por uma parte, un determinado modo de analizar la relación que se establece entre mundo sensible e inteligible; por otra, tanto el contenido de las sensaciones como el modo en que el alma organiza las cosas percibidas. La visión y el oído (*Timeo*, 45b-47e) son los mecanismos que permiten acceder al conocimiento de la perfección de la labor de ordenamiento llevada a cabo por el Demiurgo, el médio para identificar la πρόνοια divina que cruza por entero la φύσις y que niega una constitución azarosa de la realidad. Se trata, cabría decir, de una revelación. Se el mundo de los fenómenos es una imagen cuyo modelo es el mundo inmutable y permanente, la belleza será entonces una condición que pertenezca de suyo a la propia constitución y estructura de este mundo.” (Cuenca 2012 p. 37).

¹⁵² “Não é que eu desconsidere a estirpe dos poetas, mas é perfeitamente evidente que a raça dos imitadores imitará com facilidade e de modo excelente aquilo em que foi educada; porém torna-se difícil para qualquer um imitar bem o que não pertence à sua educação, sendo ainda mais difícil se a imitação for feita por meio de palavras”. (*Tim.* 19d).

¹⁵³ *Crítias* e *Timeu* são ambas narrativas produzidas na ausência de qualquer fato documentado que comprove as ‘hipóteses’ descritas.

¹⁵⁴ Caimi (2003) aborda no *Crátilo* o que chama de dimensão visual decorrente da linguagem, uma vez que “através do discurso constroem-se imagens”. Assim ela afirma: “No *Crátilo* (437-440), Platão deixa claro que não está na linguagem o saber real, pois o nome é uma imagem do objeto representado, mantendo com ele uma relação de semelhança. Está, pois, aquém das coisas que imita, já que não é tão real quanto a essência do objeto imitado. Ou seja, a própria linguagem é imitação, sendo o nome uma imitação vocal deficiente daquilo que é imitado”. (p. 101). “Dada a concepção de μίμησις enquanto imagem, o conhecimento no seu grau último, que é o reconhecimento das Ideias na sua plenitude e perfeição, não pode ser expresso por palavras, pois estas não exprimem as essências, e sim se aproximam das mesmas” (p. 102).

verdadeira em absoluto, pois é uma imagem (εἰκόv) sem as mesmas propriedades do objeto representado em si¹⁵⁵.

A esse respeito, Gadamer (1999) aborda o caráter falacioso a que Platão se refere:

Com essa discussão das teorias linguísticas contemporâneas, Platão pretende mostrar que na linguagem, na pretensão da correctura linguística, não se pode alcançar nenhuma verdade pautada na coisa, e o ente tem de ser conhecido sem as palavras, puramente a partir dele mesmo.¹⁵⁶

Logo, sendo o discurso a própria representação que pretende capturar o sensível, para ao menos creditar esse discurso como a imitação do inteligível, Timeu/Platão recorreu à possibilidade do εἰκός como o elemento verossímil¹⁵⁷. É a possibilidade que Bitar (2001 p. 30) afirma permitir como, “as coisas sensíveis têm nas formas inteligíveis a própria possibilidade de sua existência”. A construção desse efeito em *Timeu*, porém, ocorre em um momento inicial da categorização teórica do εἰκός, e esta estruturação se dá através de um processo metalinguístico a respeito da própria estrutura da narrativa e também sobre o conteúdo desta, ou seja, qual o tipo de mensagem que se pretende passar e como fazê-la. Essa atitude metalinguística é uma reflexão acerca dos elementos do discurso e faz parte de um processo metaliterário que representa a transição do estatuto do discurso, como um λόγος recebe o εἰκός como sua possibilidade de elemento racional.

¹⁵⁵ “Sendo as coisas sensíveis imagens ou cópias das Ideias, elas, enquanto imagens, são diferentes do modelo (arquétipo).” (Hildeberto 2001 p. 30).

¹⁵⁶ Gadamer 1999 p. 592.

¹⁵⁷ Necessário para dar crença/confiança ao discurso do λόγος, nessa fase em que o μῦθος ainda é o recurso para explicações não comprováveis.

2.3. O Recurso do verossímil: ο εικός λόγος e ο εικός μῦθος

Na passagem seguinte, pode-se observar a construção do que se percebe por narrativa verossímil, em contraposição ao discurso verossímil:

Portanto, ó Sócrates, se, no que diz respeito a variadíssimas questões sobre os deuses e sobre a geração do universo¹⁵⁸, não formos capazes de propor explicações perfeitas e totalmente concordantes consigo mesmas, não te admires. Mas se providenciarmos discursos verosímeis (ἀλλ' ἐὰν ἄρα μηδενὸς ἦτον παρεχώμεθα εικότας) que não sejam inferiores a nenhum outro, é forçoso que fiquemos satisfeitos, tendo em mente que eu, que discurso, e vós, os juízes, somos de natureza humana, de tal forma que, em relação a estes assuntos, é apropriado aceitarmos uma narrativa verossímil (εικότα μῦθον) e não procurar nada além disso¹⁵⁹.

Essa fala bem descreve a importância desses dois espaços discursivos. Aqui Timeu visa esclarecer que está ciente da impossibilidade de construir um discurso sólido e racional sobre o atual assunto a que está se propondo (variadíssimas questões sobre os deuses e sobre a geração do universo), porque não há elementos suficientes que possibilitem a construção precisa desse raciocínio, digamos, científico. Bitar (2001 p.26) chama a atenção para o uso explicativo do mito afirmando q este é em si a manifestação da probabilidade, e o uso deste como recurso explicativo já demonstra um caráter não científico:

¹⁵⁸ Timeu explica que esses assuntos não são do âmbito dos humanos.

¹⁵⁹ *Tim.* 29c4.

Esforçando-se por aproximar, na sua explicação do universo, o raciocínio rigoroso e a verossimilhança (cf. 56b), Platão viu-se compelido a dar ao relato (μῦθος) de Timeu o qualificativo de “verossímil”, fazendo deste relato uma história provável, na qual a necessidade se alia à probabilidade (cf. 53d). Tanto a natureza do que é explicado – o mundo sensível, sujeito a mudanças e por isso objeto de um conhecimento provável, que se localiza entre a simples opinião e o conhecimento certo – como o caráter da ação a que essa explicação tem que se referir – a ação divina e a produção do mundo sensível – determinam a verossimilhança que qualifica o relato¹⁶⁰.

Nesse caso, então, o essencial não é a extrema verdade sobre o assunto, mas sim o que é possível que seja, isto é, o que é naturalmente provável e admissível. A tradução do εἰκός por ‘verossímil’ nos remete à categoria da ‘verossimilhança’, já conhecida e difundida, por nós, como uma coerência interna essencial à obra literária, que não necessita ser verdadeira, mas dotada de um sentido coerente à obra. Porém, ainda no momento de constituição dessa obra, o *Timeu*, essa coerência interna, expressa pelo εἰκός, era identificada apenas como ‘o que é naturalmente possível e provável de acontecer’, e, por isso, convenientemente aceito. É assim que o discurso racional do λόγος (discursos verossímeis) pode se propor a deliberar sobre assuntos não atestáveis, e que mesmo assim “não sejam inferiores a nenhum outro”: adequando-se à possibilidade de uma “narrativa verossímil” (εἰκότα μῦθον). Note-se que a narrativa foi bem aceita e aderida por Sócrates.

Nada é mais característico, nos diálogos platônicos, do que o intenso questionamento e a frequente intervenção de Sócrates nos discursos de todos que se propõem a deliberar. O que causa sua diferença de postura no *Timeu* que o faz consentir com o discurso, que vigora em diferentes níveis, verossímil e mitológico? A diferença do discurso de Timeu está na adequação da sua proposta narrativa ao assunto do que este trata. Ao que cabe aos seres humanos saber sobre a fabricação do mundo, um acontecimento anterior ao próprio homem, o discurso de Timeu apresenta forma acessível para uma verdade incomunicável onde a linguagem não alcançaria. Ele se adequa aos parâmetros dos falantes e ouvintes “de natureza humana”, que entendem

¹⁶⁰ Bitar 2001 p. 26.

que, sobre tais assuntos, “é apropriado aceitarmos uma narrativa verossímil e não procurar nada além disso” (*Tim.* 29c). Diante da proposta de apresentar os critérios convenientes à forma de narrativa, Sócrates responde:

Sócrates: Excelente, ó Timeu: Devemos sem dúvida alguma aceitá-lo, tal como propões. Acolhemos o teu prelúdio com admiração, mas agora termina a ária sem interrupção¹⁶¹.

O processo de reproduzir uma narrativa verossímil é utilizado por Timeu para explicar, a partir de um exemplo, a formação de outro elemento. Abordando a formação dos minerais a partir dos elementos químicos primários, esse narrador explica, como exemplo, a formação do ouro. A respeito dos outros minerais, ele se resume a dizer que, “no que respeita às outras substâncias deste tipo, não será complicado discorrer sobre elas, se investigarmos a modalidade da narrativa verossímil (εἰκότων μύθων)” (*Tim.* 59c). Do mesmo modo, ao descrever como as cores se formam a partir da mistura com outras cores, Timeu não se dá ao trabalho de explicar cada uma delas separadamente, ele recorre à possibilidade que a narrativa verossímil proporciona ao dizer que, “quanto às restantes cores, é relativamente evidente (δῆλα), a partir destes exemplos, a que misturas se devem assemelhar de modo a salvaguardar a narrativa verossímil (τὸν εἰκότα μῦθον) (*Tim.* 68d¹⁶²).

O estatuto da narrativa verossímil está baseado no exemplo, uma vez que pode-se criar deduções a partir da observação e análise dos elementos que se tem disponíveis, mesmo que não sejam todos e suficientes. Timeu aqui está na posição de um narrador e mostra o material de que é feito seu discurso: o verossímil do que se pode absorver do ‘devir’¹⁶³. Cuenca (2012) analisa o uso do εἰκός μῦθος empregado para

¹⁶¹ *Tim.* 29d.

¹⁶² Essa conclusão é iniciada em 67d.

¹⁶³ “No que respeita às outras substâncias deste tipo, não será complicado discorrer sobre elas, se investigarmos a modalidade da narrativa verossímil. Alguém que ponha de parte os discursos relativos ao

construir essa narrativa de criação do mundo relacionando-o intimamente à essência do relato mítico, ao abordar o que não é verificável pelos sentidos:

Eικός μῦθος significa un mito que opera sobre las copias sensibles de las formas inteligibles, mientras que el acercamiento del λόγος se hace desde otros presupuestos, ya que se refiere al estado actual, visible e verificable. Em cambio, el μῦθος se remontaría a aquello que no es verificable sensorialmente, al estado prévio a la constitución tal y como la percibimos¹⁶⁴.

No âmbito do discurso verossímil (εἰκός λόγος), Timeu toma uma postura diferente. Aqui, de mero narrador, ele passa a ter um papel mais crítico do que o que desempenhara diante do εἰκός μῦθος. Para explicar a natureza dos quatro principais elementos (fogo, terra, água e ar), Timeu não se utiliza da explicação permitida pela narrativa verossímil (εἰκός μῦθος), e diferencia sua estratégia discursiva:

Agora devo, então, tentar esclarecer (δηλοῦν¹⁶⁵) para vós a ordenação e a gênese destes elementos por meio de um discurso insólito (ἀήθει λόγῳ); mas como, graças à educação, partilhai dos métodos pelos quais se demonstra o que é necessário ser explicado, vós ireis acompanhar-me¹⁶⁶.

que é eternamente e analise o verossímil que diz respeito ao devir, obtém como que um prazer de que não se arrepende e produzirá na sua vida uma recriação comedida e prudente. Por isso, deixemos também nós, agora, aqueles assuntos e prossigamos a buscar a verossimilhança nestas questões e do seguinte modo”. (Tim. 59d).

¹⁶⁴ Cuenca 2012 p. 38.

¹⁶⁵ A natureza do δηλοῦν.

¹⁶⁶ Tim. 53c.

Percebe-se que a preocupação é mais argumentativa, uma vez que pode até mesmo ser clarificada através de um ‘método’ que pode ser compartilhado, ou seja, um raciocínio lógico possível a todos. A própria natureza do adjetivo ἀήθης, traduzido por ‘insólito’, tem a característica de ser algo inesperado, como se esse recurso fosse algo ainda incomum, ou pouco estruturado. Como bem observa, Lopes (2011) aponta traços estilísticos que ressaltam a inserção de Timeu de forma mais analítica: “tenta ‘esclarecer’ (δηλοῦν - 53c1) e ‘afirma’, na primeira pessoa, (λέγω - 47b2¹⁶⁷), ou engloba também os ouvintes nessa missão, ao preferir a primeira pessoa do plural (47b1¹⁶⁸)” (Lopes, p. 50). Timeu chega a pontuar aquilo que vem de sua própria opinião:

Em meu entender, a visão foi gerada como causa de maior utilidade para nós, visto que nenhum dos discursos que temos vindo a fazer sobre o universo poderia de algum modo ser proferido sem termos visto os astros, o Sol e o céu¹⁶⁹.

Servir-se do εἰκός λόγος é no *Timeu* constituir um método investigativo sobre a natureza, que é feito através da proximidade do discurso com o seu modelo ‘divino’, que é o mundo físico, recorrendo aos processos naturais e estruturas que se notam reais ao natural¹⁷⁰, e por isso ‘verdadeiros’ na construção desse modelo de λόγος.

¹⁶⁷ “A partir deles foi-nos (ἐπορισάμεθα) aberto o caminho da filosofia, um bem maior do que qualquer outro que veio ou possa vir alguma vez para a espécie mortal, oferecido pelos deuses. Afirmo (λέγω) que este foi o maior bem facultado pelos olhos”. (*Tim.* 47b).

¹⁶⁸ Esse uso também se repete nas passagens 47b5 e 53e5.

¹⁶⁹ *Tim.* 47a.

¹⁷⁰ Brisson (2008) chama a atenção para o início desse método de observação científico e a incorporação da matemática por Platão para explicar suas verificações: “Afin de résoudre ce problème, Platon pose les jalons de ce qui va devenir la méthode utilisée dans toute recherche se prétendant scientifique, même si les axiomes qui constituent son système sont posés a posteriori, même si les règles d’inférence demeurent implicites. Enfin et surtout, pour la première fois dans l’histoire de la science, Platon fait des

Cuenca (2012) chama a atenção para a proximidade metodológica da ação do Demiurgo com essa forma de construção discursiva que ele aproxima do científico por ser o εἰκός λόγος o próprio espelho do que se vê no mundo: assim como está construído o mundo nas palavras do discurso, assim ele é percebido pelos olhos de todos:

El cometido del εἰκός λόγος es precisamente la descripción del trabajo del Demiurgo, de su obra maestra: no la narración del modo en que está constituido ese orden perfecto que le sirve de modelo, sino de la manera en que ha sido creado y funciona el más perfecto de los mundos posibles¹⁷¹.

A notável distinção na aplicação do εἰκός λόγος à do εἰκός μῦθος é o caráter científico que Timeu pretende empregar à narrativa que se ocupa da investigação da natureza, apresentando como principal recurso a semelhança das explicações apresentadas a aquilo que se pode ver e perceber do mundo físico. Se a lógica de funcionamento do mundo é semelhante ao que se argumenta sobre ele, é verossímil que seja verdadeiro, uma vez que o real é perceptível. O *status* de ‘verdade’¹⁷² do discurso é considerado através do quão críveis são as explicações e o quão próximas elas estão da natureza, que é possível notar. Cuenca (2012) define esse tipo de discurso como um tipo de recurso racional de Platão:

En cuanto al λόγος, Platón distingue dos clases de discurso-razonamiento: el ἀλήθης, relativo al “orden estable, firme y evidente con la ayuda de la inteligéncia” que es infalible (29b5-7); y el εἰκός, el que explica

mathématiques l'instrument permettant d'exprimer certaines des conséquences qui découlent des axiomes qu'il a posés”. (Brisson 2008 p. 1978).

¹⁷¹ Cuenca 2012 p. 38.

¹⁷² “En esta tensión entre formas y mundo físico, la situación del εἰκός λόγος es sutil. Depende de la instancia legitimadora de la verdad; en otras palabras, está legitimado em cuanto explicación o descripción del mundo físico, precisamente por el grado de verdad que le es inherente”. (Cuenca 2012 p. 40).

los fenómenos sensibles y no posee el rango de infalibilidad ni de estabilidad supremo porque está referido al devenir, pero, por otra parte, sí remite, aunque de un modo inferior, a los principios establecidos por el ἀλήθης y obtiene, por ello, un grado de verosimilitud análogo a la estabilidad que posee el mundo físico respecto del ideal, en suma, análogo al grado de participación del objeto físico en la forma eterna¹⁷³.

O εἰκός é para Platão um conhecimento sensível que está entre o modelo eterno e a sua cópia sensível, que se inclina mais para a probabilidade do que para a certeza (ἀλήθης)¹⁷⁴. O εἰκός λόγος não é um discurso puramente verdadeiro e nem puramente falso, uma vez que também não possui essa intenção, digamos, fictícia, mas é um discurso semelhante à verdade como uma representação desta. Ashbaugh (1988 p. 29) reconhece no recurso εἰκός três características que concede a este o ‘efeito’ verossímil: “a estabilidade das verossimilhanças; o uso da razão através das hipóteses; e a sua capacidade persuasiva”. Os critérios do discurso no âmbito do λόγος verossímil passam por essa atitude argumentativa do relato:

El criterio de verosimilitud que maneja es objetivo: el λόγος debe caminar em paralelo con los fenómenos y reflejar em su desarrollo todo cuanto de verdad les pertenece y es em ellos inteligible: un discurso-imagen (εἰκός λόγος) del mundo, adecuado a los parámetros de verdad que rigen la μίμησις correcta, frente al εἶδωλον visual, acústico y psicagógico¹⁷⁵.

Deve-se ter em mente que o εἰκός não é o termo referente a aquilo que Platão designa como ‘falso’, que nos contextos de relatos literários constitui a condição

¹⁷³ Cuenca 2012 p. 37.

¹⁷⁴ Cuenca (2012), em seu artigo “εἰκός λόγος e εἰκός μῦθος: un λόγος como representación del mundo”, aborda o *Timeu* a partir de uma perspectiva epistemológica em que a δόξα ἀλήθης é vista como uma possibilidade de ciência da natureza, como afirma: “En el *Timeo* la ἀλήθεια es ella misma un término de la analogía y se encuentra en el mismo lugar en que se encuentra la ἐπιστήμη en República VII 534a: en el lugar de la mente, no en el de los objetos físicos a los que ésta se aplica; en suma, se refiere a un estado cognitivo, más que a un objeto conocido” (p.41). Outros estudos que abordam essa interpretação são os de Johansen (2004), Taylor (1962) e Cornford (1937).

¹⁷⁵ Cuenca 2012 p. 40.

e definição de ‘fictício’. Este termo é o adjetivo ‘ψεῦδος’, que Platão emprega com o sentido de ‘além da verdade’, que ‘não imita a verdade’, sendo produzido sem o conhecimento desta¹⁷⁶. A seguinte passagem da República ilustra a caracterização do discurso não verdadeiro com ψεῦδος, e também que esta característica é por ele identificável na narrativa mítica (μύθους), mas que não é irrevogavelmente falsa, pois pode apresentar também verdades (ἀλήθης):

- Há duas espécies de discursos, os verdadeiros e os mentirosos (ψεῦδος)?
- Sim.
- Entrarão ambos em nossa educação, ou primeiro os mentirosos (ψεύδουσιν)?
- Não compreendo – disse ele – o que queres dizer com isso.
- Não compreendes – respondi eu – que contamos primeiro fábulas (μύθους) às crianças? Em geral são falsas, embora encerrem algumas verdades (ἀλήθης)¹⁷⁷.

Afirmando que a literatura é uma elaboração falsa, Platão está se referindo diretamente à atividade desta de reportar ficções à medida que relata acontecimentos e personagens não reais e nem históricos, mas sim imaginários (Delgado, 2015). Porém, com a intenção de substituir o ψεῦδος tão presente nos textos do momento, Platão não está construindo um discurso em que domina apenas a ἀλήθης, uma vez que recorre tanto a recursos ψεῦδος quanto ao εἰκός¹⁷⁸. O ψεῦδος, afirma Delgado (2015)¹⁷⁹, apresenta mais a qualidade de ser incerto, permitindo ambíguas interpretações

¹⁷⁶ Este uso é encontrado na *República* nas seguintes passagens, enquanto Platão critica a atividade dos poetas: 378c; 506c; 597e; 598b; 599a; 600e; 602c.

¹⁷⁷ *Rep.* 377a. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira.

¹⁷⁸ Delgado (2015) desenvolve, no artigo *Discurso falso y literatura en Platón: Una discusión a partir de República 376d-379a*, a afirmação platônica de que os relatos literários são falsos (ψεῦδος), porém compondo algumas verdades (*República* 377a). Delgado apresenta cinco variantes do conceito apresentadas por Platão, reforçando a noção de que o *corpus* platônico apresenta termos com interpretações não fossilizadas: “En relación con los discursos, Platón menciona distintas variantes de lo falso, a saber, una falsedad que contiene elementos verdaderos (277a5-6); una falsedad impura (382c1); una falsedad que intenta asemejarse a la verdad (382d3-4); una falsedad necesaria como una medicina (389b5); y una falsedad noble (414c1)”. (Delgado 2015 p. 29).

¹⁷⁹ Delgado 2015 p. 49.

históricas, literais e fatídicas, por não ser fiel à verdade, podendo extrapolar a esta, mas não é uma probabilidade do real como o εἰκός.

Outra diferença entre os dois tipos de construção discursiva, εἰκός λόγος e εἰκός μῦθος, nota-se na conclusão. Quando Timeu descreve o processo de fabricação do mundo, afirma que o demiurgo, através do seu raciocínio, decidiu que deveria introduzir o intelecto na alma do mundo e, em seguida, colocou a alma no corpo. Ao concluir esse relato, Timeu faz questão de acrescentar sua conclusão: “Assim, de acordo com um discurso verossímil (κατὰ λόγον τὸν εἰκότα), é necessário dizer que este mundo, que é, na verdade (τῆ ἀληθείᾳ), um ser dotado de alma e de intelecto, foi gerado pela providência do deus” (*Tim.* 30c). Da mesma forma¹⁸⁰, ao abordar o questionamento sobre se há apenas um mundo ou existem vários, ele assim responde: “mas então o que é adequado dizer em abono da verdade (ἀληθείᾳ)? (...) É uma questão em que é razoável que possamos ter muita dificuldade. Ora bem, em nosso parecer, de acordo com o discurso verossímil (κατὰ τὸν εἰκότα λόγον), o deus indica que um só mundo foi gerado; porém, outra pessoa, ao analisar outros pressupostos (βλέψας ἕτερα δοξάσει), terá outra opinião” (*Tim.* 55d).

É possível observar que essa conclusão é composta por um elemento racional estruturado a partir de uma lógica dedutiva, tanto que a segunda passagem evidencia que este raciocínio está apoiado nos ‘pressupostos’ que deram a ele fundamento. Essa análise é justamente feita a partir do verbo βλέπω (ver), demonstrando que pode ser atestada por algo mais ‘real’, e não ‘verdadeiro’. Através desse ‘método’, é seguro para Timeu fazer conclusões, pois mesmo depois de longas explicações a respeito dos mais variados temas, o raciocínio verossímil é algo natural ao pensamento, como uma resposta lógica do comportamento racional. Esse ‘recurso’ se torna tão evidente para ele que, de termo explicativo, esse aposto toma forma de tópico frasal das suas conclusões: “Portanto, de acordo com o raciocínio correto e verossímil, estabeleçamos que...” (*Tim.* 56b).

Na passagem seguinte, antes de iniciar sua exposição sobre o princípio do universo, Timeu faz algumas considerações, de forma um tanto quanto presente e colocada, sobre o projeto de sua narrativa:

¹⁸⁰ Esse uso também se repete em 55e; 57d; 68b; 90e.

Prestando atenção ao que foi dito no início e ao poder dos discursos verosímeis (εἰκότων λόγων), voltando ao princípio, tentarei abordar, de forma não menos verossímil (εἰκότα), mas até mais, cada pormenor e também a totalidade do que dissemos. Voltando agora ao princípio dos discursos, invoquemos o deus, para que nos assista novamente e, a partir de uma exposição estranha e inusitada (ἐξ ἀτόπου καὶ ἀήθους διηγήσεως), nos guie numa conclusão verossímil (πρὸς τὸ τῶν εἰκότων δόγμα διασώζειν ἡμᾶς)¹⁸¹.

Novamente Timeu adjetiva o seu discurso com ἀήθης (como fez na passagem 53c), e com outro adjetivo do mesmo campo semântico, ἄτοπος, que tem a noção de ‘inusitado, excêntrico, fora do lugar e estranho’, que somado à noção de ‘incomum’ do ἀήθης, evidencia uma atividade rara e excepcional de apresentar os argumentos, que é baseá-los na lógica do εἰκός. Contudo, a potência representativa do εἰκός não deixa de ser e se fazer possível através da μίμησις discursiva:

La μίμησις, por tanto, se convierte en una de las claves de interpretación de este εἰκός λόγος – εἰκός μῦθος: ya que el hombre no puede imitar la naturaleza en el orden de la producción real, em la génesis, ha de hacerlo en el orden del discurso¹⁸².

2.4. O discurso da opinião

¹⁸¹ *Tim.* 48d.

¹⁸² Cuenca 2012 p.39.

Durante a narrativa, Timeu necessita diferenciar o tipo de estratégia que o novo âmbito do seu discurso exige. A base para essa compreensão está na distinção entre a inteligência (νόος) e a opinião verdadeira (δόξα) como modalidades diferentes de conhecimento, como apresenta Brisson (2010¹⁸³), pelo fato de algumas Ideias serem por nós sentidas, e outras só poderem ser inteligidas. Isso se dá pela essência de ambas ser muito distinta:

Temos que afirmar que se trata de duas coisas distintas (intelecto e opinião verdadeira), pois eles são gerados separadamente e têm uma existência dissemelhante: um deles é gerado em nós através da aprendizagem e o outro é-o pela persuasão. Além disso, o primeiro é sempre acompanhado de uma justificação verdadeira, enquanto que o segundo é desprovido de justificação¹⁸⁴.

A δόξα, como opinião verdadeira, é formada pela persuasão, e o intelecto, pela aprendizagem. O intelecto (νόος) é sempre desenvolvido por meio de um raciocínio verdadeiro, que a observação do mundo permite atestar, e, por isso, sua natureza é inabalável à persuasão. A δόξα, por sua vez, é definida como ἄλογος, sem λόγος, irracional e sem razão, e por isso, acessível através de persuasão e aberta a ela. Como Lopes (2011 p.33) bem coloca, “perante a falibilidade da descrição das coisas sensíveis, Platão tentará reconstituir a ação demiúrgica a partir da observação direta do que tem perante os olhos – a obra dessa divindade”, transcendendo à possibilidade do apenas sensível, e através do que se pode compreender da observação da natureza do mundo, ele construirá um discurso de ‘representação’ desse mundo. A construção dessa sabedoria, a ἐπιστήμη, se difere pelo fato de associar o que é verdade à justificação do

¹⁸³ “Assim encontramos, no conjunto visível, o gênero dos reflexos, dos objetos fictícios ou imaginários, que só podem ser conhecidos por conjectura; depois aquele dos corpos naturais ou técnicos, conhecidos por crença ou convicção (πίστις); e, no gênero inteligível, os objetos de pensamento conhecidos por uma razão discursiva que procede por hipóteses (διάνοια) e, por fim, os objetos inteligíveis, as Formas Inteligíveis, conhecidas pela intuição intelectual.” (Brisson 2010 p. 26).

¹⁸⁴ *Tim.* 51e.

λόγος, do intelecto¹⁸⁵, e não da δόξα¹⁸⁶, pois o λόγος atinge o Inteligível. O que Timeu afirma é que o discurso do sensível, “que é ele próprio verdadeiro (ἀλήθης)”, gera “opiniões e crenças firmes e verdadeiras (δόξαι καὶ πίστεις γίνονται βέβαιοι καὶ ἀληθεῖς)”, enquanto que, em relação ao discurso inteligível racional, “é forçoso que daí resulte saber e intelecção (νοῦς ἐπιστήμη τε ἐξ ἀνάγκης ἀποτελεῖται)” (*Tim.* 37c). Cuenca (2012) bem aborda o valor de ‘verdade’ na construção do *Timeu*:

Ciertamente, en el *Timeo* sólo el νόος es capaz de elaborar razonamiento verdadero, es racional, y no puede ser movido por la persuasión, mientras que la δόξα, aún ἀλήθης, es irracional y está sujeta a los movimientos que la persuasión ejerza en ella¹⁸⁷.

No mesmo contexto da busca pelo conhecimento a respeito da origem e criação do mundo através dos deuses, encontra-se esta passagem de Xenófanes, que expande a inacessibilidade da ‘verdade’ absoluta, porém, demonstra a concordância que se torna aceita através de uma opinião coletiva, que ganha importância através das possibilidades verossímeis dessas narrativas:

E o que é claro, portanto, nenhum homem viu, nem haverá alguém que conheça sobre os deuses e a respeito de tudo que digo, pois,

¹⁸⁵ “Há uma primeira espécie que é imutável, não está sujeita ao devir nem à destruição, que não recebe em si nada vindo de parte alguma nem entra em nada, seja o que for; não é visível nem de outro modo sensível, e cabe ao pensamento examiná-la.” *Tim.* 52a.

¹⁸⁶ “Há uma segunda, que tem um nome igual àquela, que é sensível, é devenida, está sempre em movimento, é gerada num determinado local, para, de seguida, se dissolver de novo, além de que é apreendida pela opinião e pelos sentidos.” *Tim.* 52a.

¹⁸⁷ Cuenca 2012 p. 41.

ainda que no máximo acontecesse dizer o que é perfeito, ele próprio não saberia. A respeito de tudo existe uma opinião (δοκός¹⁸⁸).¹⁸⁹

Através da investigação e da observação da natureza, os homens podem ‘deduzir’ a opinião, que pode se assemelhar à verdade. É como se a própria natureza do assunto criasse ‘opiniões mortais’ sobre aquilo que não se tem conhecimento empírico ou metafísico, mas não deixa de ser possível criar e formular as possibilidades que seriam ‘verdade’ sobre tais assuntos¹⁹⁰, enfatizando aquilo que é favorável como se fosse o ponto principal. Contudo, essa opinião, que pode ser um processo individual ou coletivo, dependendo da aceitação persuasiva dos elementos verossímeis, também se apresenta relativa, e pode ser sustentada sobre diferentes pontos de vista. É como Aristóteles bem aborda na *Metafísica* a respeito da relativização das opiniões:

E como se disse em primeiro lugar, necessariamente fazem todas as coisas relativas, relativas à opinião e à sensação... Seguramente por isso, os que sustentam tal doutrina, não por se encontrarem em uma situação aporética, mas pelo gosto de discutir, haverão de dizer, não que isto é verdadeiro, mas que é verdade para este¹⁹¹.

¹⁸⁸ Alguns estudiosos acreditam que esta palavra foi ‘cunhada’ pelo próprio Xenófanes, e asseguram ser um uso inédito. Cf. Vernant, *As Origens do Pensamento Grego*, p.18 .

¹⁸⁹ Xenófanes, In: *Os Pensadores*, Tradução de J. Cavalcante de Souza, fr. 34.

¹⁹⁰ “We cannot have more than a 'likely story', not the full, transparent truth, about the physical details of the world's structure. It may be instructive to work out detailed theories, but he offers them as no more than reasonable ways in which the creator might have proceeded in designing the world. Moreover, according to the *Phaedrus*, rhetorically skilled speakers will base what they say on the full philosophical truth, but will vary and embellish it as needed to attract and hold their hearers' attention and to persuade them to accept what is essential in it”. (Cooper 1997 p. 1225).

¹⁹¹ *Met.* 1011, b1-4. Tradução de Vincenzo Coceo.

Essa relativização do conteúdo que se faz da opinião verdadeira e do indivíduo que opina é uma das críticas de Platão, em outros diálogos, como o *Mênon*¹⁹², pois essa dinâmica social é a responsável pela redução do conhecimento a uma mera opinião, causando assim uma participação, até mesmo nas decisões políticas, cada vez mais equivocada e sem fundamento, sem conhecimento verdadeiro (ἐπιστήμη). Parece que essa opinião, porém, não deixa de dominar o imaginário coletivo e, inclusive, de ser praticada como um comportamento totalmente aceito e até mesmo como uma referência social. É o caso que Timeu retrata ao abordar o ato de dar crédito aos hábitos dos ‘filhos dos deuses’, pois afirma que devemos, “quando tratam (os filhos dos deuses) de dar conta dos episódios que dizem respeito à família, devemos então confiar (πειστέον) neles, de acordo com o costume” (*Tim.* 40e). O ato de ‘confiar’ revela que o caráter verossímil dessas narrativas tem plena aceitação na opinião dos indivíduos a ponto de praticá-lo ou difundi-lo com naturalidade como elemento natural e evidente da sociedade do momento.

2.5. Μῦθος e λόγος: breves e pertinentes observações discursivas

Apesar de os termos μῦθος e λόγος serem extensamente abordados e discutidos por inúmeras áreas de conhecimento, principalmente a filosofia e a literatura, faz-se necessário rever pontos principais de ambos que complementam este estudo, até porque, como se apresentam nesse diálogo, nos questionamentos gregos e por toda a tradição, estão tão relacionados que um ilumina a compreensão do outro. Como já vimos, o momento histórico e cultural dos textos gregos clássicos apresenta diversos conceitos ainda não delimitados e sistematizados, e a falta dessa visão e a contextualização anacrônica causam diversos problemas para a compreensão desses termos.

¹⁹² Cf. POLISELI, Romualdo Vicentin. *Opinião Verdadeira e Opinião Pública no Mênon de Platão*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

Nos Poemas Homéricos¹⁹³ encontram-se as primeiras evidências escritas do termo μῦθος, e era empregado para representar em palavras um acontecimento ou alguma ideia ‘abstrata’, e ganhou novo significado a partir do que Brisson e Pradeau (2010¹⁹⁴) identificam como transformações que culminam na obra de Platão. É essa noção de “fato falado” que caracteriza o μῦθος ser uma ‘narrativa’, um ‘relato’, e, por ser apenas um ato elocutivo, um tanto ‘despretensioso’, que este passa a ser identificado como ‘fabuloso’, ‘imaginário’, ‘fictício’ e também ‘irreal’, por ser um recurso daquilo que ninguém pode comprovar (Brisson)¹⁹⁵. Como bem observa Lopes (2009 p.31), “em sua origem, o μῦθος implicava a palavra enquanto ato performativo, a produção oral de uma ideia, ao mesmo tempo em que referia à estrutura narrativa em que essa ideia tomava forma e a que a palavra dava corpo”, uma vez que a prática do μῦθος em si já se caracteriza como um ‘gênero’ narrativo, o mito¹⁹⁶. Deve-se atentar, porém, que essa relação com o ficcional é posterior, pois antes, na estrutura interna do mito, não há distinção entre os elementos fictícios fantásticos e as histórias de caráter imagético humano, é uma trama que aborda acontecimentos remotos com elementos externos ao mundo tangível, como bem explica Brisson e Pradeau (2010), é um discurso de uma crença dirigido a todos:

Aos olhos de Platão, o mito tradicional aparece como discurso mediante o qual é comunicado tudo o que dada coletividade conserva na memória de seu passado (o que ela considera serem seus

¹⁹³ *Od.* 11.561 - ἀλλ’ ἄγε δεῦρο, ἄναξ, ἴν’ ἔπος καὶ μῦθον ἀκούσῃς. *Il.* 19.242 – “αὐτίκ’ ἔπειθ’ ἅμα μῦθος ἔην, τετέλεστο δὲ ἔργον”.

¹⁹⁴ “Foi Platão quem deu ao grego μῦθος o significado que hoje reveste para nós o termo “mito”. Na língua grega, o sentido de μῦθος modificou-se em função das transformações que afetam o vocabulário do “dizer” e da “palavra dita”, numa evolução histórica que culmina com a obra de Platão. Antes de Platão, μῦθος significa simplesmente “palavra dita”, “opinião que se expressa”; depois, designa o tipo de narrativa infalsificável que versa sobre os deuses, δαίμων, os heróis, os habitantes do Hades e os homens do passado”. (Brisson e Pradeau 2010 p. 50).

¹⁹⁵ “Le “philosophe” qui veut décrire l’origine de l’univers, de l’homme et de la société se trouve aussi démuné que le poète, Hésiode par exemple, qui, dans sa *Théogonie*, commence par s’en remettre aux Muses pour savoir à quoi s’en tenir sur l’origine des dieux. À l’instar du poète, le philosophe tient alors un discours qui ne peut être déclaré ni vrai ni faux, dans la mesure où la référence de ce discours échappe à celui qui le tient, qui ne peut tout naturellement pas avoir été le témoin de l’origine de l’humanité et encore moins de celle de l’univers. Ce type de discours, c’est le μῦθος”. (Brisson 2008 p.1977).

¹⁹⁶ Lopes (2009) diferencia os termos μῦθος como enredo ou narrativa; e mito como uma forma de narrativa simbólica metafórica (p.30). In: LOPES, Rodolfo Pais N. *O Timeu de Platão: mito e texto - Estudo teórico sobre o papel do mito-narrativa fundacional e tradução anotada do texto*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2009.

valores) e que ela transmite oralmente de uma geração para a outra, quer esse discurso tenha sido elaborado por um técnico da comunicação, como o poeta, ou não. De que fala o mito? De acontecimentos que se desenrolam em um passado longínquo o bastante e em local distante o bastante ou indeterminado para que quem conta e aqueles que o ouvem não possam verificar a realidade deles. Esses acontecimentos são objeto de uma transmissão oral, o que explica que a última versão dessa narrativa pode ser considerada a única e, portanto, a versão original. Também, é porque ela o impede de satisfazer a expectativa de seus destinatários, que a partir de certo momento descobrem no mito anacronismos, inverossimilhanças, impossibilidades que no longo prazo o desqualificam como discurso sério, que a escrita mata o mito¹⁹⁷.

Logo, o mito é uma narrativa em linguagem simbólica, ou como aborda Morais (1988 p.172), também “qualificado como *ἱεροί*¹⁹⁸ *λόγοι*, discursos sagrados”, com as particularidades que esse tipo de narrativa possui. O símbolo, assim como o signo, representa alguma coisa por substituição, porém o signo é algo em lugar de outro algo, enquanto que o símbolo, para ter seu significado decifrado, necessita da linguagem para dar a ele sentido e interpretá-lo. Esse símbolo se apresenta então no âmbito do implícito, que ainda não é identificado através dos mecanismos lógicos e dedutivos. Dessa forma, o poeta, que expressa os mitos, transpõe para a dimensão humana aquilo que se encontra em uma dimensão sobre-humana, e faz o papel de intermediador para o plano do discursivo, uma vez que este sim, o discurso, é atingível e acessível. O mito traz, então, por intermédio do enredo, a própria representação em si, por isso seu caráter é mais ‘aceito’ pelo âmbito do poético, por compartilhar com este essa característica mimética.

O início do antagonismo entre *μῦθος* e *λόγος* se deu com o surgimento e a maior aplicação da escrita (Morais 1988), uma vez que o *λόγος*, como “linguagem expressão do pensamento” (Gobry 2007 p. 89), apresentou uma disposição discursiva

¹⁹⁷ Brisson e Pradeau 2010 p. 51.

¹⁹⁸ *ἱεροί* é a forma plural nominativo do adjetivo *ἱερός*, que se refere ao ‘divino, ao sagrado, a aquilo que é super humano’.

para algum tipo de verificação através de uma descrição argumentativa¹⁹⁹, enquanto que o μῦθος era basicamente definido por suas narrativas orais. À medida em que as narrativas mitológicas se distanciavam cada vez mais do conteúdo de seus mitos, assim como das ‘verdadeiras’ explicações sobre eles, fazia-se cada vez mais necessário a aplicação de um tipo de discurso que apresentasse um teor menos especulativo e mais verificável. Como Lopes (2009) bem aborda:

A autoridade que sustentava o discurso foi também forçosamente substituída; as Musas, filhas da Memória, que fundamentavam a palavra do poeta deram lugar à prova concreta, à observação objetiva que determinava a verificação; a verdade deixou de ser representada pela memória primordial e passou a estar indelevelmente dependente da confirmação empírica²⁰⁰.

Claro que essa nova forma discursiva possibilitou um novo tipo de reflexão a respeito da prática discursiva, e também possibilitou o surgimento mais sistematizado de outras formas, como gêneros escritos não-poéticos²⁰¹, e as modalidades que se originam dela, como os diálogos, os textos historiográficos, e uma busca incomum sobre o domínio do discurso, com os sofistas (Morais 1988). Dessa forma, o mito no *Timeu* é apresentado com o estatuto de categoria discursiva, mesmo ainda delimitado pela possibilidade do εἰκός, e, como afirma Lopes (2009), este é o primeiro uso desse recurso no *corpus* de Platão²⁰².

¹⁹⁹ “Na e pela literatura escrita instaura-se esse tipo de discurso onde o λόγος não é mais somente a palavra, onde ele assumiu o valor de racionalidade demonstrativa e se contrapõe nesse plano, tanto pela forma quanto pelo fundo, à palavra do μῦθος. Contrapõe-se pela forma através da separação entre a demonstração argumentada e a textura narrativa-mítica; contrapõe-se pelo fundo através da distância entre as entidades abstratas do filósofo e as potências divinas, cujas aventuras dramáticas são contadas pelo mito.” (Morais 1988 p. 174).

²⁰⁰ Lopes 2009 p. 38.

²⁰¹ “A redação em prosa – tratados médicos, narrativas históricas, discursos de oradores em defesa de uma causa, dissertações de filósofos – não constitui somente, em relação à tradição oral e às criações poéticas, um outro modo de expressão, e sim uma nova forma de pensamento”. (Morais 1988 p.173).

²⁰² Cf. Lopes 2009 p.44.

Dos parágrafos 30 a 47, Timeu não se importa de se utilizar das narrativas do εἰκός μῦθος para explicação de muitos fatos, como, por exemplo, o surgimento da harmonia na alma dos privados de graça. Porém, ele mesmo ressalta que, no que diz respeito ao universo e à sua formação, “o discurso parece obrigar-nos a empreender uma exposição que esclareça um tipo difícil (χαλεπός) e obscuro (ἀμυδρός)” (Tim. 49a), mas que ele afirma que será falado “agora com verdade” (*idem*). A sua intenção é de se utilizar de “um discurso fidedigno e sólido” (Tim. 49b), porém, apesar de o componente substancial da narrativa agora ser o λόγος, a ‘verdade’ desse discurso ainda está delimitada pelo o que é provável (εἰκός) apenas.

Ambos o λόγος, que é apresentado por argumentos racionais, quanto o μῦθος, que é apresentado por meio de um enredo ou narrativa, ainda são definidos pelo εἰκός como apenas verossímeis. O μῦθος vai se sustentar por uma narrativa simbólica apoiada nas crenças do pensamento do povo. O nível do discurso, apesar de persuasivo, é delimitado não por comprovações absolutas (πράγματος), mas sim por crenças (πιθανόν) de conhecimento comum. E o λόγος é sustentado por um raciocínio lógico baseado principalmente na observação da natureza, e do que se pode concluir²⁰³ através dela.

²⁰³ Pode-se perceber a utilização dessa estratégia para a explicação dos estados da água em 49c.

Capítulo 3 - Trajetórias da μίμησις e do verossímil

O estudo dos textos clássicos tem a particularidade de possibilitar muitas abordagens que, através de investigações históricas, permitem suas releituras e diferentes conotações. Hipóteses são traçadas pelo delicado fio de uma relativa “confirmação” por esta não ser totalmente acessível, fato que proporciona, porém, que essas diversas interpretações reconfigurem a imagem dos clássicos e nos tragam novos elementos e maneiras de perceber a história. Longe de trazer uma ruptura absoluta, essas diferentes perspectivas históricas refletem e associam novos critérios que acrescentam cada vez mais alternativas de apreciação literária. Cada um dos momentos da história desfrutou de particulares relações com estes textos, e cada um pôde dar sua complementação para a construção da tradição clássica, ao relerem até mesmo os mais “incontestáveis” cânones. Dessa forma, há também termos e conceitos que atravessam os séculos e são interpretados sob diferentes pontos; assim é com um dos conceitos antigos mais importantes da produção artística em geral, a μίμησις, e sua íntima relação com o poder representativo da categoria εἰκός. Sendo conhecida principalmente a partir da definição de Aristóteles, a μίμησις já era discutida e, inclusive, criticada por Platão e por outros pensadores em outros séculos. Foi compreendida a partir de diferentes abordagens, enquanto o εἰκός foi abordado como um conceito isolado das artes, e sua relação íntima ao processo imitativo não ficou tão evidente.

No domínio das produções humanas mediadas pela palavra, a μίμησις, traduzida por ‘imitação’, é a peculiaridade que distingue a forma de produção da literatura das outras manifestações artísticas, e das outras elaborações escritas, e o εἰκός é a característica particular dos discursos literários, por inseri-los no campo do ficcional. Existem antigos tratados de medicina atribuídos a Empédocles, escritos em versos, que atestam que a forma não é o que constitui o próprio material da poesia (*Poet.* 1447b). Essa questão também desenvolve a discussão sobre a distinção entre os gêneros história e poesia que, antes de tudo, não se diferenciam entre verso ou prosa²⁰⁴, a forma; tampouco pelo conteúdo, podendo ambas as formas comporem o campo literário, em

²⁰⁴ *Poet.* 1447a.

seu sentido amplo. Aristóteles na *Poética* os diferencia dizendo que a história conta os feitos particulares que realmente aconteceram, enquanto a poesia imita o possível “do ponto de vista da verossimilhança e da necessidade²⁰⁵”. Por isso, enquanto o historiador tem a tarefa de escrever os fatos tal qual os seus informantes lhe narram, o poeta se caracteriza mais por ser criador de μῦθοι a partir da mimetização de ações, do que pelo uso de versos, pois é poeta pela μίμησις (Lima 2010). Assim como a compreensão da história, a concepção de μίμησις também se modificou e pode-se dizer que a palavra não designou sempre o mesmo ‘produto’.

A expressividade do εἰκός como uma noção de representação figurada também foi tratada como isolada, diante da grande relevância dada à μίμησις. A grande ênfase dada a *Poética* em comparação a *Retórica* criou um quadro em que muitos desses conceitos aristotélicos foram compreendidos isoladamente e tomados como importantes categorias do puramente literário, como ocorreu com o posterior desenvolvimento do εἰκός para a verossimilhança a partir da sistematização da *Poética*, sendo que anteriormente o εἰκός era abordado e também desenvolvido tanto na *Retórica* quanto na *Poética*. Compatível ao que Frye (2006 p. 515) defende, o princípio de todas as estruturas são parcialmente retóricas, e, conseqüentemente, literárias, não sendo possível então haver uma estrutura verbal científica ou filosófica livre de elementos retóricos. Como o autor diz, “nosso universo literário expandiu-se em um universo verbal, e nenhum princípio estético de autocontenção funcionará”. O que se visualiza hoje como campos apartados ou até mesmo com certo grau de oposição são, desde seu início, interligados e complementares, como artifícios potencialmente qualificados em distinção, a fim de dar conta do igualmente diverso universo da linguagem.

Como o εἰκός vigora em diferentes gêneros, formas e assuntos, percebe-se que ele é uma potência do domínio discursivo, e na *Poética* ganha inteira importância por ser um elemento primordial para a obra literária, ao afirmar Aristóteles que “o que é convincente (εἰκός), embora impossível (ἀπίθανον), deve ser sempre preferido ao que é possível e pouco convincente²⁰⁶”. Sobre essa importante afirmação de Aristóteles, Oliveira Brandão (1976) reflete:

²⁰⁵ *Poet.* 1451a36. Tradução de Eudoro de Sousa.

²⁰⁶ *Poet.* 1460a27.

Formulações sugestivas como essas, que colocam não apenas o problema da relação da literatura com a realidade, mas também o problema da convencionalidade do real artístico, isto é, que sugerem um compromisso entre o processo de representação como fator construtivo e a natureza da realidade representada como efeito de sentido, não é de admirar que tenham sido objeto de longas e acaloradas discussões durante o Renascimento italiano e o Neoclassicismo francês²⁰⁷.

A natureza do εἰκός, na construção do processo de representação, é a de resgatar as possibilidades da realidade para que a obra possua certo sentido, ou seja, o que se desenvolverá por verossimilhança é uma categoria que exige alguma “convencionalidade” com a realidade natural para que se possa atribuir coesão racional à obra. Ricoeur (2007) desenvolve a discussão sobre a categoria verossimilhança do processo mimético com o que ele define como coerência narrativa:

A intriga é a forma literária dessa coordenação: ela consiste em conduzir uma ação completa de uma situação inicial para uma situação terminal por meio de transformações regradas que se prestem a uma formulação apropriada no quadro da narratologia. Um teor lógico pode ser atribuído a essas transformações: é o que Aristóteles caracterizou na Poética como provável ou verossímil, o verossímil constituindo a face que o provável exhibe ao leitor para persuadi-lo, isto é, induzi-lo a acreditar precisamente na coerência narrativa da história narrada²⁰⁸.

O provável é o que expande à completa fidelidade ao real, o possível da ficção que atrai o público e que o persuade pelos elementos imaginários e incríveis que

²⁰⁷ *A Poética Clássica*, introdução de Roberto de Oliveira Brandão, p. 3.

²⁰⁸ Ricoeur 2007 p. 255.

pode trazer. Porém, como esses elementos imitam uma realidade ou um modelo, precisam ser verossímeis para constituírem uma “coerência narrativa”. O enfoque de Ricoeur, e de Aristóteles, é compor a persuasão literária de verossimilhança, é aproximá-la do real pela imitação e expandi-la dele pelo verossímil:

Certamente, persuasão não é sedução: e toda a ambição de Aristóteles terá sido estabilizar a retórica a meio caminho entre lógica e sofística, graças ao elo entre o persuasivo e o verossímil no sentido do provável (τό εικός). Essa definição da retórica como τέχνη do discurso próprio para persuadir está na origem de todos os prestígios que o imaginário é suscetível de enxertar na visibilidade das figuras da linguagem²⁰⁹.

O traço persuasivo, por sua vez, “é literatura aplicada, uso da arte literária para reforçar o poder de argumentação” (Frye 2007 p. 392), colocando seus expectadores diante desse trajeto da ação, manipulando a emoção destes. Por isso a concepção imagética do εικός é essencial para o processo mimético, pois ela incorpora à μίμησις a realização da aparência real que deve ser imitada, a relação de semelhança da obra com seu modelo, pois a obra imitada não terá a sua realidade, mas sim sua semelhança. O εικός²¹⁰, entre os termos²¹¹ gregos que designam ‘imagem’, é o que ficou reservado às representações, fossem de imagens, fossem da transposição da essência de algo por meio da similitude. Vernant (1996) pretende explorar a intimidade entre εικός e μίμησις no processo criativo que compõe as obras poéticas:

²⁰⁹ Ricoeur 2007 p. 277.

²¹⁰ Εικός indica uma relação de adequação e de conveniência como outras palavras da mesma raiz: εἶσκω – fazer como; ἰκάζω – representar por uma semelhança; εἰκών - imagem.

²¹¹ Sobre a questão da representação das imagens dos deuses, Vernant (1996 p.312), no artigo “Da presentificação do invisível à Imitação da Aparência”, compara as aplicações de εἰκών às de εἶδωλον, juntamente com o estudo de Suzanne Saïd, em que ela afirma que “o εἶδωλον acabou sendo aplicado a deuses que existem apenas por sua imagem, enquanto εἰκών acabou sendo reservado às representações de Deus”.

Eικόν (...) se produz ao mesmo tempo em que aparece outra faixa de vocabulário para expressar os valores de simulação e de imitação: μῖμος, μίμημα, μιμεῖσθαι, μίμησις – termos que se aplicam às figuras plásticas, à poesia e à música, mas que estão particularmente ligados à instauração de um novo tipo de obra literária, o espetáculo dramático, cuja originalidade consiste em presentificar aos olhos do público, para que este os veja diretamente em cena, personagens e acontecimentos “fictícios” que a epopeia contava em forma de relato, em estilo indireto. Εἰκόν, μιμεῖσθαι, τραγédia – a simultaneidade destas três ordens de fatos parecerá menos casual porque, embora Platão seja o primeiro filósofo a elaborar uma teoria geral da imagem como imitação da aparência, o espectador trágico constitui, segundo ele, o protótipo por excelência destas técnicas ilusionistas criadas pela μίμησις²¹².

Obviamente, o que foi refletido e teorizado por esses pensadores foram traços que se destacavam de uma realidade artística, histórica e cultural, manifesta em todas as instituições e esferas discursivas daquela sociedade, da qual a tragédia é uma delas, assim como a retórica, as epopeias e os textos historiográficos autodenominados ‘narrativas verdadeiras’.

3.1. Platão e a μίμησις

A μίμησις já era uma parte importante da constituição do sistema filosófico de Platão. O autor dividiu a realidade em dois mundos, o cognoscível, apreendido somente por intermédio da razão, que compreende as ideias puras, que são eternas, unas e imutáveis; e o sensível, alcançado através dos sentidos, físico e perceptível ao homem. Assim, o que se entende por ideal de virtude, justiça ou beleza é uma entidade cognoscível. Desse modo, o mito da caverna no Livro VII da *República* de Platão é

²¹² Vernant 2007 p. 315.

bastante ilustrativo dessa representação do mundo, pois, enquanto o homem está dentro da caverna, ele vê e sente somente as sombras que estão projetadas nas paredes, porque ele não tem acesso ao cognoscível, que seria a origem da imagem projetada na parede. Aquilo que o homem percebe nas paredes é apenas uma sombra, uma imagem escurecida do verdadeiro ser que está fora da caverna (Bergson 2005)²¹³. Portanto, o mundo sensível é uma imagem do mundo cognoscível, é uma imitação, e é também, como imagem, constituído pelo elemento ‘verossímil’.

Consequentemente, o homem não compreenderia a virtude, a beleza ou a justiça; ele somente sente uma representação desses ideais. Somente a razão, o λόγος, poderá possibilitar a compreensão desses. E, nesse sentido, em relação à arte, a literatura, como μίμησις da realidade, seria ainda uma representação do mundo sensível, uma imitação em terceiro grau:

Então, imitador chamas tu aquele que produz uma obra, três graus afastada da natureza? – Precisamente. – É o que, nesse caso, vem a ser o poeta trágico, visto que é imitador (...) ²¹⁴.

Pode-se entender, sobre a concepção de poesia mimética de Platão, que o poeta é um imitador do mundo sensível, e não do cognoscível, uma vez que efetua esta tarefa em terceiro grau de imitação. O real é o ser, cognoscível, que o mundo sensível nos proporciona perceber através da sua forma de representação, e que é apreendido pela obra de arte, que imita este mundo sensível. A poesia mimética, segundo o paradigma filosófico do autor, além de seu suposto caráter contrário ao cognoscível, afasta-se do real (Saltarelli 2009²¹⁵). Por ser uma imitação da imitação, esse processo

²¹³ “Resumindo, as Ideias formam o mundo inteligível, isto é, o mundo da ciência, um mundo onde não há nem contradição nem devir, onde os objetos mantêm entre si relações naturais de parentesco, onde são coordenados e subordinados uns aos outros. Esse mundo das Ideias, κόσμος νοητός, que é o mundo da ciência, opõe-se ao mundo sensível, que é o mundo da aparência, da opinião, δόξα, κόσμος ὁρατός, τά ὄρατά.” (Bergson 2005 p. 109).

²¹⁴ *Rep. X*, 597e.

²¹⁵ “Platão parte do pressuposto de que há três realidades possíveis de serem criadas: o arquétipo, que é a realidade verdadeira, denominada ἰδέα em grego, criada por um deus; a cópia do arquétipo, ou φαινόμενον, criada pelo artífice ou artesão; a cópia da cópia do arquétipo, ou μίμημα, criada pelo pintor e

mimético não permite ao homem atingir o mundo cognoscível, impedindo-o de atingir o racional do λόγος. Por isso, o poeta não possui uma função social na πόλις, uma vez que, como o próprio Platão coloca no *Górgias*, a poesia mimética “tende mais ao prazer e ao agrado dos espectadores” (*Gorg.* 502b), e não é possível, através de uma tarefa de imitação, atingir o mundo cognoscível necessário para a πόλις.

É importante notar que a μίμησις para Platão não está relacionada a um caráter ficcional: é uma arte²¹⁶ mimética que relaciona mente e realidade, pois aborda percepção e linguagem do homem como um todo, e, por isso, está associada aos problemas mais graves da filosofia. “Os poetas criam seus problemas não da sabedoria, mas da inspiração” (Halliwell 2002), e, dessa forma, para Platão, ela não é socialmente positiva, pois é um instrumento enganoso de proporcionar a realidade ao homem, já que impossibilita este de ascender ao cognoscível superando o sensível, pois o permite se contentar com as representações do real que ele pode sentir, como Platão coloca, “a arte de imitar está bem longe da verdade” (*Rep.* 598b). Desse modo, a poesia mimética perde sua significação, uma vez que é uma representação de uma imitação²¹⁷. Assim, a poesia perde a sua função social na πόλις, tendo que ser expulsa dessa para permitir aos homens exercerem o uso do λόγος, que possibilita o acesso ao mundo cognoscível, frutífero para a cidade.

pelo poeta. A cópia feita pelo artífice, encontrada na natureza, no mundo humano, é imitação direta da ἰδέα, ou seja, da Verdade (ἀλήθεια), ao passo que a cópia feita pelo artista, encontrada na arte, é já imitação da aparência (φάντασμα). A μίμησις, então, é entendida basicamente como imitação da natureza, ou seja, da aparência. Traduzido como *imitatio* pelos latinos, esse conceito adquire estatuto ontológico na filosofia platônica, na medida em que se insere na discussão sobre as realidades e sobre a Verdade.” (Saltarelli 2009 p. 252).

²¹⁶ Close (1971), no artigo “Philosophical Theories of Art and Nature in Classical Antiquity”, aborda as concepções de arte dos antigos e a influência da percepção de Platão: “Plato makes a universal division between two kinds of art, divine and human, and thereafter various subdivisions among the human arts. Divine art makes the things which are commonly attributed to nature; human beings make their products from divine arti-facts (natural things). Both God and men produce either real things or images. The real things made by men are inventions with a utilitarian end, beds or houses. The images made by man can be divided into two broad kinds: phantastic work or art and copy-making. The former category can be further subdivided into two classes: that in which the imitator makes use of instruments, and that in which he uses his own voice and body as an instrument. This last class, which is given the title of μίμησις and is exemplified by the case of the actor, is made to include in one of its subdivisions the Sophist.” (Close 1971 p. 166).

²¹⁷ Caimi (2003), no estudo sobre as aplicações da μίμησις nos diálogos platônicos, “A natureza flutuante da μίμησις em Platão”, observa que “torna-se difícil extrair um sentido único ou construir um conceito unitário a partir do emprego instável e imprevisível da μίμησις em Platão. Nessas várias utilizações, é o caráter flutuante que fica reforçado, porque o significado do termo inclui o mesmo e o oposto e se manifesta como semelhança, daí caracterizar-se como pluralidade, que possibilita alternâncias e inconstâncias, diferente da imobilidade eterna e sempre idêntica a si mesma das Idéias. Em suma, por mais que tente, Platão não consegue se livrar da μίμησις. Por conseguinte, tem clareza da dimensão trágica em que o filósofo se encontra: está no meio do caminho, entre as certezas absolutas da ἐπιστήμη e a possibilidade relativa e oscilante de dizê-las.” (Caimi 2003 p. 113).

3.2. A μίμησις na *Poética* de Aristóteles

Por outro lado, a μίμησις sistematizada por Aristóteles apresenta alguns pontos de diferenciação em relação a Platão. A tradição transmitiu a μίμησις aristotélica com a reputação de uma cópia, valor semântico que se manterá através dos séculos, sobretudo quando passa a ser divulgada pela cultura latina, a qual, por sua vez, assim a transmite às literaturas europeias. Aos poucos essa visão formou a teoria da imitação em si, que compreende a transposição da realidade através de um mediador, o artista, que transmite o que apreende dos homens, dos acontecimentos, e de tudo ao seu redor. Porém, em Aristóteles, a μίμησις não é a simples prática da imitação, e compreende uma forte relação autêntica entre o poeta e a realidade, e o resultado dessa relação não é apenas uma imagem copiada, mas sim um produto fundamental para o processo artístico e, claro, para a literatura. Esse processo imitativo, porém, se dá através do εἰκός, a semelhança entre a obra e seu objeto de imitação, pois a obra será semelhante à que existe na natureza, existindo nela ou não. Saltareli (2009) chama a atenção para o caráter semelhante do processo imitativo que se dá através do εἰκός:

O importante, então, é que as leis da imitação estejam em acordo com a natureza e entre si, formando uma imitação não do verdadeiro, mas do semelhante ao verdadeiro. Esse é, propriamente, o conceito de verossimilhança desenvolvido por Aristóteles, o qual adquire tamanha importância que ainda nos dias de hoje é utilizado nos estudos literários. Uma obra verossímil pressupõe a representação de uma lógica da natureza, não sua cópia idêntica²¹⁸.

²¹⁸ Saltareli 2009 p. 253.

Para Aristóteles, o homem possui o imitar congênito e, em razão disso, ele se “difere dos outros viventes, pois, de todos, é ele o mais imitador e, por imitação, aprende as primeiras noções, e os homens se comprazem no imitado” (*Poet.* 1448b). A μίμησις é, então, natural ao homem, como também é um método de aprendizado intrínseco a esse. Isso posto, no sistema filosófico aristotélico, a μίμησις não é uma forma de iludir e enganar o homem e nem mesmo de desviá-lo da verdade, visto que a μίμησις é uma relação natural da imitação da realidade²¹⁹, que pode ser a própria natureza das coisas ou das ações humanas. As diferenças nas interpretações do termo entre Platão e Aristóteles se dão pelo sistema filosófico aristotélico não apresentar a dicotomia mundo sensível e mundo inteligível. Assim, a poesia mimética para Aristóteles é a representação literária do mundo objetivo, que, por sua vez, não é imitação de outro mundo. Este imitar apresenta uma relação tão direta com a realidade que imita a natureza. A atividade de imitar a natureza não é executar uma cópia em si, mas sim a ação de fazer como a natureza faz. O artista, ou no caso, o poeta, não produz uma cópia servil, pois passa pelas suas percepções individuais a forma de representar e imitar o mundo:

Porque o poeta é imitador, tal como o pintor ou qualquer outro artista plástico, necessário se torna que adote sempre uma das três maneiras de imitar: ou representa as coisas tais como foram e são; ou tais como as dizem e parecem ser, ou então tais como deveriam ser²²⁰.

(...) Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício do poeta narrar o que aconteceu. É sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade²²¹.

²¹⁹ “In defining what nature is, Aristotle argues that while it consists of both form and matter, it is primarily form. Form is the chief object of the physicist's study, since matter exists only for its sake. The organization of human practical arts is based on, or follows, the priority of form over matter in nature, since craftsmen who supply material are deemed inferior to those who know the art which uses this material. In this respect, art imitates nature.” (Close 1971 p. 170).

²²⁰ *Poet.* 1460b.

²²¹ *Poet.* 1451a.

Aristóteles amplifica as possibilidades de imitação a partir da relação pessoal, verdadeira e espontânea do artista com a realidade a ser representada, através de seu processo mimético individual. No caso da literatura, a μίμησις²²² tanto pode ser a imitação dessa realidade objetiva como pode criar a sua realidade em si. Esta cria um mundo próprio, que, embora possa ser semelhante ao mundo real, julga-se em termos de coerência interna e propriedades fictícias da própria obra de arte, fato que difere novamente do pensamento platônico, pois aqui a μίμησις apresenta um caráter fictício, já que a imitação segue a necessidade do que é possível para a amplitude da obra, embora não seja sempre real, mas, sim, verossímil a essa obra. Costa Lima (1986) bem diferencia a concepção de fictício e do ficcional, em que o fictício se define pelo traço de “ilusão de verdade”, enquanto que o ficcional pode o ser não intencionalmente:

Lembremo-nos, porém, que há uma zona semântica comum entre os dois termos: fictício e ficcional supõem que o afirmado não é compatível com a prova da verdade. O fictício tenta apagar sua distinção quanto à verdade, dar uma ilusão de verdade, seja com o propósito de enganar o receptor ou simplesmente de tornar-se aceitável por ele; o mesmo pode tentar o ficcional. Distingue-se, contudo, o fato de aquela convivência com uma aparência ou ilusão de verdade ser inerente ao fictício e apenas acidental ao segundo. A partir deste mínimo traço comum, torna-se viável falar em controle do ficcional, mesmo quando os autores não têm consciência de praticarem o discurso da ficção; controle porque críticos e teorizadores se esforçavam em disciplinar o ficcional para que se tornasse... verossímil e, assim, fosse aceitável²²³.

²²² “A μίμησις aristotélica, conforme Hartog, constitui-se de representações de ações, se tratando de um conceito ligado especificamente à poesia. Assim, para Aristóteles, a história não constitui uma imitação (μίμησις) nem uma criação (ποίησις). Constitui uma narrativa que diz o que aconteceu (λέγειν τὰ γενόμενα), ao passo que a poesia cria o que aconteceu (ποιεῖν τὰ γενόμενα), com base no verossímil.” (LIMA, 2010, p. 283).

²²³ Costa Lima 1986 p. 64.

O fictício então questiona esse real recorrente tido como inquestionável através do verossímil, característica ainda não presente no ficcional, que não apresenta esse traço inerente, e, se o atinge, não o faz com o propósito de um texto de ficção, mas apenas por estar no âmbito do verossímil.

A μίμησις aristotélica se mostra mais ampla do que a platônica uma vez que, além de ser um meio de aprendizado e conhecimento, possibilita o prazer, pois “causa é que o aprender não só muito apraz aos filósofos, mas também igualmente aos demais homens, se bem que menos participem dele” (*Poet.* 1448b). A poesia mimética é um processo natural que adquire função essencial na πόλις, pois até mesmo o homem comum, que não participa de instituições educativas, como a Academia do Liceu, através da poesia mimética, poderá adquirir conhecimento. Logo, considerando o princípio da *Política*, de que o homem é um “animal político”, a poesia mimética não pode ser expulsa da πόλις, pois possui um papel fundamental na educação do homem.

3.3. A *imitatio* e Cícero

Posteriormente, já no séc. I d.C., encontra-se em discussão a questão dos antigos e dos modernos, tanto entre os que escrevem em grego, como entre o “novo” centro cultural do momento, os latinos. Nesse contexto, não muito diferente dos gregos, os romanos também se preocupam com a importância da teoria da imitação. A tradição mimética faz o processo imitativo muito cedo derivar do descritivo para o prescritivo, e, para eles, a imitação se torna menos artística e sofre um forte pendor para a atividade prática, e surge daí a teoria da *imitatio*. Nesse século, em Roma, Cícero escreve o *Do Orador*, composto por três livros que, “à maneira aristotélica, em forma de discussão dialógica, contempla a doutrina oratória dos antigos, mas afasta-se dos preceitos

comuns” (Cícero, *ad. Fam.* I, 9, 23) e traz um diferencial em relação à tradição manualística anterior: o fato de crer que há elementos mais importantes que a ‘arte’ para atingir a eloquência, e apresentar importante enfoque no orador, por estar abordando a arte retórica. O próprio momento de propagação da cultura escrita, por alguns chamados como o processo de “helenização de Roma”, contribuiu para uma maior leitura e seleção dos ‘cânones’ para a imitação:

É preciso ler também os poetas, conhecer a história, folhear com assiduidade os mestres e escritores de todas as artes liberais, bem como citá-los como exercício, interpretá-los, corrigi-los, criticá-los, refutá-los; acerca de qualquer tema, deve-se discutir os dois lados da questão, bem como evocar e mencionar, em cada tema, qualquer elemento que possa parecer provável²²⁴.

Como a leitura dos clássicos gregos sempre foi uma premissa importante para a qualidade do processo imitativo, com a forte presença desse elemento estrangeiro, os romanos aderiram à imitação através da composição mimética segundo modelos eleitos. O imitador tem o papel central neste processo de μίμησις, pois a seleção dos modelos a serem tomados como referências passa por sua experiência e intervenção pessoal, a fim de produzir uma composição com resultados pessoais que não reflitam necessariamente o real. Dessa forma, o processo imitativo não se torna apenas uma cópia servil, está apenas inspirado nos melhores modelos. Cícero discute este processo mimético em o *Do Orador*, enfatizando que as escolhas é que vão diferir no resultado da obra:

²²⁴ *De Orat.* II, 158. Tradução de Adriano Scatolin.

Portanto, seja este o primeiro de meus preceitos: indicar aquele que se há de imitar, e de tal forma que se busquem com maior zelo os elementos que mais se sobressaem naquele que se imitará. Some-se a isso, então, o exercício, no qual possa, pela imitação, reproduzir e representar aquele que se escolheu, porém, não como muitos dos imitadores que vi em diversas ocasiões, que procuram imitar os elementos fáceis ou mesmo aqueles que são particulares e quase viciosos²²⁵.

A escolha do que deve ser tomado como modelo é o que construirá o real valor da imitação, uma vez que o modelo escolhido será representado no novo processo imitativo, através dos elementos que constroem a grandeza deste, e não dos “elementos fáceis ou que são particulares e quase viciosos”, os que qualquer mero imitador seria capaz de selecionar e fazer. “Não foi a eloquência que nasceu da arte, mas a arte da eloquência”, afirma Cícero. O ponto central de Cícero em o *Do Orador* é o de apresentar, através do personagem Crasso, uma grande preferência pela capacidade do orador, e não da arte. A. Scatolin²²⁶ (2009) argumenta que as sistematizações da arte retórica não são suficientes para abranger todos os aspectos da eloquência, e, ao apresentar o que ele chama de “visão maximalista do orador na obra”, confere autoridade ao orador para corrigir toda uma tradição a fim de aumentar a credibilidade do seu próprio discurso. A fim de construir o que ele chama de “gênero de imitação da realidade”, Cícero também atribui a autoridade de cada orador não ao decoro da idade, por desenvolverem a moderação²²⁷, como disse Aristóteles, mas à experiência vivida de cada orador. Ele defende com afinco que a “reflexão, a aplicação e o zelo superam a idade”, a fim de ressaltar que está, mais uma vez, na capacidade individual do orador, a potência de seu desempenho, o que pode levar este a atingir as mais admiráveis características de um orador, o decoro e a adequação às circunstâncias.

Apesar do enfoque de Cícero em discutir a retórica pela oratória, pode-se perceber que, neste momento romano, o texto escrito já apresenta uma importância

²²⁵ *De Orat.* II, 90.

²²⁶ SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. Capítulo 1. São Paulo, 2009.

²²⁷ *Rh.* 1390a15.

diferente e maior do que o valor que era dado ao discurso improvisado na Grécia clássica. Deste modo, ele chega a afirmar que:

Embora muitas vezes seja útil discursar também de improviso, mais útil é separar também algum tempo para meditar e discursar de maneira mais preparada e precisa. O ponto principal é o que, a bem da verdade, menos fazemos, pois demanda grande trabalho, o que a maioria de nós evita: escrever o máximo possível. A escrita é a melhor e mais importante realizadora e mestre do discurso, e não há insulto nisso: se a preparação e a reflexão superam o discurso improvisado e fortuito, é evidente que a escrita assídua e cuidadosa será superior a ela²²⁸.

De arte “inspirada pelas musas”, o discurso passa a ter o *status* de arte dominada através de extrema elaboração, e isso, obviamente, é uma atividade completamente consciente e intrínseca ao indivíduo. O alto valor do texto escrito é abordado por Oliva Neto (2008), que descreve esse período da história dos latinos como parte da aculturação grega ao latim, que envolveu a tradução dos clássicos gregos e a maior circulação de livros em Roma. Os romanos se tornaram “o vencedor vencido” culturalmente, e, “mediante a imitação dos autores gregos do passado, tomados por modelo segundo cânones estabelecidos no período helenístico na Biblioteca de Alexandria, helenizaram as letras latinas²²⁹”, cânones estes que elegeram o grande Demóstenes e também Antífone como os melhores oradores clássicos. Como diz Neto (2008 p. 52), “essas causas que dizem respeito às condições materiais, anteriores e imprescindíveis às atividades propriamente literárias - estabelecimento dos cânones e das leis dos gêneros poéticos - permaneceram na lembrança dos romanos”. Como formas de adaptação das “letras”, com a forte presença do elemento estrangeiro, os romanos aderiram à imitação (composição imitativa segundo modelos eleitos); reelaboração (paráfrase, adaptação poética de modelo antigo com variações e com evidência do texto de partida) e tradução (tradução integral do texto, com as deficiências

²²⁸ *De Orat.* I, 150.

²²⁹ Neto 2008 p. 54.

intrínsecas que essa tarefa exige). Em suas palavras, “percebe-se que a tradução, que decorre da escolha, é a marca mais explícita daquilo que uma cultura valorizou em outra”. Contudo, independentemente da forma a ser utilizada para essa “adaptação” da cultura, o importante a ressaltar é que os receptores têm a possibilidade de escolher o que acolher, e são eles que decidem o que pertencerá à tradição.

3.4. A emulação: Dionísio de Halicarnasso e Longino

Contemporâneo a Cícero e também vivendo em Roma, porém escrevendo em grego, Dionísio de Halicarnasso também teorizou sobre o processo mimético no *Tratado da Imitação*. Logo no início, Dionísio já afirma que “imitação é a atividade que, segundo determinados princípios teóricos, reproduz um modelo” (*Tratado da Imitação* I). Dionísio traz uma noção importante para sua visão de retórica, que é a defesa de que o ato de imitar traz em si uma forma (εἰκότα) diferente. Aquele que busca imitar, não podendo ser extremamente fiel ao objeto, coloca neste uma forma diferenciada para moldar esse corpo. Para ele, a imitação pressupõe ter em mente um modelo, que move o imitador no sentido da admiração daquilo que lhe parece ser o belo, que tornará possível ao imitador interpretar e dar forma a esse objeto, apresentando profunda ênfase na prática.

Partindo desse pressuposto, em todo o Livro Segundo do *Tratado da Imitação*, Dionísio se dedica a apresentar aqueles escritores que considera melhores, cada um em sua "arte", que devem ser tomados como modelos a serem imitados, ou o que imitar de cada um. Para explicar a sua metodologia, Dionísio recorre à anedota de Zêuxis²³⁰ como o exemplo de imitação da realidade, possível graças ao seu caráter de similitude:

²³⁰ Zêuxis de Crotona viveu em 222-189 a.C.

Zêuxis era um pintor muito admirado pelos habitantes de Crotona, e estes, quando ele estava a pintar um nu de Helena, mandaram-no ver, nuas, as donzelas da cidade, não porque fossem todas belas, mas porque não era verossímil (εἰκός) que fossem feias sob todos os aspectos. O que em cada uma havia digno de ser pintado, reuniu-o ele na figuração provável (εἰκότα) de um só corpo. Assim, a partir da seleção de várias partes, a arte realizou uma forma única, perfeita e bela²³¹.

É interessante observar essa mesma técnica ilustrativa em tratados teóricos sobre atividades discursivas, como ocorre na *Arte Poética* de Horácio. Datada do primeiro século a.C. aproximadamente, a obra pretende abordar a necessária consciência do indivíduo imitador para construir a lógica interna que é a essência da constituição da obra:

Suponhamos que um pintor entendesse de ligar a uma cabeça humana um pescoço de cavalo, ajuntar membros de toda procedência e cobri-los de penas variegadas, de sorte que a figura, de mulher formosa em cima, acabasse num hediondo peixe preto; entrados para ver o quadro, meus amigos, vocês conteriam o riso? Creiam, pisões²³², bem parecido com um quadro assim seria um livro onde se fantasiassem formas sem consciência, quais sonhos de enfermo, de maneira que o pé e a cabeça não se combinassem num ser uno²³³.

Essa anedota exemplifica muito bem uma distinção marcante e precisa sobre o que se compreendia de verossímil. Uma obra não totalmente fiel à realidade, mas construída com harmonia e consistência era reconhecida como verossímil, mesmo

²³¹ *Tratado da Imitação* II. Tradução de Rosado Fernandes.

²³² Tratado dirigido a pai e filhos.

²³³ *Arte Poética* 1. Tradução de Jaime Bruna.

apresentando alguns elementos não reais, portanto, ficcionais. Porém, aquelas obras que se apresentassem fantasiosas, tais quais “sonhos de enfermo”, extrapolavam a compreensão do momento por serem fantásticas e irreais, sendo entendidas como inverídicas. Não se percebe, nos textos até o momento, uma abordagem intencionalmente fictícia, sendo ainda estranho e digno de crítica aquelas abordagens que, tentando ser apenas ficcionais, extrapolam para o irreal do fictício. É como se o elemento ficcional ainda necessitasse apresentar elementos naturais e vivos, como Horácio afirma mais adiante: “Eu o aconselharei a, como imitador ensinado, observar o modelo da vida e dos caracteres e daí colher uma linguagem viva” (*Arte Poética* p.64), que possa ser resgatada através das imagens naturais que são imitadas.

Através da anedota que bem explora o traço ilustrativo, Dionísio pretende ressaltar o elemento imagético do processo: a imitação é o resultado de uma seleção de imagens possíveis e fiéis que, em unidade, ainda são verossímeis na composição da nova obra. O verossímil, então, é uma imagem real possível de ser representada e imitada, e que deve ser composta dentro da obra com a mesma naturalidade e sentido que possui na sua realidade. Não que as obras devam ser completamente fiéis à realidade, mas devem estar arranjadas de forma a apresentar a mesma harmonia que há nas imagens reais. Por isso, Dionísio enfatiza outro ponto importante do processo imitativo: a melhor imitação seleciona os melhores aspectos de diferentes fontes. Assim como “não é verossímil (εἰκός) que as donzelas fossem feias sob todos os aspectos” (*Tratado da Imitação* II), também não é verossímil (εἰκός) que sejam belas em tudo também. Logo, a seleção deve eleger os melhores aspectos que cada um tem de melhor, e os reunir e arranjar de forma a comporem uma obra plausível, crível, e, por isso, verossímil. Aqui está também a habilidade do imitador, pois este possui a capacidade de inclinação ao objeto analisado, e, portanto, escolhido, pois passa por ele o desejo, a escolha e a preferência, influenciados por seus sentidos diante da obra.

Através de um σχόλιον²³⁴ do manuscrito de *Syrianus*, que cita tal obra de Dionísio, pode-se ver como o elemento natural é de extrema importância para ele na constituição da obra, de modo que a escolha do indivíduo é o que de mais próximo da natureza ele possui:

²³⁴ *Scholia de Syrianus in Hermog de formis* p 5, 25 Rab (t VII 2 p 868, 8 Walzii cf Morelli bibl manuscript p 303).

Foi ainda o próprio Dionísio que, na parte final do livro primeiro do “Tratado da Imitação”, ao tratar do poder de escolha e da capacidade nos discursos, disse que “o quinhão mais importante da nossa capacidade reside na natureza e não é possível que ela exista em nós com a qualidade que desejamos possuir; mas, quanto à escolha, não há parcela que não esteja nas nossas possibilidades”.

A construção da obra como verossímil é tão central para Dionísio que sua própria definição de retórica é pautada por essa característica:

A retórica é a arte que consiste na atividade do discurso utilizado na intervenção pública e tem como objetivo o falar com credibilidade segundo as circunstâncias²³⁵.

O discurso que ganha destaque não é o que se apresenta com verdade, mas com ‘credibilidade’. A ‘arte’ do discurso ‘utilizado na intervenção pública’, característica bem acentuada por Dionísio, só é efetiva quando se apresenta crível, digna de confiança. Visto que não é apenas o *ῥήτωρ* que dispõe de credibilidade, mas outras artes também a envolvem, porque também necessitam de persuasão e de serem convincentes, ele especifica uma atuação própria da retórica que a difere das outras artes, a ‘intervenção pública’. E acrescenta ‘a finalidade de bem falar’ para mostrar sua utilidade estética. É então uma arte fundada na ‘credibilidade’, e não em verdade, com fundamentais características de verossimilhança e persuasão, a fim de atingir o efeito

²³⁵ *Tratado da Imitação I.*

desejado, convencer. A base retórica é a credibilidade do discurso, ela não é baseada na verdade, visto que apenas visa ser crível através da arte de bem dizer.

Assim como Cícero acentua o papel essencial do que realiza a tarefa da imitação, Dionísio também acredita que a obra literária resulta da aprendizagem de regras e sua aplicação, assim como da livre expansão das capacidades naturais do que desempenha a importante tarefa de seleção:

Três são as coisas que nos hão de proporcionar o mais alto grau de destreza nos discursos de intervenção pública, bem como em qualquer arte ou ciência:

Uma natureza dotada;

Um estudo acurado;

E uma exercitação diligente²³⁶.

O indivíduo pode alcançar os maiores níveis de bons resultados do processo imitativo através da natureza, da aprendizagem e da exercitação. Nota-se que a imitação ganhou grande força com o papel racional do imitador, que acrescenta à μίμησις novos elementos além das imagens verossímeis. Assim, Dionísio²³⁷ apresenta uma nova forma

²³⁶ *Tratado da Imitação II.*

²³⁷ Ao longo de todo o Livro II, Dionísio fala de cada grande autor digno de imitação, entre eles historiadores, filósofos, tragediógrafos e ῥήτορες. A fim de ilustrar essa extensa análise de Dionísio de Halicarnasso, segue-se a introdução desta parte, a análise de Demóstenes como orador e a conclusão: “E já que apresentamos sumariamente o que havia a dizer acerca de outras leituras, resta-nos falar do que há a extrair de cada um dos oradores. O que certamente é, para nós, o mais indispensável. (...) O discurso de Demóstenes é vigoroso na expressão, comedido na descrição dos caracteres, adornado com as formas de elocução que escolhe, usando da ordenação no que importa, gracioso com gravidade e denso. É sobretudo por essas características que os juízes são influenciados. (...) Sendo estes os oradores caracterizados e apresentados por mim, cada um deles, possuindo alguma qualidade, contribui para o enriquecimento dos leitores. Foi por isso que eu percorri as características de todos os atrás mencionados, para exemplificar uma forma de leitura cuidadosa, a partir da qual seja proporcionada a perfeição, existente em cada um desses escritores, àqueles que optaram não por compulsar os antigos negligentemente nem por esperar inconscientemente um proveito que vem por acréscimo, mas sim conscientemente, e, sobretudo, aqueles que estão dispostos a embelezar o discurso com os recursos provenientes de todos os autores. Esses mesmos recursos deleitam pela sua própria natureza, mas, se forem caldeados com a ajuda da arte num único molde de um só corpo oratório, o estilo torna-se melhor, graças a essa combinação.” (*Tratado da Imitação II*).

de construir este processo. Para distinguir a imitação, que ele definiu como “uma atividade que reproduz um modelo”, Dionísio define a emulação:

A emulação, por sua vez, é uma atividade do espírito que o move no sentido da admiração daquilo que lhe parece ser belo²³⁸.

A emulação, então, apresenta uma nova abordagem sobre o processo imitativo, uma vez que é pautada sobre uma disputa com aquele objeto de admiração que seria o objeto a ser imitado. Emular não é apenas imitar, é buscar superar aquilo de excelente que se aprendeu da observação dos melhores. Muito aborda essa questão Longino²³⁹ no tratado *Do Sublime*²⁴⁰. No séc. I d.C, a fim de discutir os ‘sublimes’ que ele chama de “aqueles semideuses que almejavam os maiores méritos literários” (*Do Sublime* XXXV 2.), Longino discorrerá acerca dos grandes clássicos gregos sem distinção de ‘gêneros’ discursivos, pois Homero, Demóstenes, Platão, Tucídides, Heródoto, Ésquilo, entre outros, serão avaliados de acordo com suas capacidades e méritos em recursos estilísticos. De forma um tanto irônica, Longino apresenta os métodos para a busca do sublime:

(...) Outro caminho leva ao sublime. Que caminho? Como é ele? A imitação e a disputa²⁴¹ (μίμησις τε καὶ ζήλωσις) dos grandes

²³⁸ *Tratado da Imitação* III.

²³⁹ Não há consenso sobre a autoria desta obra, seu autor pode ter sido Longino, ou Dionísio ou Dionísio Longino. Provavelmente foi escrita no séc. I d.C.

²⁴⁰ Oyarzún (2007) atenta para o uso do adjetivo “sublime”: “El uso del adjetivo responde a un establecimiento histórico del término y a su uso figurado: “en los aires, en lo alto” (lt. sublime), “o suspendido en el aire, alto, elevado” (lt. sublimis). Considerando que el término griego original remite a “altura” e luego ao verbo “elevar, exaltar”, el título literal del tratado en español debiera ser “Sobre lo alto” y su relación com lo “grande” es inmediata debido a que su tema crítico es la gran elocuencia”. (Oyarzún 2007 p. 177).

²⁴¹ A tradução de Jaime Bruna traduziu ζήλωσις por ‘inveja’, mas optei por adaptar a tradução e traduzir ζήλωσις por ‘disputa’, a emulação, a fim de distinguir de φθόνος, a inveja negativa.

prosadores e poetas do passado. Apeguemo-nos inseparavelmente a esse propósito, caríssimo amigo²⁴².

A imitação (μίμησις) como reprodução das melhores características, para Longino, é como uma inspiração que contagia pela grandeza que compõe seus melhores pontos. A ζήλωσις, a emulação ‘dos prosadores e grandes poetas do passado’, é uma competição zelosa em relação às formas que se pretende superar. Aristóteles já havia discorrido sobre a emulação na *Retórica*, porém isso não foi tão enfatizado e abordado por outros pensadores e intérpretes do filósofo como foi a μίμησις. A partir da natureza das relações humanas, Aristóteles discute a emulação:

Em que condições se sente emulação (ζηλοῦσι), que coisas as provocam e relativamente a que pessoas, é o que vamos esclarecer a seguir. Se a emulação (ζήλος) consiste num certo mal-estar ocasionado pela presença manifesta de bens honoríficos (ἀγαθῶν ἐντίμων) e que se podem obter em disputa com quem é nosso igual por natureza (τοὺς ὁμοίους τῆ φύσει), não porque tais bens pertençam a outrem, mas porque também não nos pertencem (razão pela qual a emulação (ζήλος) é uma coisa boa e própria de pessoas de bem, ao passo que a inveja (τὸ δὲ φθονεῖν) é desprezível e própria de gente vil; assim, enquanto uns, através da emulação, se preparam para conseguir esses bens, outros, pelo contrário, através da inveja (διὰ τὸν φθόνον), impedem que o vizinho os consiga), é forçoso admitir, então, que émulos são aqueles que se julgam dignos de bens que não têm mas que lhes seria possível vir a obter, uma vez que ninguém ambiciona aquilo que lhe é manifestamente impossível²⁴³.

A emulação, assim como a imitação, também é uma atividade um tanto natural ao indivíduo, pois é uma reação instintiva ao indivíduo que sente o “certo mal-estar” diante dos bens que não são seus. Porém, é uma atividade de superiores que

²⁴² *Do Sublime* XIII 2. Tradução de Jaime Bruna.

²⁴³ *Rh.* 1388b.

sabem conquistar o melhor diante da disputa, e não da simples inveja, logo, é uma atitude de diferenciados que conseguem se superar para conquistar algo melhor. Cáceres (2014²⁴⁴) resalta algumas das construções valorizadas por Longino que vão distinguir os melhores em habilidades discursivas. A disputa pelo melhor, como diz Aristóteles, é entre “iguais por natureza”, sendo possível a todos disputarem, mas, de acordo com Longino, apenas os grandes e sublimes optam e conquistam o seu objeto de emulação. Longino bem ilustra esse “pensamento grandioso” que constrói a emulação:

Logo, também nós, quando elaboramos algum trecho que requeira estilo elevado e pensamento grandioso, é bom que formulemos no íntimo a pergunta: como diria isso Homero, se calhasse? Como Platão, ou Demóstenes, o alçaríamos ao sublime? Ou Tucídides, na História? Graças à emulação (ζῆλον) é que acudirão à nossa presença esses vultos e, como que brilhando, erguerão as almas de algum modo às alturas imaginadas²⁴⁵.

A ‘metodologia’ apresentada por Longino não parte do ponto do produto imitado, mas da inspiração natural que orientou os grandes escritores a comporem sua obra. O emulador deve ‘pensar’ como os escritores que pretende superar, compreendendo os elementos que compõem a obra deste, e almejar também compreender como esta será recebida pelos que conhecerão sua obra. Oyarzún (2008²⁴⁶) enfatiza a crença de Longino na capacidade do indivíduo de atingir o melhor, sendo capaz de superar aqueles que têm como melhores. A preocupação é medida

²⁴⁴ “Con Longino que tenemos un primer acercamiento a lo sublime (ὕψηλοῦ) bajo parámetros discursivos que vislumbran la posibilidad de alcanzar “el más alto de los discursos (ὑψος) mediante fuentes retóricas y de estilo bastantes definidas: la capacidad para concebir grandes pensamientos, la pasión vehemente y entusiasta, cierta clase de formación de figuras retóricas (de pensamiento e de dicción), la noble expresión (elección de palabras y dicción metafórica y artística) y, finalmente, la composición digna y elevada (*De lo sublime* 57-58)”. (Gáceres 2014 p. 54).

²⁴⁵ *Do Sublime* XIV 1.

²⁴⁶ “Existiría, para Pseudo-Longino, en el hombre una disposición natural hacia lo grande. Entendida como una emoción, lo sublime es la capacidad de elegir siempre los elementos más importantes y reunirlos en ‘un solo cuerpo’. De aquí se desprenden los mecanismos o fuentes de lo sublime que parten de la potencia expresiva como fundamento; luego, la capacidad de concebir grandes pensamientos y la emoción vehemente y entusiástica corresponden a cualidades innatas al poeta, mientras que las figuras y la expresión noble se pueden adquirir por medio del arte, sin embargo, todo ello se supedita a la composición digna y elevada, que encierra a las anteriores”. (Oyarzún 2008 p. 177).

também através da recepção da obra, como ela seria lida e aceita por aqueles que a recebem. A emulação compreende um processo, como se pode ver, mais complexo do que o da *imitatio*, e mais próximo dos elementos que compõem a μίμησις, como se pode notar nas passagens seguintes do *Do Sublime*:

Exemplificar tudo seria impraticável. Todavia, os exemplos colhidos nos poetas, como eu dizia, encerram uma exageração mítica, que transcende por demais a credibilidade, enquanto o mais belo da imaginativa oratória consiste sempre em sua possibilidade e verossimilhança (ἔμπρακτον καὶ ἐνάληθες). As violações desta norma são chocantes.²⁴⁷

A credibilidade sublime definida aqui está delimitada pelas fronteiras da possibilidade e da verossimilhança, para que não ocorra a “exageração mítica” que causa “violações de norma chocantes”. Longino dá uma importante informação sobre a percepção que extrapola o ficcional da oratória da época e chega ao fictício: há um reconhecido elemento “imaginativo oratório”, mas que deve ser pautado pela possibilidade (ἔμπρακτος) e pela verossimilhança (ἐνάληθες). A opção de tradução do tradutor de ἐνάληθες por verossimilhança se dá pelo fato de o adjetivo significar “probabilidade de escolha que esteja de acordo com a verdade”, mas o termo já mais reconhecido para a categoria ‘verossimilhança’ é o já falado εἰκός. Para melhor exemplificar esses elementos intrínsecos da construção do discurso sublime, que não devem possuir uma “exageração mítica” e fantasiosa, Longino apresenta um exemplo de elementos fictícios no discurso *Timócrates* de Demóstenes:

Qual, então, o condão da fantasia na oratória? Talvez carrear para os discursos grande variedade de lances veementes e patéticos; misturada à argumentação real, sobre convencer os ouvintes, avassala-os.

²⁴⁷ *Do Sublime* XV 8.

“Sem dúvida, diz Demóstenes, se, neste mesmo instante, se ouvisse um alarido diante do tribunal e alguém então dissesse “Abriram as portas da cadeia e os presos estão escapando”, não há velho ou jovem tão negligente que não acudisse na medida de suas forças; e mais, se alguém assomasse para dizer “foi esse homem que os soltou”, o indicado seria morto no mesmo instante, sem uma palavra de defesa²⁴⁸.”

Ora, até mesmo os discursos que têm como conteúdo a extrema realidade, como os deliberativos apresentados nas assembleias e nos tribunais, possuem argumentos ficcionais e até mesmo elementos fictícios, como uma encenação imaginária de uma hipótese de acontecimento que é utilizada para ilustrar argumentos reais. Ao tempo deste tratado, Longino já percebia estes novos elementos fantasiosos manifestos nos discursos, mas os recebia com forte crítica, reprovando veementemente tal recurso. Para ele, o elemento imaginário distrai o foco real do discurso para o efeito fascinante da fantasia, tirando o foco da argumentação real. Por isso, Longino não deixa de focar o material do processo imitativo artístico na natureza, através do registro verossímil.

A imitação encontra seu modelo nos efeitos da natureza, pois a arte é acabada quando com esta se parece e, por sua vez, a natureza é bem sucedida quando dissimula a arte em seu seio²⁴⁹.

Mas a emulação, bem como a maior percepção do elemento fictício e ficcional nos textos, não se dá apenas aqui, e pode-se dizer que, neste sentido, Luciano de Samósata apresenta interessantes novidades.

²⁴⁸ *Do Sublime* XV 9.

²⁴⁹ *Do Sublime* XXII 1.

3.5. Luciano de Samósata

A constituição de um ‘gênero’ que apreendesse as narrativas fictícias em prosa com certeza só se deu depois de longo processo de um jogo entre realidade e ficção, momento este que está presente na problematização de um grande número de textos do séc. II d.C. Ainda nessa fase de ‘surgimento’ e ‘transição’, encontra-se o texto *Das Narrativas Verdadeiras*, de Luciano de Samósata, que pretende distinguir o que ele chama de ‘mentiras’ de um texto que as utiliza intencionalmente, apresentando-se ficcional em prosa²⁵⁰. O *Das Narrativas Verdadeiras* apresenta a intencionalidade e a permanência de um elemento forte para o processo de imitação: a liberdade de ficcionar, de efabular, ou seja, a possibilidade de acrescentar à imitação o que não é verdadeiro, mas o que é possível. Tendo lido os antigos poetas, historiadores e filósofos, Luciano percebe nesses ‘gêneros’, tidos como verdadeiros, elementos de ficção (ψεῦδος) contrários à verdade que estes escritores afirmavam apresentar nos seus discursos. A proposta do *Das Narrativas Verdadeiras* é, então, extrapolar o verossímil que se opõe ao real e ser um texto propositadamente ficção, que não diz veracidades e nem mesmo possibilidades verossímeis, além de não possuir compromisso com a verdade, permitindo que a ficção se construa por si. As primeiras palavras do texto já se mostram inquietantemente lúcidas para apresentar tal abordagem um tanto ‘vestida’ de novidade:

Tendo lido todos esses autores, não os reprovei em demasia por mentir, uma vez que percebi que isso já é habitual até para aqueles que professam a filosofia. Algo neles, porém, me deixou admirado, que julgassem que passariam despercebidos ao escrever inverdades. É por esse motivo que também eu próprio, dedicando-me, pelo desejo da vanglória, a deixar algo à posteridade, a fim de que não fosse o único excluído da liberdade de efabular, já que nada verdadeiro podia relatar – nada digno de menção havia experimentado –, me voltei para a mentira, em muito mais honesta que a dos

²⁵⁰ “Normalmente, (...) os diversos signos ficcionais não indicam que por eles se opera uma oposição à realidade, mas antes algo cuja alteridade não é compreensível a partir dos hábitos vigentes ao mundo da vida” (Lebenswelt) (Iser, W.: 1979 p.397) (Apud Costa Lima 1986).

demais, pois ao menos nisto direi a verdade: ao afirmar que minto. Assim, a mim me parece que também escaparei da acusação dos outros, eu próprio concordando que nada digo de verdadeiro. Escrevo, portanto, sobre aquilo que nem vi, nem sofri, nem me informei por outros e ainda sobre seres que não existem em absoluto e nem por princípio podem existir. Por isso, os leitores não devem de forma alguma acreditar neles²⁵¹.

Luciano tem a intenção de evidenciar que seu texto é construído no contexto que ele chama de “liberdade de efabular”, ao contar histórias com mentiras, que ele identifica já ser “habitual até para aqueles que professam a filosofia”. Sua manifesta percepção do caráter não-verídico em que transitam os outros textos não é a questão de seu problema, mas sim o fato de que todos “julgassem que passariam despercebidos ao escreverem inverdades”. Reconhecendo também as muitas possibilidades que as ‘inverdades ficcionais’ dão à narrativa, que possibilitam a ele e a tantos outros escreverem feitos grandiosos que não viveram e nem mesmo existem, ele se justifica na ‘mentira’, porém afirmando que mente. Luciano tem como principal preocupação mostrar sua honestidade ao demonstrar que seu texto transita no campo do fictício, diferentemente de como agem os outros ‘efabuladores’, que espalham mentiras, como o próprio Ulisses, que ele classifica como “mestre nesse tipo de bufonaria”, por seus relatos aos feácios. Luciano reconhece as muitas possibilidades que as ‘inverdades ficcionais’ dão à narrativa, as quais possibilitam a ele e a tantos outros escreverem feitos grandiosos que não viveram e nem mesmo existem, a partir do que puderem transcender de uma representação apenas realista:

Não apenas lhes será atraente o insólito do tema ou a graça do projeto, nem que declaro mentiras variadas de maneira convincente e verossímil, mas que também cada uma das coisas relatadas alude não sem comicidade a alguns dos antigos poetas, historiadores e filósofos que muitas

²⁵¹ *Das Narrativas Verdadeiras* I, 4. Tradução de Lucia Sano.

coisas prodigiosas e fabulosas escreveram. Eu mencionaria seus nomes, caso não fossem se tornar evidentes durante a leitura²⁵².

Para reforçar as fraudes e as mentiras dos outros escritores que não se ativeram à verdade e não foram honestos para afirmarem isto, Luciano cria um episódio de punição para estes:

As maiores punições entre todas suportavam-nas os que de algum modo mentiram ao longo da vida e os que não escreveram a verdade, entre os quais estavam Ctésias de Cnido, Heródoto e muitos outros. Então, ao vê-los, eu tive boas expectativas para o porvir. Pois tinha consciência de que eu mesmo nenhuma mentira havia contado²⁵³.

Também no bom humor desta passagem é possível ver a preocupação de Luciano com a recepção do seu texto de não ser tomado como verdadeiro. Tim Withmarsh (1993 p. 105) aborda este momento de questionamento do lugar do fictício, do ponto de vista da recepção dos textos. Como ele afirma, “a narrativa de recepção histórica é sempre apresentada como real, sólida e necessária, até mesmo pelos mais céticos dos críticos”, ou seja, o elemento ficcional em que transitam os textos históricos antigos, ainda não ‘bem identificado’, é o mesmo que Luciano problematiza dizendo utilizar como ponto de partida para o seu texto, de forma ainda um tanto ‘ousada’. Este elemento ficcional é o que coloca a verdade historiográfica em questão, colocando-a como uma proliferação infinita de narrativas potenciais. A abordagem de Luciano também inicia a teorização do romance, como uma narrativa essencialmente ficcional a partir da imitação de ações reais. Brandão (2005) trabalha a fronteira entre a historiografia e a ficção que foi palco para o desenvolvimento do romance como um gênero que marca uma nova ‘forma’ discursiva:

²⁵² *Das Narrativas Verdadeiras* I, 2.

²⁵³ *Das Narrativas Verdadeiras* II, 31.

O que determina o surgimento do romance como um novo gênero capaz de marcar sua diferença em face da historiografia é tão somente o abandono do invólucro historiográfico, permitindo que a ficção se construa sem outro balizamento que a própria ficção. Dito de outro modo: a historiografia pode lidar normalmente com o fictício, que se imiscui nela quase que naturalmente; para o reconhecimento do romance como gênero é necessário, entretanto, deixar de lado a verdade e representar, para o leitor, algo que se apresente, intencionalmente, como ficção. Isso, de fato, só se inventa no segundo século. É novo então²⁵⁴.

O que o romance traz de novo não é a forma, como Aristóteles expõe na *Poética*, pois não é a prosa que difere a historiografia dos gêneros mais literários, assim como não é a prosa que inova e sustenta o surgimento do romance, mas sim seu caráter essencialmente fictício. Como afirma Withmarsh (2005 p.110), “a verdadeira história do romance reside no que tomam como uma heterodoxa compreensão da verdade”, pois, a partir da grande possibilidade fornecida pela ficção é que a narrativa se distancia de ser um mero acontecimento real²⁵⁵.

3.6. Erasmo de Rotterdam

²⁵⁴ *A Invenção do Romance*, Jacyntho Lins Brandão, p. 166.

²⁵⁵ Vico Giambattista, em *Ciência Nova*, também abordou a questão da formação de narrativas a partir do caráter verossímil das fábulas, que constituíram uma nova forma de fazer narrativas: “As fábulas, em sua origem, eram narrações verdadeiras e intensas (de onde *mythos*, fábula, foi definido como *vera narratio*, como temos frequentemente apontado). Mas, porque na maioria das vezes elas eram originalmente monstruosas, foram, então, desviadas; em seguida, alteradas; posteriormente, tornaram-se improváveis; depois disso, obscuras; em seguida, escandalosas e, finalmente, incríveis. Estas são as fontes das dificuldades das fábulas, que podem ser facilmente encontradas em todo o segundo livro”. (*Ciência Nova*, 814).

Que os clássicos foram e são eternas fontes de inspiração e até mesmo tomados como ‘meta’, a história nunca nos deixou negar, porém, em alguns momentos, essa devoção se deu de forma tão fanática que certas obras ou autores se tornaram pura idolatria. Assim ocorreu com muitos antigos que, durante um certo tempo, buscavam imitar o gênero ático da oratória, reconhecido como o mais sublime dentre todos. Outro movimento que ocorreu de forma mais excessiva foi o dos ciceronianos. Reconhecendo Cícero, o orador e político da Roma do primeiro século, como “a imagem da eloquência mais excelente”, estes estudiosos tomam-no como o único verdadeiro modelo que deve ser imitado, desde seus recursos retóricos ao seu vocabulário latino pessoal. Inserido nesse momento, já no séc. XV, está Erasmo, que apresentou extensas críticas a esse pensamento e a tantos outros que surgiram nesse momento. Sobre esse tema ele escreveu o *Diálogo Ciceroniano*, que critica fortemente o personagem ciceroniano²⁵⁶ Nosópono e todo o radicalismo de léxico e de conteúdo a que os ciceronianos se prendem ao extremo; e aborda-o de forma irônica, denominando os ciceronianos como portadores de um mal com “um tipo de demência que não toma toda a mente, mas afeta somente uma parte do espírito, porém de forma violenta” (*Diálogo Ciceroniano* p. 3). Erasmo apresenta o problema de adaptação dos ciceronianos, cristãos e católicos, que ‘tentam’ adequar o discurso religioso ao vocabulário latino de Cícero. É a divinização de Cícero, como ele coloca, e que ele critica, pelo fato de quererem colocar matéria cristã em “léxico ciceroniano”.

Nesse sentido, Erasmo acrescenta à discussão o fato de o processo imitativo, por não ser apenas uma cópia, necessitar de um constante espírito de emulação, em que o imitador deve ter um modelo a fim de competir para superar-lhe em arte. No diálogo, Erasmo apresenta a primeira premissa do que busca ser melhor, a imitação:

²⁵⁶ Erasmo descreve as atividades do personagem ciceroniano de forma cômica e exagerada, a fim de acentuar a insensata perseguição desses personagens, também reais, a Cícero “- Nosópono: (...) Já há sete anos inteiros não toco em nada além de livros ciceronianos, abstando-me dos outros não menos religiosamente do que os cartuxos se abstêm de carne. Buléforo: E por que isso? Nosópono: Para que nenhuma expressão forasteira, tirada de algum outro lugar, fique presa e como que lance uma nódoa sobre o brilho do discurso ciceroniano. Além disso, para que eu não peque em imprudência, escondi dos olhos, fechado em caixas, tudo o que for de outros códices. Desde então, não há lugar em minha biblioteca para ninguém além de um único, Cícero. (...) Não há uma única palavrinha nos livros desse homem divino que eu não tenha organizado em um léxico alfabético. (...) Mas há também um segundo volume ainda maior, no qual anotei as fórmulas discursivas características de Marco Túlio, em ordem alfabética. (...) Agora me preparo para a imitação.” (*Diálogo Ciceroniano* p. 9-12).

Buléforo: Eis a primeira coisa em que, em minha opinião, estou de acordo contigo: aquele que aspira à glória oratória e literária deve, tendo antes conhecido e aprendido diligentemente os preceitos da arte, por meio de muitos escritores renomados, escolher o melhor a quem imitar e a quem sua expressão se conforme.

Nosópono: Exatamente²⁵⁷.

Contudo, Erasmo pretende mostrar como os ciceronianos iam contra o próprio conceito de *imitatio* defendido por Cícero, como já visto, pois o tomavam como o único modelo, enquanto Cícero defendia que se deve selecionar aqueles que são os melhores em vários e diferentes pontos, uma vez que nenhum era bom em tudo, e nem ruim em tudo. Este processo traria ao imitador uma certa agentividade ao escolher os modelos e poder criar a partir deles, construindo uma emulação possível até mesmo de superação, enquanto apenas ter o único modelo permitiria ao imitador fazer apenas cópias daquele ‘produto’. Na seguinte passagem, Buléforo pergunta a Nosópono se Cícero ultrapassa a todos os demais autores na habilidade de aforismos, e assim ele vai perguntando sobre outras demais habilidades, a fim de mostrar a Nosópono que existem estratégias em que outros são melhores que Cícero (até porque um bom texto não é feito de uma habilidade apenas), e isto é um processo natural e possível ao homem:

Buléforo: No entanto, o próprio Gélio, ainda que seja pouco justo, confessa que há, entre os aforismos de Sêneca, alguns que não se poderia melhorar. Nem é possível que todos sejam igualmente felizes, quando todos os seus escritos estão amarrados com aforismos. Mas, dentre eles, encontrarás algum para imitar mais facilmente que em outros autores,

²⁵⁷ *Diálogo Ciceroniano* p. 31. Tradução de Elaine C. Sartorelli.

nos quais os aforismos não são nem numerosos nem brilhantes. Mas vamos adiante. Acaso o tema não exige às vezes brevidade?²⁵⁸

Esta discussão perpassa a própria discussão sobre retórica, com o surgimento da chamada retórica eclesiástica que se opõe à clássica. A retórica antiga se constrói sobre verdades móveis e manipuláveis, em um contexto em que os homens buscavam a sensatez e a prudência; já a retórica eclesiástica, construída de valores cristãos, tem uma única verdade que deve ser aceita, por prezar pelo homem bom e honesto. A retórica, sendo entendida como pura ornamentação, é entendida como falsa, pois se constrói no discurso, e não sobre uma verdade absoluta. Estes estudiosos buscavam o retorno ao latim clássico por criticarem o latim da igreja, uma vez que, para eles, este era corrompido para permitir o acesso das mensagens religiosas ao povo. Tomavam então o latim clássico como a “língua perfeita” e, por esse motivo, buscavam “beber” apenas em Cícero e copiá-lo.

Assim, a retórica era vista como uma ciência pagã, e Erasmo é de extrema importância para o momento, pois, através de seu trabalho de edição crítica do testamento grego e da tradução para o latim, foi responsável por ‘acomodar’ elementos pagãos no mundo cristão. Assim se dá o renascimento humanista em que os textos gregos e seus conteúdos são novamente visitados, assim como a retórica, como conteúdo extremamente ligado à expressão. Sartorelli (2009 p. 5) descreve esse ‘momento’ enfatizando o “grande surgimento de muitos textos antigos e sua propagação, junto com um fervoroso estudo dos clássicos, o que gerou uma educação humanística”. Para ela, o Renascimento foi “uma era em relação com outra que lhe antecedeu e a qual procurou imitar, que seria a antiguidade clássica. Foi onde ‘encontraram’ a retórica ornada e persuasiva dos antigos” (p. 6). É nesse sentido que Erasmo colabora para este movimento, ao enfatizar que “a retórica não é ornamento, é elocução, e pode ser incorporada na conversão religiosa, pois o cristão pode desposar da eloquência se a ‘purificar’ com sabedoria”, uma vez que as boas ideias são expressas de forma melhor através de bela eloquência.

²⁵⁸ *Diálogo Ciceroniano* p. 38.

Por isso, Goldhill (2007) o define como “o primeiro intelectual do Ocidente”, por ele ter muito acrescentado aos estudos do momento e ter influenciado os reformistas através da grande abertura de seu trabalho. Como Goldhill (2007 p. 17) bem coloca, Erasmo “abre um caminho que destaca novamente o estudo do grego entrelaçado às grandes revoluções políticas, culturais e teológicas do momento”.

A intenção de Erasmo é mostrar que, além de vários modelos mimetizados produzirem, quando reunidos em uma única obra, um resultado superior a um único, é também possível superar um modelo. A sua crítica ao movimento dos ciceronianos mostra que Erasmo estava embebido de Cícero em sua fonte e compreendeu bem o que foi apresentado por este, ao contrário dos muitos ciceronianos, que demonstram uma compreensão do momento através das releituras feitas por terceiros.

A atividade mimética é essencial para a literatura e, apesar de suas diferentes formas de recepção, pode-se ver que a μίμησις proporcionou diferentes e originais produções, desde suas primeiras abordagens entre os antigos, durante os séculos até os dias de hoje. Apesar da forte transmissão do termo como apenas imitação, a compreensão dos outros elementos é necessária para se visualizar a amplitude da μίμησις como intrínseca ao processo artístico criativo.

Da mesma forma, o elemento da possibilidade e do verossímil complementa a amplitude do processo mimético, por possibilitar à construção da obra a criação de um mundo dentro desta, em que os elementos não necessitam ser factuais para a realidade do mundo externo, mas sim potenciais e plausíveis à verossimilhança interna da obra. Como bem observa Luciano, a possibilidade permite à obra ir além de ser uma mera narrativa, o que possibilitou o surgimento de novas formas de expressão literária, como o próprio romance.

No campo poético-literário, em que a ficção é a característica essencial das novas narrativas efabulares, deve-se ter em mente que o εἰκός não se contrapõe à ficção; por isso, complementa-a. O que se contrapõe ao εἰκός é a realidade, o elemento real extremo, pois a possibilidade do verossímil extrapola os limites dos gêneros “verdadeiros” e contamina-os com elementos ficcionais. O que Tucídides, Heródoto, Demóstenes e tantos outros defensores do factual escreveram era para eles a realidade

inquestionável, eram textos intencionalmente “narrativas verdadeiras”, porém inconscientemente corrompidos pelo ficcional. O que se contrapõe à verdade (ἀλήθεια) é a ficção (ψεῦδος), um “gênero de discurso que tem sua própria natureza e é o outro dos discursos verdadeiros” (Brandão 2015 p. 57). A partir dessa compreensão é que a literatura se distinguiu dos gêneros verdadeiros, e, por estar apoiada no critério de verossimilhança, ela se liberta e se salva, mesmo que não seja factual e verdadeira. Aquilo que é semelhante ao real e representação deste já compõe uma aparência simulada da ficção, composta por aquele que se dedica à tarefa da imitação. A ficção é como que representar dizer verdades, com a possibilidade conveniente da semelhança com o real.

CONCLUSÃO

Neste trabalho pudemos observar que o conceito de εἰκός é elementar para a compreensão do âmbito ficcional presente em textos gregos que não o pretendiam diretamente, uma vez que ele é o recurso racional coerente ao modo discursivo dos antigos, em que muitos fundamentos do conhecimento não podiam ser averiguados. Conceito do gênero retórico, desenvolvido pela possibilidade argumentativa da oratória clássica, o argumento εἰκός era empregado exatamente onde as provas verificáveis falhavam, como os usos de Antifonte, e se tornava muitas vezes a única alternativa racional explorada pelos ῥήτορες, em um momento em que a verdade era reconhecida e moldada pelo assentimento e aderência da opinião pública, e aquele orador que melhor soubesse empregá-la, sob a forma de premissa retórica, obtinha aclamada aprovação nos discursos e debates das instituições democráticas. À medida que o valor à pura verdade ganha força, em vista da acentuação da fragilidade do argumento εἰκός, este passa a ser usado de maneira mais natural, como nos discursos de Demóstenes, mas ainda presente por seu incontestável valor cultural.

No âmbito de uma narrativa que pretende abordar a construção do mundo em uma dimensão pré-cósmica, o *Timeu*, com fatos que não são acessíveis por se encontrarem em tempos extremamente remotos, o εἰκός é o meio pelo qual torna-se possível ao homem dizer aquilo que ele só poderia mostrar, através da observação da natureza. Adicionando seu caráter verossímil ao mito, como o elemento que se dispõe a tentar dar essas respostas, através de seu ato de lembrar os mais antigos relatos, o εἰκός se mostra a primeira forma de conhecer o princípio do universo e da natureza, assim como também apresenta o artifício que possibilitou a primeira atividade mimética de representação do mundo: a partir do horizonte da semelhança.

É por meio dessa característica que o εἰκός é transmitido pela tradição literária como a categoria da verossimilhança, que permite a cada obra ser vista como um micromundo, girando dentro de sua própria realidade e frutificando através das possibilidades não necessariamente reais, mas possíveis e verossímeis. Juntamente com

a μίμησις, a imitação e representação artística, o εἰκός como categoria da verossimilhança valoriza a individualidade do imitador, que é o que possibilita as diferentes formas de apreensão da realidade, seja através do processo mimético de aprendizado, como abordou Aristóteles, seja na seleção dos modelos a serem imitados, como defendeu Cícero e Dionísio de Halicarnasso, através da *imitatio*. Em ambas as concepções, uma mais artística e outra mais prática, a particularidade do homem é o que possibilita a singularidade de cada obra que, mesmo tendo sido imitada, carrega elementos inerentes da natureza humana. Existe o esforço imitativo em que este indivíduo acaba por colocar algo de seu, que é exatamente a sua contribuição para que a arte sempre dialogue entre o universal e o particular, e não apenas reproduza cópias idênticas, por mais perfeitas e belas que sejam.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Sousa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 1986.

_____. R. Kassel. **Aristotelis de arte poetica liber**. Oxford: Clarendon Press, 1965.

_____. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 2005.

_____. **Metafísica. Ética a Nicômaco. Poética**. Tradução de Vincenzo Coceo e notas de Joaquim de Carvalho. Editora Abril. São Paulo, 1084.

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A Poética Clássica**. Tradução de Jaime Bruna. Editora Cultrix. São Paulo, 2014.

ARISTOTLE. **Posterior Analytics – Book One**. In: Ancient Greek Philosophy. From Thales to Aristotle. Edited by S. Marc Cohen, Patricia Curd, C.D.C. Reeve, 1948.

ASHBAUGH, Anne Freire. **Plato's Theory of Explanation: a Study of the Cosmological Account in the Timaeus**. Albany. Suny Press, 1988.

ANTIFONTE. **Testemunhos, fragmentos, discursos**. Prefácio e tradução Luís Felipe Bellintani Ribeiro. Edições Loyola. São Paulo, 2008.

ARAÚJO, Maria Cláudia. **A Poética de Aristóteles sob a abordagem de Lígia Militz da Costa**. Kalíope, São Paulo, ano 7, nº 14, pp. 70-82. Julho/Dezembro, 2011.

BERGSON, Henri. **Cursos sobre a filosofia grega**. Tradução Bento Prado Neto. Martins Fontes. São Paulo, 2005.

BRAET, Antoine C. **The Enthymeme in Aristotle's Rhetoric: From Argumentation Theory to Logic**. *Informal Logic*. (local de publicação). No. 2&3. Vol.19, pp.101-117, (mês), 1999.

BRISSON, Luc e PRADEAU, Jean François. **Vocabulário de Platão**. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2010.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **Antiga Musa – Arqueologia da Ficção**. 2º ed. Editora Relicário. Belo Horizonte, 2015.

_____. **A Invenção do Romance**. Editora Universidade de Brasília, Coleção Pégamo. Brasília, 2005.

BURNS, Alfred. **Athenian Literacy in the Fifth Century B.C**. *Journal of the History of Ideas*, No.3, Vol. 42, pp. 371-387. Jul. - Sep., 1981.

CÁCERES, M. A. G. **Ad infinitum: implicaciones de lo sublime en la contemporaneidad**. Instituto de Estética - Pontificia Universidad Católica de Chile. *Aisthesis*, nº 56, pp. 53-68, 2014.

CAIMI, Cláudia. **A natureza flutuante da mimese em Platão**. *Classica*, n. 15/16, v. 15/16, p. 99-115, São Paulo, 2002/2003.

CAMARA, Bruna. **Menexêno de Platão: Tradução, notas e estudo introdutório**. 2014. 95 f. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de Letras Clássicas e Vernácula, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CERDAS, Emerson. **A ciropedia de Xenofonte – Um romance de formação na antiguidade**. Editora Unesp. Cultura Acadêmica. São Paulo, 2011.

CÍCERO, **Do Orador**. Tradução de Adriano Scatolin. In: SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23**. Capítulo 1. São Paulo, 2009.

CHERNISS, H. **The Relation of the Timaeus to Plato's Later Dialogues.** The American Journal of Philology. No. 78, pp. 225-266, 1957.

CLOSE, Anthony J. **Philosophical theories of art and nature in Classical Antiquity.** Journal of the History of Ideas. No.2, Vol. 32, pp. 163-184, Apr./Jun., 1971.

COLE, Thomas. **The Origins of Rhetoric in Ancient Greece.** The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1995.

CUENCA, Jorge Cano. ***Eikós lógos – Eikós mythos: un lógos como representación del mundo.*** Revista de Estudios Sociales No. 44. pp 36-47. Bogotá, diciembre de 2012.

COHEN, S. M., CURD, P. and REEVE, C. D. C. **Ancient Greek Philosophy. From Thales to Aristotle.** Hackett Publishing Company. Indianapolis, 1949.

CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. LIMA, Marinalva Vilar de. **História e Historiografia Antigas: A Construção de um gênero discursivo.** Revista Mnemosine. n° 2, Volume 1, Jul/Dez, 2010.

COSTA LIMA, Luiz. **Sociedade e Discurso Ficcional.** Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1986.

DELGADO, Carolina. **Discurso falso y literatura em Platón. Una discusión a partir de R. II 376d-379a.** Diánoia, volumen LX, número 74. pp. 27-51. Mayo de 2015.

DEMÓSTENES. **As três Filípicas e Oração sobre as questões da Quersoneso.** Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. Martins Fontes. São Paulo, 2001.

_____. **Discursos políticos III.** Madrid: Editorial Gredos, 2008.

_____. **Prologues.** Les Belles Lettres, Paris, 2002.

_____. **Demosthenis Orationes. Recognovit apparatv testimoniorvm ornavit adnotatione critica instrvxit M. R. Dilts.** Tomvs I. Oxford Classical Texts. New York, 2002.

DILLON, John and GERGEL, Tania. **The Greek Sophists.** Penguin Books. London, 2003.

DORJAHN, Alfred. P. **A Further study on Demosthenes' Ability to speak extemporaneously.** Transactions and Proceedings of the American Philological Association, (Número), vol. 81, pp. 9-15, 1950.

_____. **Extemporaneous Elements in Certain Orations and the *Prooemia* of Demosthenes.** The American Journal of Philology, no 3 , Vol. 78, pp. 287-296, 1957.

ERASMO. **Diálogo Ciceroniano.** Tradução e prefácio de Elaine C. Sartorelli. Editora Unesp. São Paulo, 2013.

FRYE, Northrop. **A Anatomia da Crítica – quatro ensaios.** Editora Realizações. São Paulo, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método - Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.** Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão e tradução de Enio Paulo Riachini. 3º edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

GAGARIN, Michael. **Antiphon the Speeches.** Cambridge University Press. Cambridge, 1997.

_____. **Probability and persuasion: Plato and early Greek rhetoric.** In: Persuasion, Greek Rhetoric in Action. Routledge. London and New York, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força - história, retórica, prova.** Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

GOBRY, Ivan. **Vocabulário grego da filosofia.** WMF Martins Fontes. São Paulo, 2007.

GOLDHILL, Simon. **Generalizing about the Chorus**. In: Sophocles and the language of Tragedy. Oxford Scholarship Online. Paris, 2015.

_____. **Who needs Greek?** Cambridge: Cambridge University Press, p.14-59. 2007.

GRIMALDI, W. M. A. *Semeion, Tekmerion, Eikos in Aristotle's Rhetoric*. The American Journal of Philology. No. 4, Vol. 101, pp. 383-398. Winter, 1980.

GUTHRIE, W. K. C. **The Sophists**. Cambridge, 1971.

HERÓDOTOS. **Histórias**. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988

HALICARNASSO, Dionísio de. **Tratado da Imitação**. Editado por Raul Miguel Rosado Fernandes. Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1986.

HALICARNASSUS, Dionysius of. **On The Style of Demosthenes**. Translated by Stephen Usher. Critical Essays. Harvard University Press. Loeb Classical Library. Volume I. London. England, 1974.

HALLIWELL, Stephen. **The Aesthetics of Mimesis** - Ancient Texts and Modern Problems. Princeton and Oxford. New Jersey, 2002.

HOFFMAN, David C. **Murder in Sophistopolis: Paradox and Probability in the First Tetralogy**. The journal of the American Forensic Association. Argumentation and Advocacy 45. pp. 1-20, Summer, 2008.

HOMERO. **Ilíada**. Trad: Carlos Alberto Nunes. Ediouro. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Odisseia**. Trad: Trajano Vieira. 34. São Paulo, 2011.

KENNEDY, G. **The Art of Persuasion in Greece**. Princeton, 1963.

LIMA, Marinalva Vilar de. **História e historiografia antigas: a construção de um gênero discursivo**. Revista Mnemosine, n° 2, Volume 1, pp. 269-291, Julho/Dezembro, 2010.

LOPES, Rodolfo Pais N. **O Timeu de Platão: mito e texto - Estudo teórico sobre o papel do mito-narrativa fundacional e tradução anotada do texto**. 2009. 163f. (Dissertação de mestrado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009.

MASLOV, Boris. **The Real Life of the Genre of *Proimion***. Classical Philology, The University of Chicago Press, no. 3, vol. 107, p. 191205, 2012.

MINER, Earl. **Poética Comparada. Um ensaio intercultural sobre teorias da literatura**. Tradução de Angela Gasperin. Universidade de Brasília. Editora UnB. Brasília, 1996.

MORAIS, Regis de. **Razões do Mito**. Editora Papirus. Campinas, 1988.

NASCIMENTO, Joelson Santos. **O entimema e o exemplo na Retórica de Aristóteles**. Prometeus. Número 9, Ano 5, pp. 99-109, Janeiro-Junho, 2012.

NETO, João Ângelo Oliva. **A helenização de Roma: os livros, os tradutores**. In: MARQUES, Luiz (org). A fábrica do antigo. p. 49-57, Editora Unicamp. São Paulo, 2008.

OYARZÚN, Pablo e MOLINA, Eduardo. **Pseudo-Longino**. Aisthesis. n.º 44. pp. 176-178. Santiago de Chile, 2007.

PIGMAN, G. W. **Versions of Imitation in the Renaissance**. Renaissance Quarterly. No. 1, Vol. 33, pp. 1-32, Spring, 1980.

PLATÃO. **Fedro - Cartas - O primeiro Alcibíades**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Editora Universitária UFPA. EDUFPA. Belém, 2007.

_____. **Górgias**. Tradução de Daniel R. N. Lopes. Perspectiva. Fapesp. São Paulo, 2011.

_____. **Protágoras**. Tradução de Ana da Piedade Elias Pinheiro. Relógio D'Água Editores. Lisboa, 1999.

_____. **República**. Introdução, Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Fundação Calouste Gulbenkian. 9 edição. Lisboa, 2001.

_____. **Teeteto. Crátilo**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Editora Universitária UFPA. Belém – Pará, 2001.

_____. **Timeu e Crítias**. Tradução do grego, introdução e notas de Rodolfo Lopes. Centro de Estudos clássicos e humanísticos. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

_____. **Timeu. Crítias. O Segundo Alcibiades. Hípias Menor**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Introdução de Hildeberto Bitar. Editora Universitária UFPA. Belém, 2001.

PLATO. **Timaeus. Critias. Cleiophon. Menexenus. Epistles**. Loeb Classical Library - Founded by James Loeb 1911. Plato IX. LCL 234. With an English Translation by R. G. Bury. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. London, England. first published, 1929.

_____. **Complete Works**. Edited, with introduction and notes by John M. Cooper. Hachkett Publishing Company. Indianapolis. Cambridge, 1997.

PLATON. **Oeuvres Complètes**. Sous la direction de Lue Brisson. Éditions Flammarion. Paris, 2008.

PLATÓN. Diálogos VI. **Filebo, Timeo, Crítias**. Biblioteca Clássica Gredos. Traducciones, introducciones y notas por Maria Ángeles Durán y Francisco Lisi. Madri, 2008.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas – Demóstenes e Cícero**. Tradução do grego, introdução e notas de Marta Várzeas. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2010.

POLISELI, Romualdo Vicentin. **Opinião Verdadeira e Opinião Pública no Mênon de Platão**. 2003. 186f. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Editora Unicamp. Campinas, 2007.

RHODES, P. J. **Athenian Democracy**. Edinburgh University Press, 2004.

SAMBURSKY, S. **On the Possible and the Probable in Ancient Greece**. The University of Chicago Press. *Osiris*, Vol. 12, pp. 35-48, 1956.

SANO, Lucia. **Das Narrativas Verdadeiras, de Luciano de Samósata**. 2008. 174 f. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SALTARELLI, Thiago. **Imitação, Emulação, Modelos e Glossas – O paradigma da mimesis na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII**. *Aletria*. Universidade Federal de Minas Gerais, número Especial, páginas 251-264, Jul/Dez, 2009.

SARTORELLI, Elaine e LEME, Fernando Gorab. Erasmo - BARBARI, INDOCTE DOCTI e CICERONIANI: **Os modelos clássicos e o ensinamento cristão**. *Letras Clássicas*. Universidade de São Paulo, número 13, páginas 3-28, 2009.

SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador de Cícero: Um estudo à luz de *Ad Familiares I, 9, 23***. 308 páginas. Tese de doutorado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SCRITTI, Tutti Gli. **Platone**. Bompiani il Pensiero Occidentale. Milano, 2008.

SEALE, David. **Vision and Stagecraft in Sophocles**. Croom Helm. London & Camberra. London, 1982.

SLATER, W. J. **The Epiphany of Demosthenes**. Phoenix, nº 2, vol. 42, pp. 126-130, 1988.

SMYTH, Herbert Weir. **Greek Grammar**. Harvard University Press. 1984.

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução de Maria Helena na Rocha Pereira. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1997.

_____. **Antígone**. Tradução e Introdução Trajano Vieira. Editora Perspectiva. São Paulo, 2009.

_____. **The Antigone**. With critical notes, commentary, and translation in English prose by R. C. JEBB; Litt D. Second Editon. Cambridge University Press. 1891.

SOUZA, Luciano Ferreira de. **Crátilo, Platão. Estudo e tradução**. 2010. 200f. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SOUZA, J. C. **Os Pensadores Pré-Socráticos**. Fragmentos, doxografia, comentários. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.

TAYLOR, A. E. **A Commentary on Plato's Timaeus**. Oxford: Clarendon Press, 1928. Pp. xvi + 700. 42s. Mind, New Series, No. 149, Vol. 38, pp. 84-94, Jan., 1929.

TREVETT, Jeremy. **Did Demosthenes publish his deliberative speeches?** Hermes, 124. H. 4, p. 425441, 1996.

THOMAS, Carol G. and WEBB, Edward Kent. **From orality to rhetoric: an intellectual transformation**. In: Persuasion – Greek Rhetoric in Action. Routledge, London and New York, 1994.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 2. ed. Tradução, prefácio e notas de Raul M.R. Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2013.

_____. **História da Guerra do Peloponeso**. 4. Ed. Tradução, prefácio e notas H. Jaguaribe. Tradução M. G. Kury. Universidade de Brasília. UnB.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre Mito e Política**. Tradução de Cristina Murachco. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. NAQUET, Pierre Vidal. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1999.

VICKERS, B. C. **In Defense of Rhetoric**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

VICO, Giambattista. **The New Science**. Translated from the third edition (1744) by Thomas Goddard Bergin and Max Harold Fisch. Cornell University Press. Ithaca, New York, 1948.

WITHMARSH, Tim. **True Histories**: Lucian, Bakhtin, and the pragmatics of Reception. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (ed). *Classics and the Uses of Reception*, p.104-115, 1993.

WOOTEN, Cecil W. **Dionysius of Halicarnassus and Hermogenes on the style of Demosthenes**. *The American Journal of Philology*, nº 4, vol. 110, pp. 576-588, 1989.

WORTHINGTON, I. **Once more, the Client/Logrgraphos Relationship**. *The Classical Quarterly, New Series*, no. 1, Vol. 43, p. 6772, 1993.